JAIME M. ALVES
ENCADERNADOR
Lisboa
Rua Misericordia 116

MEMORIA

DAS

ANTIGUIDADES DE MERTOLA

OBSERVADAS EM 1877 E RELATADAS

POR

SEBASTIÃO PHILIPPES MARTINS ESTACIO DA VEIGA

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1880

MEMORIA

DAS

ANTIGUIDADES DE MERTOLA

OBSERVADAS EM 1877 E RELATADAS

POR

SEBASTIÃO PHILIPPES MARTINS ESTACIO DA VEIGA

MOÇO FIDALGO COM EXERCICIO NO PAÇO,
COMMENDADOR DA REAL ORDEM DE ISABEL A CATHOLICA, SOCIO
CORRESPONDENTE DA ACADEMIA REAL DAS SCIENCIAS
DE LISBOA, DA SECÇÃO DE ARCHEOLOGIA DO INSTITUTO DE COIMBRA,
DO IMPERIAL INSTITUTO ARCHEOLOGICO GERMANICO DE ROMA,
ETC., ETC., ETC.

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1880

PLANTA

DA

VILLA DE MERTOLA

DO

CAMPO DO CURRAL

ENTRE AS ERMIDAS DA SENHORA DO CARMO E DE SANTO ANTONIO

E DA

CERCA DE S. SEBASTIÃO

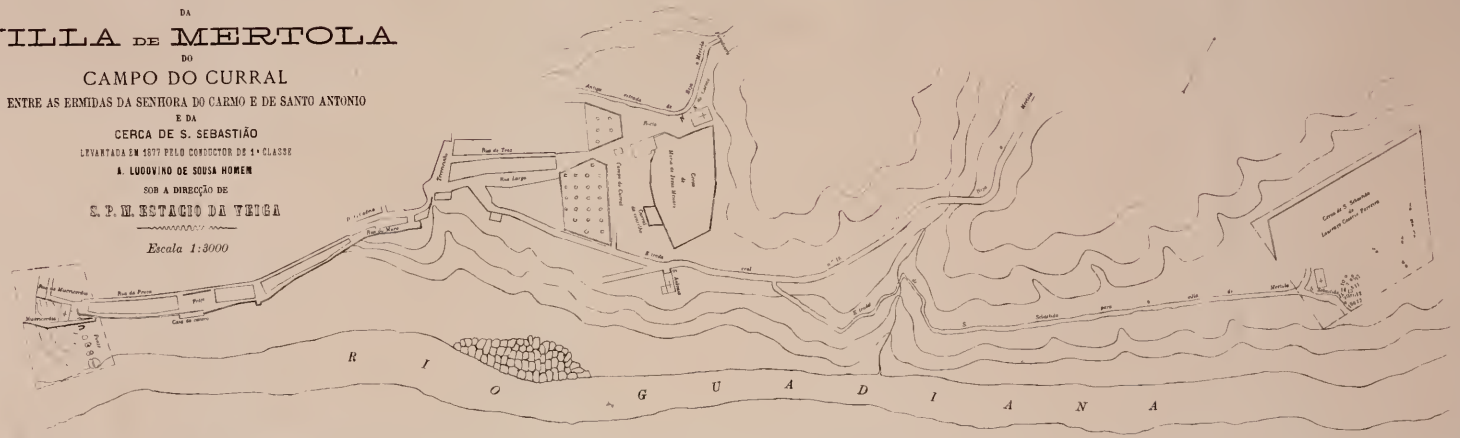
LEVANTADA EM 1877 PELO CONDUCTOR DE 1.ª CLASSE

A. LUDOVINO DE SOUSA HOMEM

SOB A DIRECÇÃO DE

S. P. M. ESTACIO DA VEIGA

Escala 1:3000



ASSUMPTOS QUE PRECEDEM ESTA MEMORIA

Causa que deu origem ao estudo das antiguidades de Mertola e á coordenação da *Carta Archeologica do Algarve*. – Incentivo que promoveu este estudo, portaria que o determinou, e motivo por que o auctor foi encarregado de o desempenhar. – Inicia-se a idéa de se preceder ao levantamento da carta archeologica de Portugal e a de que entre no quadro geral da instrucção publica do reino o ensino elementar da archeologia monumental emquanto a esta sciencia não se póde dar maior desenvolvimento. – Suscitam-se os meios que se devem empregar para não se deixarem perder os monumentos encontrados em trabalhos de viação publica e para que haja conhecimento dos que se achem em propriedades particulares. – Mostra-se que o progresso nacional nunca poderá competir com o das nações civilisadas emquanto não se der ás sciencias, ás lettras, e ás artes o largo desenvolvimento que reclamam. – Explica-se rapidamente o organismo systematico da *Carta Archeologica do Algarve*. – Plantas dos campos explorados e museu que o auctor expressamente colligiu para a comprovação da *Carta Archeologica*. – Necessidade da instituição d'este museu; espaço que já existe disponivel para esta instituição, apenas dependente de uma ordem official. – Motivo por que não foram exploradas as cavernas da formação jurassica do Algarve. – Indica-se a conveniencia de ser organisado na capital um museu rigorosamente archeologico e quaes devem ser os seus principaes elementos. – Impugna-se a idéa de serem concentradas em Lisboa todas as antiguidades do reino. – Cidades em que devem ser creados museus e institutos archeologicos provinciaes. – Utilidade e fins principaes d'estes institutos e museus. – Breves apontamentos respectivos á realisação d esta idéa. – Rasões que dão superior preferencia á cidade de Faro para ser a séde do já colligido museu do Algarve. – Indica-se o edificio que para este fim seria apropriado. – Suscita se a lembrança de serem representadas as antiguidades prehistoricas do Algarve no congresso internacional que ha de reunir-se em Lisboa em 1880. – Explica-se a indispensavel necessidade de se descreverem n'uma obra especial a carta e o museu archeologico colligido no Algarve. – Motivo por que d esta obra é agora separada a *Memoria das Antiguidades de Mertola*. – Logares do concelho de Mertola onde foram verificadas antiguidades de diversas epochas. – Desastres que soffreram os monumentos da região myrtilense em Lisboa durante a ausencia do collector; perdas importantes e trabalhosa reorganisação dos que chegaram feitos pedaços. – Catalogo dos monumentos d'aquella região, depositados na academia real de bellas artes de Lisboa.

Notaveis ruinas de antigos edificios, de que não havia noção escripta, nem tradição oral, ficaram parcialmente visiveis em varios pontos marginaes do rio Guadiana, pertencentes a Mertola e ao Algarve, após a impetuosa passagem das torrentes pluviaes do inverno de 1876.

No concelho de Mertola citava-se com recommendada particularidade o Barranco do Azeite, em que estavam patentes alguns restos de construcções arrasadas, e a Cêrca de S. Sebastião, onde se reconhecia ter havido um campo mortuario de feição assás singular.

No concelho de Alcoutim indicava-se o Montinho das Larangeiras, como séde de umas ruinas nunca vistas, e o sitio do Alamo, onde fôra achado o torso de uma estatua colossal varonil de marmore granular branco.

Ao mesmo tempo corria noticia de terem apparecido na quinta das Antas, a SO. e distante de Tavira para mais de 6 kilometros, umas arcarias subterraneas, e uns monumentos epigraphicos, que denunciavam ter ali havido um circo.

Antecedentemente já eu tinha feito conhecer varios monumentos da quinta da Torre d'Ares, contigua á das Antas para NE., com os quaes havia comprovado a verdadeira situação dos *Povos Balsenses;* sabia-se que da quinta de Marim, a ENE. de Olhão, tinham vindo para a academia real de bellas artes de Lisboa tres monumentos, descobertos e offerecidos pelo seu generoso proprietario, e que na quinta do Milreu, junto a Estoi, e n'outros muitos logares do Algarve existiam importantissimas antiguidades, reclamando havia muito tempo um estudo especial.

Este conjuncto de bem averiguadas noticias não podia ser votado ao esquecimento, havendo n'este paiz uma imprensa vigilante e illustrada e um governo zeloso pelo progresso das sciencias e da instrucção publica, presidido pelo distincto estadista o sr. Antonio Maria de Fontes Pereira de Mello, sendo ministro do reino o sabio decano dos publicistas portuguezes o sr. Antonio Rodrigues Sampaio.

Constando então que havia alguns annos me occupava do estudo das antiguidades monumentaes do Algarve e que já tinha esboçados os delineamentos principaes de uma *carta archeologica* d'aquella provincia, fui convidado pelo sr. conselheiro director geral de instrucção publica a apresentar este trabalho e em seguida incumbido, por portaria de 15 de

janeiro de 1877, de proceder ao exame dos vestigios antigos de Mertola e á revisão da minha *carta archeologica*.

A imprensa tinha pois tomado a iniciativa que competia á sua privilegiada missão, e o governo, se em alguma cousa errou, foi em nomear-me para um estudo de tão grande alcance, certamente muito superior ao meu limitado entendimento.

Não se poderam logo prever todas as difficuldades de um estudo d'este genero, o mais amplo que se tem emprehendido em Portugal, sendo sobre tudo subordinado a um plano regular e methodico, nascido de um pensamento rigorosamente invariavel; e até a principio se julgou, que apenas bastariam tres mezes para se reconhecerem os diversos typos de antiguidade dos terrenos de Mertola e organisar-se a *carta archeologica*, que n'um já crescido numero de logares indicava significativos caracteristicos das principaes nacionalidades que tinham estanciado durante muitos seculos no territorio do Algarve porventura superior a 1:000 kilometros quadrados.

Mas se á imprensa cabe a honra da iniciativa nos estudos, de que fui encarregado, sem duvida ficariam por fazer, se não tivessem achado nos conselhos da corôa e na direcção geral de instrucção publica dignissimos protectores das sciencias e das lettras.

Foi o sr. conselheiro Antonio Maria de Amorim o primeiro interprete da opinião publica, como ao seu cargo competia, apresentando ao sabio ministro do reino o sr. Antonio Rodrigues Sampaio a proposta para o exame das antiguidades, que alguns jornaes repetidas vezes recommendaram, e o sr. Sampaio, ouvindo o conselho de ministros, foi o signatario da portaria que me auctorisou a emprehender esse exame.

Não ouso invocar o exemplo do grande impulso que aos estudos da archeologia monumental estão dando as nações mais adiantadas da Europa, para que seja elle o incentivo que deva guiar os poderes publicos na organisação dos que este paiz ha muito exige.

A nossa riqueza archeologica só poderá desconhecel-a

quem não tiver a minima noção das diversas populações que senhorearam este territorio. É ella, pois, o verdadeiro estimulo que impõe a sua propria exploração, sem que hajâmos necessidade de recorrer a estranhos exemplos.

Emquanto porém esta sciencia não tem ingresso no quadro geral da instrucção publica: emquanto não ha para ella uma escola, ao menos com um compendio elementar, onde a mocidade estudiosa aprenda os preceitos mais geraes para conhecer os padrões da antiguidade, incluindo aquelles que representam os fastos mais gloriosos da historia patria, e portanto a estimal-os e respeital-os como saudosos penhores de uma herança de honra, haja desde já um refugio para os que existem dispersos, contra o risco de serem britados para o balastro das ruas de alguma cidade, como se diz ter acontecido ás famosas campas de uma antiquissima igreja de Beja, recamadas de inscripções oniciaes, gothicas e de varios caracteres antigos, que bem poderiam, quando outro valor não tivessem, subsidiar o estudo da paleographia lapidar, fornecendo-lhe novos alphabetos e caprichosas variantes aos já conhecidos; como succedeu a muitos e importantes monumentos da celebre collecção que n'aquella cidade deixou o benemerito D. fr. Manuel do Cenaculo, e como está todos os dias succedendo em todo o reino. E para que os que venham a descobrir-se, ao menos nos trabalhos de viação, não levem o mesmo desastroso destino que terão tido os que necessariamente devem ter-se encontrado no córte dos extensos trajectos das nossas estradas e que tiveram os que se acharam ha pouco tempo em Faro na demolição de um lanço da muralha da praça, os quaes com inscripções, de que não ficaram copias, e com muitos capiteis de marmore, foram barbaramente mettidos nas paredes do novo edificio das repartições publicas: ainda que tarde, conviria tomarem-se precauções muito positivas, ordenando-se aos directores das obras publicas, que mandem rigorosamente arrecadar os objectos antigos que se acharem, que de todos façam registro especial com a designação do local e das condições do seu apparecimento e levantem a planta dos edificios em ruinas.

que sejam encontrados no seguimento dos seus trabalhos, a fim de que esses registros sejam pelas vias competentes depositados na sala paleotypica da bibliotheca nacional. Além d'isto conviria ordenar-se ás camaras municipaes, que tomassem conhecimento de quaesquer antiguidades descobertas dentro dos seus limites administrativos, para remetterem as respectivas noticias aos governadores civis, a fim d'estes magistrados as enumerarem nos seus relatorios.

Incompletos remedios são estes, bem o sei, contra as frequentes perdas que o paiz está soffrendo n'este valioso thesouro, em que póde competir com as mais opulentas regiões da Europa: e chamo-lhe valioso thesouro, porque assim o julgam os sabios, que de certo não avaliam o estado de adiantamento das nações pelo organismo dos seus orçamentos, mas pelo seu progresso intellectual em todos os ramos dos conhecimentos humanos.

A riqueza, a prosperidade e a grandeza das nações sabemos que não hão de exclusivamente consistir na organisação do seu estado financeiro. O paiz que pretende justificar a sua posição entre os mais civilisados, não póde retardar ou adiar o progresso das sciencias, das lettras e das artes; tem de acompanhal-os nas suas innovações, e para este fim, em vez de retrahir os meios, necessita promovel-os e facilital-os: porque, de outro modo, quando haja de concorrer com elles nos congressos das especialidades em que se acha empenhada a sabedoria europêa, não terá gente nem obras com que se faça representar n'esses grandes certamens dos tempos modernos.

A estas considerações, que me parece conformarem-se com o judicioso pensar de todos os governos, porque todos desejam acertar e ser dignos da sua honrosa missão, acrescentarei a exposição de um assumpto correlativo, que me parece merecer alguma attenção.

Organisei a *Carta Archeologica do Algarve*, percorrendo todos os concelhos d'aquelle antigo reino, hoje modestamente denominado *districto de Faro*, e em cada concelho inspeccionei e reconheci, quanto ao meu alcance esteve, e em harmo-

nia com os meios de que dispunha, o typo das suas variadas antiguidades, abrindo trabalhos de excavação sómente nos pontos, cujos caracteristicos de epocha não podiam de outro modo ser classificados. Nas excavações colligi mui intencionalmente os objectos que podiam servir de documentos comprovantes para a minha carta. De todos os edificios descobertos levantei ou mandei levantar as competentes plantas, empregando-se geralmente n'estes trabalhos o pantometro e o theodolito, sendo porém algumas levantadas á vista, por não carecerem do auxilio de instrumentos.

Aos objectos encontrados nas excavações reuni outros em grande numero, comprados a expensas minhas, e não poucos mui valiosos, que me foram offerecidos por parentes, amigos, e mesmo por diversos conterraneos extremamente generosos.

Pela maior parte ficaram os mónumentos menos volumosos encerrados em noventa e quatro caixas e alguns avulso em varias repartições publicas e outros ainda nos logares do descobrimento sob a vigilancia dos seus distinctos proprietarios. A sua coordenação por epochas e collocação geographica ha de facilitar a comprovação da *Carta Archeologica*, assim como a collecção das plantas que a acompanham.

A carta designa todos os logares do Algarve em que achei antiguidades e por uma escala de signaes de convenção, indica, segundo a minha classificação, as epochas a que pertencem os seus caracteristicos.

Esta carta, representando uma somma de assiduos e difficeis trabalhos, que ninguem á simples vista póde calcular, não se abona por si só; serei eu o primeiro a reconhecer, que todos têem o direito de duvidar da sua apparente significação, sem que se apresentem os monumentos systematicamente coordenados e descriptos, que destinei para ser comprovada, para assim merecer o acolhimento dos sabios, se os meus erros forem susceptiveis de correcção.

É preciso pois instituir-se o museu archeologico do Algarve com os monumentos adquiridos, com todos os que os collectores particulares da provincia queiram depositar, ou per-

mittir que se reproduzam, e com os que se forem obtendo. A este museu convem desde logo serem aggregados, constituindo grupos distinctos concernentes a cada epocha e na sua respectiva ordem geographica, todos os monumentos dispersos ou arrecadados em depositos publicos, como, por exemplo, os que existem do Algarve e de outras procedencias do reino na academia real de bellas artes de Lisboa, porque d'este modo teremos estabelecido as bases fundamentaes de um museu archeologico nacional, digno d'este titulo.

Se um dia poder haver no Algarve uma exploração especial, que d'esta vez não foi auctorisada, no amago das numerosas cavernas, que occupam amplos espaços n'uma grande parte da formação jurassica, que de oeste para leste atravessa toda a provincia ao sul da faxa triassica até alguns pontos da raia maritima, talvez se possa trazer ao campo da sciencia um elemento, que por sua feição paleontologica deva acompanhar ou preceder tudo quanto da epocha prehistorica verifiquei e colligi desde a margem esquerda do rio Odeseixe até o Cabo de S. Vicente, d'este ponto a Castro Marim e d'ali até Alcoutim. Mas a exploração d'aquellas cavernas, onde em algumas observei muitos desabamentos que impedem a passagem, e depositos, uns provenientes de materiaes externos arrastados pelas aguas correntes, outros do guano dos animaes que n'ellas têem habitado, e outros emfim por deposição das substancias stalactiticas, que por infiltração se foram precipitando e formando possantes espessuras de apertada resistencia, sendo mui principalmente sob taes depositos que mais importa investigar se ha vestigios de habitação humana e se igualmente os ha de mais especies existentes, ou de outras já extinctas, que permittam a designação da epocha a que pertencem, e o reconhecimento da fauna antiga d'aquelle derradeiro canto occidental da terra, é empreza que exige muito tempo e assás penoso trabalho para se levar a effeito de um modo seguro e consciencioso; o que todavia não deve impedil-a.

Para a organisação provisoria do museu ha por emquanto

sufficiente espaço na secção do edificio da academia rea de bellas artes, que o ministerio das obras publicas acabou de restaurar, e este espaço é voluntariamente cedido com o corredor contiguo pelo vice-inspector e director d'aquella academia. Convém pois proceder-se ali á divisão systematica dos monumentos, prepararem-se, segundo as exigencias de cada um, e collocar todos n'uma rigorosa ordem, a fim de se tratar immediatamente da sua numeração e da elaboração de um catalogo methodico, em que cada objecto seja inscripto com o nome do logar e as noticias concernentes ás condições archeologicas em que foi achado. Uma galeria de quadros deve mostrar as plantas dos edificios explorados e os desenhos accessorios, com a indispensavel ordenação geographica, a fim de que todo este conjuncto possa ministrar os elementos até agora descobertos e obtidos para a comprovação da *Carta Archeologica*.

Havendo pois espaço, falta apenas que o governo queira expedir as suas ordens para que ao vice-inspector da academia real de bellas artes de Lisboa sejam enviados do Algarve todos os monumentos que deixei acondicionados e avulso no governo civil de Faro, nas administrações dos concelhos de Lagos, Tavira e Alcoutim, nas quintas de Marim e Torre d'Ares (se assim o permittirem os proprietarios), e n'outros dois sitios marginaes do rio Guadiana, e me auctorise a instituir com elles e com os que se poderem obter de outras regiões geographicas do reino a base fundamental do museu archeologico nacional.

Offereço estes esclarecimentos e darei todos os mais que precisos forem, para manifestar com a devida clareza, que a instituição do mencionado museu depende simplesmente da chegada dos monumentos e de uma auctorisação para serem preparados e coordenados na academia real de bellas artes, emquanto não houver espaço mais amplo para a sua definitiva collocação.

Expendidas estas informações, obriga-me a consciencia a emittir aqui o meu humilde voto com relação ao destino que deveriam ter os monumentos do Algarve.

A todos os respeitos sou e sempre fui inteiramente contrario ao systema da centralisação absoluta.

Entendo que n'esta capital é ha muito tempo sentida a falta de um museu rigorosamente archeologico e que aos poderes publicos e ás sociedades scientificas competia terem já tratado d'esta instituição.

Reunir aqui as antiguidades da provincia da Extremadura e os modelos, desenhos ou estampas photographicas dos monumentos das outras provincias, seria uma necessidade plenamente justificada; mas exhaurir todas as provincias do reino da sua riqueza archeologica para a concentrar em Lisboa, parece-me um grande attentado contra a mui racional conveniencia de se manter em cada porvincia a sua especial riqueza e feição local.

Faro, Evora, Lisboa, Coimbra, Porto e Braga seriam, a meu ver, os pontos principaes, em que deveriam ser instituidos os museus archeologicos do reino. Cada uma d'estas importantes cidades concentraria os monumentos da sua circumscripção territorial, e com elles, subordinados a um systema geral, organisaria o seu museu, creando logo um instituto archeologico provincial com certos e determinados compromissos, officialmente legalisados. Os governadores civis seriam por emquanto encarregados de organisar estes institutos, onde não os houvesse, convidando para este fim os homens mais illustrados d'essas cidades, até um numero limitado, para serem os fundadores do instituto e do museu sob a sua presidencia, e estes instituidores nomeariam nas terras da sua circumscripção archeologica os individuos de mais reconhecido merecimento para correspondentes do instituto e auxiliares da fundação e desenvolvimento do museu.

Por emquanto bastaria haver em cada uma d'essas cidades tres logares remunerados, o do conservador do museu, o do secretario do instituto, que por eleição annual recairiam sempre nos socios, e o de um serventuario, nomeado pelo presidente com annuencia da maioria da direcção.

Um conselho de administração, tambem nomeado por eleição annual, como o devêra ser a direcção, teria a seu cargo

a gerencia, fiscalisada pela direcção, dos fundos do instituto, os quaes consistiriam n'uma verba pedida pelo governador civil ao conselho do districto, n'outra verba votada pelo governo, no producto das suas publicações, em doações, e na somma proveniente de um diminuto pagamento de entrada nos dias em que o museu se abrisse ao publico, de que todavia seriam exceptuados os visitantes estrangeiros e os socios dos outros institutos archeologicos do reino, aos quaes seria sempre facultada a entrada e a sua assistencia ás sessões.

Estes institutos teriam principalmente em vista o reconhecimento das antiguidades do seu districto, a organisação da respectiva *Carta Archeologica*, a acquisição e o estudo dos seus padrões monumentaes. Para estes fins seriam auctorisados os directores de obras publicas dos districtos em que estivessem as sédes dos institutos a fornecerem instrumentos de trabalho e até quinhentos trabalhadores annualmente ás direcções dos mesmos institutos, e estas empregariam na compra dos livros mais essenciaes, no fim de cada anno economico, todo o excedente da gerencia, para assim começarem a organisar as suas bibliothecas.

Todos os institutos archeologicos ficariam com o direito de reclamarem um exemplar das publicações feitas por cada um d'elles e de receberem tambem um exemplar de todas as obras concernentes ao estudo de quaesquer antiguidades, publicadas ou auxiliadas por conta do estado, recebendo logo as que n'estas circumstancias já existissem.

Emfim, sirvam estas breves palavras para darem uma idéa geral da necessidade de se organisarem institutos provinciaes, dos fins que teriam de presidir a essas instituições e dos meios de que deveriam approximadamente dispor para poderem subsistir, e ministrar ao estudo critico da historia e da geographia antiga d'este territorio, e ao da historia do trabalho desde os tempos mais remotos, os elementos que n'um similhante intuito estão sendo procurados pelas nações mais cultas da Europa.

A concentração, n'um só ponto, de todos os monumentos

nacionaes, se por um lado tem alguma vantagem, por muitos outros é justamente contrariada.

Em regra geral, nenhum monumento ainda existente no seu primitivo logar, e que por isso possa servir de guia ao estudo das antiguidades do paiz, deve ser tirado d'esse logar. Quando porém uma justificada excepção o reclamasse n'um qualquer museu, ainda assim só se deveria transportar sendo primeiramente marcado n'uma planta especial o ponto em que tinha estado. Quanto aos que apparecem avulso nas excavações, conviria antes conserval-os nos museus das suas zonas geographicas, onde a todo tempo e com maior prolicuidade se podessem confrontar com as condições archeologicas locaes, do que desvial-os d'essa privilegiada significação.

Os museus provinciaes dão importancia, perante o mundo scientifico, ás cidades em que se estabelecem; promovem e desenvolvem em maior escala o gosto publico pelo estudo das antiguidades e este estudo obriga a fazerem-se outros muitos em beneficio da instrucção geral; ensinam a conveniencia da conservação dos monumentos; attrahem a essas cidades a concorrencia dos sabios nacionaes e estrangeiros, e criam, como nas provincias da França, da Inglaterra, de Allemanha e de outros paizes, distinctissimas aptidões. Se a principio não podem logo contar com certos recursos de que dispõe a capital, esses recursos geram-se e gradualmente progridem na proporção dos seus meios e das suas necessidades, tanto mais havendo governos que, reconhecendo a sua utilidade, os saibam estimar e proteger.

Eis-aqui portanto as rasões fundamentaes que me levam a concordar com a já expendida opinião da imprensa algarviense, de que os monumentos d'aquella região deveriam com preferencia a tudo constituir ali, na séde do districto e no ex-convento de Santo Antonio dos Capuchos, o museu archeologico provincial do Algarve.

Esta idéa, muito justa e bem meditada, é a de todos os algarvios illustrados e patrioticos que ao meu encontro vieram, e seria porventura realisada, se tivesse tido interpretes que

a apresentassem e propozessem á resolução dos poderes constituidos, em nome de toda a provincia, que de certo não podia deixar de reclamar esta instituição a bem dos seus interesses, da sua representação e da sua dignidade.

O proprio magistrado superior do districto, o conselheiro Ferreira da Cunha, que já em Santarem, durante o seu governo administrativo, havia congregado um apreciavel nucleo de antiguidades no museu que organisou, me communicou estar inspirado d'esta mesma idéa, e não sei se chegou, como premeditava, a reunir extraordinariamente o conselho do districto para lh'a apresentar e pedir a votação e uma verba para a manutenção do projectado museu do Algarve.

Cumpria-me registar aqui estes esclarecimentos, não só para dar uma ligeira noção do meu pensar ácerca da mui precisa organisação dos museus archeologicos provinciaes, como para manifestar aos habitantes do Algarve, meus prezadissimos conterraneos, que de modo algum concorri para os privar da posse da riqueza archeologica da nossa mal protegida provincia.

Que venham pois todos esses monumentos para a capital, visto não ter havido no Algarve quem os reclamasse, mas que venham emquanto haja aqui quem os conheça, quem saiba onde e como foram descobertos, qual foi a sua distribuição geographica, qual póde ser a sua hermeneutica, qual a sua significação ethnographica em cada uma das epochas que representam, que documentos podem liberalisar á historia d'essa parte do nosso territorio, que factos podem offerecer á geographia antiga d'esse tão disputado retalho da bellicosa Lusitania, e quaes os elementos com que illustram a historia das artes e do trabalho entre as estranhas civilisações que os legaram á posteridade

E vindo agora, que temos espaço para os collocar, serão porventura indignos de se manifestarem ao proximo futuro congresso internacional?

Pois tão grande, tão opulento, tão apparatoso é o peculio preparado, que não deixe um cantinho humilde e modesto

para ahi se reunirem os caracteristicos prehistoricos, que indiquei na *Carta Archeologica do Algarve*?

Porque ha de, n'essa honrosa reunião, aquella provincia deixar de ser representada, sendo ella a unica do reino que póde mostrar topographicamente um trajecto de occupação prehistorica?

É á ultima hora, quando já não haja tempo de coordenar os monumentos prehistoricos do Algarve, e quando menos tempo haja ainda para se descreverem as condições do seu descobrimento, que serão chamados, ou ficarão condemnados ao esquecimento em nome da indifferença nacional?

É obrigação minha renovar estas lembranças, que por muitas vezes, desde o principio d'este anno, verbalmente suscitei no ministerio do reino, verdade é que n'uma conjunctura em que ainda não havia espaço preparado para a instituição provisoria do museu archeologico: e repito-as agora, que já existe espaço, para que no futuro não se me possam irrogar censuras, aliás merecidas, se deixasse em silencio este assumpto, como para fugir ao difficil trabalho da coordenação systematica d'aquelles monumentos.

Constituido porém o museu, é preciso estudal-o por epochas e demonstral-o, como já disse, para authenticar os signaes indicadores d'essas epochas na carta e comproval-os até onde chegue o alcance da significação dos monumentos.

Ha portanto imperiosa necessidade de um trabalho complementar, muito extenso e systematico, subordinado a um plano regular, dividido em epochas distinctas, em que se descrevam a situação e condições locaes em que foram achados os monumentos do museu, representantes dos diversos signaes das epochas indicadas na carta; em que se expliquem as plantas das ruinas das construcções descobertas nas explorações parciaes, em que se interpretem os trajectos de occupação de cada povo e o seu estado de civilisação, deduzido da natureza do solo que preferiu, dos materiaes e estylo dos seus edificios, e dos productos da sua industria; em que se designe a situação das cidades e defina a significação correlativa de outros mui numerosos logares habitados: em que se mos-

trem os caracteristicos que permittiram o reconhecimento das nacionalidades que successivamente estanciaram n'aquella zona sul-occidental da peninsula hispanica; em que sejam apreciados por epochas e por generos os monumentos architectonicos, epigraphicos, numismaticos, sigillographicos, glypticos, iconographicos, ceramographicos, e todos quantos possam illustrar e documentar os primordios da nossa historia, ou antes da historia do nosso territorio continental, desde os tempos mais remotos.

E porque sem esta obra, cujo plano geral ha muito tempo está formado, tudo ficaria incompleto, deixando-se imperceptiveis a carta, as plantas e o museu, propuz-me escrevel-a sob o titulo de «*Antiguidades Monumentaes do Algarve*», apesar de reconhecer a insufficiencia dos meus recursos e antever as difficuldades que tenho de arrostar.

Entendi pois dever separar d'este estudo, tão complexo e variado, o das antiguidades propriamente myrtilenses, já pertencente a outra região geographica, e por isso vou em seguida expender em breves termos a interpretação que me suggeriram os seus padrões archeologicos.

Primeiramente indicarei os logares da margem direita do rio Guadiana, pertencentes ao concelho de Mertola, que me foram recommendados pelos vestigios das suas antiguidades, narrando em seguia os que apparentemente observei; coordenarei por epochas e geographicamente do sul para o norte o catalogo dos monumentos que descobri e obtive, actualmente existentes n'um gabinete reservado da academia real de bellas artes; e finalmente tratarei de apreciar a significação de todos esses monumentos, assim como de outros muitos ali achados desde o seculo xvi até á data das minhas investigações.

Comecei em 2 de março de 1877. Inspeccionei o Barranco do Azeite, o sitio da Bombeira, o da Vaqueira e o Tamujo, onde muito se poderá ter visto; abri uma ligeira, mas proveitosa excavação no castello de Mertola; fiz um mui profícuo e bem remunerado reconhecimento na secção comprehendida entre o Rocio do Carmo e a ermida de Santo Anto-

nio; entrei de passagem na Cêrca de S. Sebastião, onde não me foi permittido o minimo exame, e terminei a minha rapida excursão nas ruinas romanas da vargem de S. Braz, passando no dia 12 para o concelho de Alcoutim.

BARRANCO DO AZEITE

As ruinas do barranco do Azeite não foram exploradas, porque calculei que numerosos dias de trabalho, que não podêra dedicar-lhes, como desejava, exigia o seu reconhecimento.

A jusante e a treze kilometros de distancia de Mertola, em plano um tanto elevado e propinquo á margem direita do rio Guadiana, está situado o campo d'aquellas ruinas n'uma herdade, denominada dos Colgadeiros, pertencente ao visconde dos Boizões.

Tres arrazados muros parallelos ao rio, orientados de NNO. para SSE., de variavel extensão apparente, divididos perpendicularmente por outros, formando definidos compartimentos n'um edificio, cuja grandeza não foi possivel calcular, tanto mais porque estes ultimos proseguiam no sentido de uma rampa que encobria o seu acabamento, constituiam a feição principal das ruinas na occasião em que fui observal-as.

A parte mais descoberta, dilatando-se n'uma extensão de 142m,70, foi ligeiramente excavada no interior de tres casas e apenas estes espaços manifestaram fragmentos de grosseiros artefactos ceramicos, os quaes, a alguma distancia, um tanto para SE. se verificaram em maior copia, mas com signaes de ustulação entre um cinzeiro contiguo ás ruinas de um rude edificio, que parece ter sido forno de uma antiga olaria. N'este logar foi encontrado um amontoamento de barro cru amassado, porventura preparado para a fabricação de materiaes de construcção e de vasilhas rusticas, e inferiormente na margem do rio appareceram grandes pedaços d'aquella massa, que parece terem sido precipitados alli pela corrente das chuvas. Para comprovar este facto col-

ligi o specimen, que tem o n.º 19 na collecção dos monumentos de Mertola, organisada na academia real de bellas artes.

N'outros pontos do campo havia restos de paredes de pedra e cal e pedra e barro, n'uma extensão de 50 metros.

Obtive ali um prato inteiramente liso, duas botijas de bojo dilatado até ao fundo, com bôca de galheta e uma asa entre o bordo superior e o bojo. Eram estas louças de argilla amarellada, diversa da que achei amassada; comprei-as a um trabalhador que as descobriu, e vieram na caixa n.º 5 para a academia real de bellas artes de Lisboa, onde julgo terem sido extraviadas. Por intervenção de um irmão do proprietario da terra obtive mais duas botijas inteiras e uma pequena tigela toscamente fabricada sem o auxilio de torno, as quaes tambem comprei a um trabalhador que as foi buscar a um casal da herdade: e estas mesmo já estavam misturadas com outras louças que havia no deposito da academia, conservando porém os rotulos.

Foi n'este sitio que se achou uma pequena balança romana de cobre, actualmente possuida por um negociante da villa de Mertola, mas não a pude desenhar, porque a rapidez com que era mister acudir a muitos trabalhos e a falta de pessoal technico para me auxiliar, obrigaram-me muitas vezes a prescindir do desenho de monumentos e artefactos, que conviria reproduzir quando se tratasse do estudo critico dos elementos mais caracteristicos da historia do trabalho antigo na região commettida ao meu exame.

VARGEM DA BOMBEIRA

Rio acima, no mesmo flanco direito e em plan'alto sobranceiro á raia molhada, está situada em distancia de 4^{k},500 da villa uma herdade denominada a Bombeira, ou Vargem da Bombeira, onde a passagem das cheias de 1876 deixou descobertos vestigios de construcções antigas e fragmentos de louças ordinarias de argilla, sendo os fundos de amphoras

os mais caracteristicos. Não ousei fazer ali excavações, porque o tempo me estava contado por dias.

VARGEM DA VAQUEIRA

A Vargem da Vaqueira, limitada ao norte pelo barranco d'este nome e ao sul pelo da Silveira, está n'um plan'alto propinquo ao rio, occupando uma extensão talvez de 400 metros. Houve n'este logar, hoje chamado herdade do Neves, muitos edificios antigos, cujas ruinas foram descobertas pela passagem das cheias do inverno de 1876. Os edificios assentavam os seus alicerces sobre a rocha schistosa da formação local, e estes alicerces durante muitos seculos estiveram encobertos por uma camada de terra da espessura de 0m,40 a 0m,60 em quasi toda a superficie.

A mui singular disposição dos predios, não tendo havido as indispensaveis excavações, não me deixou perceber o minimo vestigio de arruamentos entre si, e por isso dão apparente indicio de terem sido edificados n'uma continuidade nunca interrompida e em diversos sentidos, mostrando porém que mais geralmente teriam a frente apontada para o rio. Póde tambem julgar-se que todo aquelle conjuncto pertenceria a um só edificio, porque com maior probabilidade parece ter ali havido uma *villa* ou colonia agricola, do que um *vicus* propriamente dito; nem a construcção das paredes, feitas de pedra e terra amassada, deixa suppor que houvesse n'aquella paragem senão um edificio rustico, que só na grandeza do espaço que occupava se parecesse com muitas *villæ* sumptuosas de que Vetruvio deixou desenvolvidas noticias.

Os caracteristicos de epocha foram ali muito escassos; apenas em alguns compartimentos do edificio appareceram fragmentos de louças grosseiras, mui similhantes a outros encontrados em campos capituladamente romanos.

Julgavam alguns visitantes, que os numerosos sulcos que se observavam na rocha do subsolo teriam uma significação de trabalho intencional: mas elles apenas revelavam que o

ferro do arado os tinha exclusivamente produzido. Não pude levantar a planta das ruinas, porque para as tornar perceptiveis, seria mister empregar uma ou duas semanas de trabalho preparatorio.

A Vargem da Vaqueira está situada ao sul da villa em distancia de 2 kilometros.

CONVENTO DE S. FRANCISCO

Da Vaqueira passei ao ex-convento de S. Francisco, separado da villa pela ribeira de Oeiras, não em busca de vestigios romanos, que necessariamente devem ali achar-se, se um dia houver n'este paiz alguma dedicação pelos monumentos da antiguidade, mas no intuito de procurar se ainda por lá existiria o celebre monumento arabe de caracteres cûficos, que o abalisado arabista fr. João de Sousa vertêra em linguagem portugueza, e que bem parece ter pertencido a uma mesquita na epocha do dominio mahometano: mas fui tarde para resgatar este padrão monumental, cujo destino é desconhecido pela propria gente antiga da villa.

TAMUJO

Passando á margem opposta da ribeira de Oeiras achei-me nos terrenos de Mertola, junto á corrente do rio, em que a ribeira lança as suas aguas. É a uma secção d'aquelles terrenos inferiores que se dá a denominação de Tamujo. Ali estavam á vista muitos vestigios, que parecem ser de fornos antigos e de outras construcções, que não tive tempo de examinar, e que bem mereciam ter sido cuidadosamente explorados.

MERTOLA

Abandonei o Tamujo, ausentando-me com o mesmo pezar e remorso de consciencia com que me havia despedido

do Barranco do Azeite, da Bombeira, da Vaqueira e do convento de S. Francisco, onde tantos e tão preciosos caracteristicos das civilisações que precedem a nossa proverbial incuria, o nosso obstinado desleixo, o nosso esterilisador indifferentismo por tudo quanto póde abrir novos horisontes ás sciencias modernas e animar os engenhos dedicados á sua cultura, me ficaram por descobrir e examinar; e fui subindo uma rampa extensa e ingreme até o Arco da Misericordia, construido, ou talvez reparado em tempo de D. João III, como bem o mostra o padrão heraldico nacional, que superiormente o decora. Parei á entrada d'este arco, porque a minha vista acertou logo n'um monumento romano de marmore granolamellar cinzento, que barbaros artifices de outras eras tinham cortado de alto a baixo para talharem o umbral esquerdo d'aquella entrada, levando-lhe mais de metade de todas as linhas do sua expressão epigraphica, e collocado no sentido inverso; e não transcrevo já os poucos caracteres que conserva, porque os reservo para logar mais apropriado.

A poucos passos do arco está a igreja da Misericordia, cujos degraus são de bellos marmores, visivelmente extrahidos de nobres edificios antigos, mui provavelmente ali achados, quando, ao abrirem-se os alicerces para a construcção da igreja, foram descobertas no seculo xvi umas estatuas, de que fallam Rezende e D. fr. Amador Arraes. Percorri em seguida as ruas da villa, notando em muitos predios diversos materiaes de antigo lavor. Inspeccionei interna e externamente as fortificações que se denominam arabes, mas que julgo representarem emmaranhada mescla de quantos povos dominaram anterior e posteriormente aquella terra, e em toda a parte, com raras excepções, achei no grosso e no revestimento das muralhas, da torre e dos baluartes do castello numerosos fustes de columnas de marmore, bases, capiteis, fragmentos de cornijas, de frisos, de entablamentos e de bons monumentos destruidos, attestando tudo isto que, tendo a grandeza romana ennobrecido de sumptuosos edificios a celebre Julia Myrtilis, a quem Cesar dera o seu nome, o jus do Lacio, o privilegio monetario e todas as prerogativas do

municipio latino antigo, os vindouros trataram esta herança como ainda ha poucos dias, em meio d'esta capital, foram tratadas as inscripções gothicas do portico ogival das ruinas do Carmo!

Notando que no interior do castello estavam á vista uns restos de muro de antiquissima construcção e que dispersos na terra e nos entulhos havia fragmentos de louças romanas e arabes, mandei fazer um córte junto á servidão que da igreja matriz segue para a porta do cemiterio publico, a 10 metros de distancia d'esta porta e a 4 metros do flanco esquerdo da dita servidão, atacando a rampa que vae de encosto á muralha, e chegando á profundidade de 2^{m},63 descobri um pavimento de fino mosaico de variegado matiz, do genero *opus vermiculatus*, com bellissimo targeado e tendo no centro a figura de uma tartaruga, symbolo de uma das drachmas gregas, ou de um cágado; mas como não podia destinar mais tempo a este reconhecimento local, limitei-me a extrahir uns fragmentos d'este pavimento destruido e a reunir os dos vidros e louças que encontrei no decurso da excavação, agora catalogados entre os monumentos de Mertola, mandados depositar pelo governo na academia real de bellas artes de Lisboa. Tive pois de abandonar este importante descobrimento, de prescindir da exploração do corredor subterraneo, a que chamam boca do inferno, de deixar entulhada a porta falsa do castello e o seguimento do seu caminho, de renunciar á idéa de desentulhar as rampas, em que ha muitos edificios sepultados e de fazer outras investigações nas avenidas do castello, como tudo convinha ao exame geral dos diversos typos d'aquellas antiguidades.

DO ROCIO DO CARMO Á ERMIDA DE SANTO ANTONIO

Não havia tempo a perder, porque ainda dentro da villa, em todo o terreno comprehendido entre a igreja do Carmo e a ermida de Santo Antonio, situada á beira da estrada pu-

blica, lá me estavam attrahindo outras antiguidades, em que ninguem tinha ainda fallado, com excepção de André de Resende, que mui vagamente as indicára, mas sem citar monumentos, dizendo: « . . . multis antiquitatum monumentis plena, cippis, columnis, statuis, quibus tam *Gothi*, quam Mauri, etc.» E Resende referia-se talvez á noticia do Chronicon de Idacio, quando recorda a prosperidade que ainda no anno de 440 lograva a famosa Myrtilis, como em seu logar citarei.

O elemento wisigothico, comquanto Idacio e Resende o já tivessem indicado em Mertola, não estava comprovado por monumentos authenticos, e foi o que eu consegui, descobrindo um extenso campo mortuario d'essa epocha entre a igreja do Carmo e a ermida de Santo Antonio, onde apurei quatorze monumentos epigraphicos, uns inteiros e outros em fragmentos, todos gravados em marmores visivelmente extrahidos de edificios antigos, como se podem ver no gabinete da academia real de bellas artes, em que deixei depositados e catalogados em ordem regular todos os objectos que obtive em Mertola, assim como descobri n'uma rapida excavação que fiz no Rocio do Carmo o logar em que parece ter existido a primitiva igreja christã d'aquella epocha, sendo para sentir que não tivesse tido o preciso tempo para explorar todo aquelle campo, ainda riquissimo em caracteristicos archeologicos.

Descoberto e amplamente comprovado o elemento wisigothico no Rocio do Carmo, outros bons indicios, que parecem ser de maior antiguidade, pude observar a partir d'este campo para as primeiras ondulações da região montanhosa, e foram numerosas sepulturas de varias dimensões, mas todas estreitas, mui imperfeitamente excavadas nas rochas de schisto que compõem o relevo orographico d'aquelle tracto geologico. Algumas d'estas sepulturas, constituindo grupos, estavam inteiramente despejadas desde tempos immemoriaes, e outras, mas quasi todas invadidas em tempos antigos, cobertas da terra descaida da parte superior da rampa; pois sendo cuidadosamente exploradas muitas d'estas, não houve

n'ellas encontrar um unico signal de enterramento; apenas umas tres, mais sertanejas, mais escondidas nas pregas da ondulação schistosa, manifestaram um par de argolas de orelha de mulher, um pequeno gonzo e metade de um prego, tudo de cobre, e uns fragmentos de ossos humanos em estado da mais adiantada deterioração, deixando perceber que mesmo estas tinham sido invadidas, por isso que nem um só vestigio de craneo, nem um unico dente foi possivel descobrir no seu ambito, dando-se mais a circumstancia de que os poucos ossos que continham, não estavam assentes sobre o fundo resistente dos jazigos. Uma das argolas de cobre ainda inteira, a fórma e o estylo da abertura de taes sepulturas, cujas dimensões permittiam a inhumação, poderão dar uma idéa mais ou menos approximada da epocha que representa aquelle singular cemiterio serrano, como em seu competente logar averiguarei. Todo aquelle tracto de rochas precisava pois um exame rigoroso, por ser possivel e talvez muito provavel apparecerem algumas sepulturas intactas, que podessem resolver todas as duvidas e supprir todas as hypotheses.

CERCA DE S. SEBASTIÃO

Partindo do ponto antecedente pela faxa do litoral a montante do rio e percorrendo approximadamente 1^{k},400, entrei na cêrca de S. Sebastião, onde uma ermida d'este nome foi levada pela cheia no inverno de 1876, salvando a imagem padroeira com grande risco de vida um devoto da villa, chamado Antonio Quintino Affonso. E não foi só a ermida que a cheia arrastou na sua desencadeada passagem; com a ermida foram as casas, as arvores e o terreno aravel do logar; e d'aqui resultou o apparecimento de um campo mortuario com as sepulturas pela maior parte quasi perpendiculares ao rio, geralmente cobertas de lages delgadas de marmore granolamellar, umas com superficie polida, lisa, sem epitaphios nem ornatos, e outras sem trabalho apreciavel. Manifestou mais este terreno uns abatimentos de configuração

proximamente circular, de um dos quaes se diz ter-se extrahido uma ola ossaria, ou antes uma urna cineraria, que o distincto medico da villa, o dr. Antonio Xavier de Brito, teve a condescendencia de me offerecer, trazendo esta urna ainda alguns fragmentos de ossos calcinados e terra queimada, como se podem verificar. Eu levava recommendação especial para explorar o campo de S. Sebastião, se o seu proprietario, o sr. Lourenço Cesario Parreira, o permittisse; mas este cavalheiro, que foi um dos que maiores estragos soffreu nas propriedades de sua casa, receiando um tanto infundadamente que as excavações pozessem ainda em peior estado o seu terreno, não pôde ter n'aquella occasião, em que tão sensiveis perdas tinham transtornado a ordem regular dos seus trabalhos campestres, a condescendencia que lhe solicitei e que certamente não deixaria de ter em circumstancias menos adversas. Não pude pois examinar o campo mortuario de S. Sebastião, mas varias pessoas, sabendo que eu desejava observar os fragmentos das louças e marmores que estivessem espalhados na terra, me trouxeram alguns specimens e entre elles um fundo de amphora, em que houve deposito cinerario, como se póde ver na collecção dos monumentos de Mertola, um tijolo inteiro, um pedaço de telhão horisontal de bordos salientes, um fragmento de cimento com mescla de tijolo triturado e dois dos marmores que cobriam as sepulturas; e foi tudo quanto pude adquirir d'aquelle campo, cuja planta acompanha esta noticia.

VARGEM DE S. BRAZ

No meu progressivo seguimento pela margem direita, sempre a montante do rio, passei da cêrca de S. Sebastião á Vargem de S. Braz, tambem situada em plan'alto propinquo ao Guadiana e distante da villa mais de 2 kilometros. Notei logo á flor do chão muitos vestigios de antigos edificios, estando os seus arrazados muros orientados geralmente de norte a sul n'uma area apparente de 243 metros quadrados,

devendo entender-se que muito maior superficie poderia descobrir-se, se tivesse ali havido uma exploração bem dirigida e sem tempo contado. Constou-me então haverem-se tirado d'aquella vargem alguns materiaes de construcção, tendo apenas ficado abandonada uma pequena columna de calcareo branco com altura de $1^{m},40$ medindo a sua base quadrada $0^{m},20$ em cada lado. Do chão de uma casa extrahi um specimen de cimento com a conhecida mescla de tijolo triturado, e para reforçar a significação d'este caracteristico, que tambem se acha em obras mais antigas, trouxe um fragmento de telhão horisontal de bordos salientes.

Foi esta a ultima estação do meu imperfeitissimo exame na secção da margem direita do rio Guadiana, comprehendida entre este ponto e o Barranco do Azeite.

De todos os mencionados pontos que inspeccionei, excepto da vargem da Bombeira, trouxe caracteristicos archeologicos, e nomeadamente do Rocio do Carmo e do Castello uma serie de monumentos epigraphicos com inscripções wisigothicas e arabes, que acondicionei em seis caixas e remetti ao governador civil do districto de Beja com sobrescripto para o ex.^{mo} ministro do reino. Estas malfadadas caixas foram mandadas pelo governo para a academia real de bellas artes, sendo então vice-inspector d'aquella academia o meu illustre amigo marquez de Sousa Holstein, que tão cedo a morte arrebatou, usurpando á sciencia e ás lettras um dos seus mais intelligentes e activos cultores.

Os monumentos de marmore pela maior parte chegaram feitos pedaços; dois muito notaveis perderam-se, assim como um perfeito prato de argila e as duas botijas, a que já alludi, fallando do Barranco do Azeite.

No meu regresso a Lisboa recebi uma vaga noticia dos desastres por que tinham passado todos estes objectos, comprados á minha custa, ou recebidos por offerecimento de varias pessoas que quizeram honrar-me com os seus obsequios, por isso que poucas cousas se poderam utilisar nas rapidas excavações que se fizeram.

Servindo-me da intervenção do sr. conselheiro director

geral de instrucção publica, que a este respeito já tinha conferenciado com o sr. Delphim Guedes, actual vice-inspector d'aquella academia, fui observar os monumentos de Mertola, que em seis caixas tinham sido cuidadosamente acondicionados e acompanhados na de n.º 6 por um catalogo geral, com a designação da proveniencia e das condições do descobrimento de cada objecto, para ser confrontado com os respectivos rotulos, a fim de facilitar a sua collocação por ordem geographica do sul para o norte e por epochas distinctas, por isso que desde o principio destinei logo a serie das antiguidades de Mertola para o seguimento ordinal das do Algarve, cujo ponto de partida estava marcado no plano geral dos meus trabalhos, no flanco esquerdo do rio Odeseixe, ao norte de Aljezur; porque d'este modo tive em vista deixar pelo lado do rio Guadiana abertos os trabalhos para a carta archeologica do Alemtejo, bem como offerecer aos sabios do reino vizinho uma ligação do reconhecimento archeologico do nosso paiz com a do tracto do territorio andaluz, se alguma vez aquella illustre nação quizesse fazer partir da nossa fronteira um igual reconhecimento para o levantamento da carta archeologica de toda a peninsula.

Tive pois ingresso no deposito em que deram entrada os monumentos da região myrtilense, e observei: que as caixas tinham desapparecido; que os monumentos de marmore estavam reduzidos a pedaços; que dois d'estes monumentos e um d'elles muito importante em rasão da sua data, não existiam já; que os fragmentos respectivos a alguns monumentos estavam todos confundidos e misturados em monte; que tinham desapparecido tres mui perfeitos vasos de argilla por mim comprados a um trabalhador que os achou em sepulturas no Barranco do Azeite; que numerosos rotulos estavam despregados dos objectos em que foram collados, e que do catalogo incluso na caixa n.º 6, onde vinham os mosaicos do castello, não havia noticia!

Em presença de toda esta desordem cheguei a duvidar, se eu mesmo seria capaz de concertar os monumentos epigraphicos, dos quaes alguns bocados tambem se perderam.

e de restituir os rotulos aos objectos em que faltavam, e solicitei ao distincto vice-inspector da academia que mandasse fazer uma busca rigorosa n'aquelle deposito para se procurarem os dois monumentos epigraphicos que tinham vindo inteiros, os fragmentos que faltavam para outros se poderem completar, e os tres vasos, de todos os mais perfeitos, que por minha mão foram encerrados na caixa n.º 5, onde vinham todos os artefactos ceramicos inteiros, acondicionados com inexcedivel cuidado; mas nada d'isto até á presente data se pôde encontrar.

Cumprindo o meu dever, participei todos estes acontecimentos ao sr. conselheiro director geral de instrucção publica, e fui então convidado a proceder á reorganisação de tudo quanto fosse possivel apurar-se, e para este fim me foi dispensado um gabinete na academia de bellas artes.

Reconstruidos os monumentos de marmore com todos os fragmentos que appareceram de cada um, mandei-os assentar em gesso dentro de caixas para que novas perdas não houvesse a lamentar, e recorrendo ás minhas reminiscencias e apontamentos, renovei os rotulos em todos os objectos. Aos monumentos que tinham vindo, reuni um que comprei no dia da minha partida de Mertola para Lisboa, um outro mui perfeito, offerecido pelo sr. Alonso Gomes, e mais dois pelo sr. Domingos Martins Peres.

Eis-aqui portanto o catalogo dos objectos antigos de Mertola, que n'esta data ficaram depositados na academia real de bellas artes de Lisboa.

Começo pelo cemiterio antigo da região serrana, contiguo ao Rocio do Carmo, em que ha sepulturas isoladas e em grupos, abertas nos schistos da formação local, pela maior parte estreitas, mal alinhadas, pouco fundas, e de dimensões diversas, geralmente invadidas desde tempos antigos, e que por sua rude construcção parecem pertencer a uma epocha anterior ao dominio romano.

EPOCHA PRE-ROMANA

MERTOLA

1. Fragmentos de ossos humanos, achados na terra das sepulturas excavadas nos schistos da rampa contigua ao Rocio do Carmo, mostrando assim terem aquellas sepulturas sido invadidas por nacionalidades que occuparam posteriormente a região myrtilense.

2. Prego, argolas de orelha e gonzo, de cobre, unicos objectos metallicos extrahidos em 1877 das sepulturas indicadas no numero antecedente.

EPOCHA ROMANA

BARRANCO DO AZEITE

3–4. Dois vasos de argilla, bojudos, com fundo estreito, gargalo curto, alargando para a bôca, e uma só asa. Foram achados em 1877 sobre o pavimento de uma das casas arrazadas, que a passagem da cheia deixou á vista, e comprados no mesmo logar a um trabalhador por E. da V.

5. Tigela pequena de argilla escura, de rude fabricação, achada n'uma casa arrazada, que as cheias do inverno de 1876 deixaram patente. Foi comprada no proprio logar a um trabalhador por E. da V.

6–10. Fundos pontagudos de amphoras e de outros vasos de argilla de grandes dimensões, extrahidos das ruinas dos edificios, verificadas em 1877.

11. Fundo de diota com um fragmento do bojo, extrahido das ruinas dos edificios arrasados.

12–14. Tres azas de grandes vasos grosseiros de argilla, achadas nos entulhos das casas destruidas.

15–16. Dois gargalos de vasos grandes de argilla com duas azas, extrahidos das ruinas dos edificios arrasados.

17–19. Tres bordas de vasos de argilla, de grande abertura, achadas nas ruinas das casas.

20. Fragmento de tijolo rubro, delgado e com uma estreita faxa de linhas parallelas muito juntas, achado nos entulhos das casas.

21. Pasta de barro cru, amassado e preparado para fabricação de louça, achada com outros grandes pedaços, perto de um forno de olaria, ainda perceptivel. Foram observados mais alguns junto á margem do rio, onde seriam precipitados pelas torrentes pluviaes.

VARGEM DA VAQUEIRA

22–26. Cinco fragmentos de grandes vasos grosseiros de argilla negra, granulada de quartzite, mostrando o de n.° 20 nas suas desiguaes superficies não ter sido feito ao torno. Estes fragmentos revelam uma fabricação rudimentar; parece approximarem-se ao typo da ceramica dos *tumuli*, e como taes seriam indicados, se não tivessem sido vistos entre outros e em construcções de feição romana.

São comtudo aqui incluidos com as devidas reservas, por isso que, não tendo havido excavações na extensa vargem da Vaqueira, não se póde verificar, se os vestigios romanos do campo terão tido assentamento sobre construcções mais antigas, a que pertencessem os respectivos vasos.

27–28. Duas azas de vasos de argilla grandes e grosseiros, achadas nos entulhos das casas arrasadas.

29. Fragmento de borda de prato de argilla, achado nas ruinas dos edificios.

30. Fragmento do bojo de um vaso de argilla alvacenta, com uma péga, achado nos entulhos de uma casa arrasada.

TAMUJO

31. Argola de bronze, achada junto ao rio entre a chamada ponte da villa e a ermida de Santo Antonio, nas ruinas de uma construcção antiga.

32. Fragmento da borda de um pequeno vaso de vidro de bôca larga, de côr branca ligeiramente esverdiada, achado com o objecto antecedente.

33. Fragmento de uma candeia de barro alvacenta (lucerna), achado com os dois objectos antecedentes.

CASTELLO DE MERTOLA

34–35. Caixas, contendo specimens de um pavimento de mosaico, do genero *opus vermiculatus,* descoberto n'uma excavação feita na rampa do castello em profundidade de $2^{m},63$, distante 4 metros da servidão que vai da igreja matriz

para o cemiterio publico e a 10 metros da porta do mesmo cemiterio. Servem para comprovar que houve edificios romanos dentro do perimetro do castello.

36–37. Fragmentos de marmore granular branco trabalhado, achados junto ao pavimento de mosaico representado sob os numeros 34 e 35.

38. Dez fragmentos de diversos vasos de vidro, parecendo todos de fabricação romana, achados a 1^{m},90 de profundidade na excavação em que se descobriu o pavimento de mosaico representado sob n.^{os} 34 e 35.

39. Bôca de vaso de argilla de gargalo estreito e bojo dilatado, achada junto ao mosaico de n.^{os} 34 e 35.

40. Fragmento de borda de alguidar de argilla, atravessado por um orificio, achado em profundidade de 2^{m},10, juntamente com os de n.^{os} 41 a 49, na excavação que deixou descobrir o mosaico de n.^{os} 34 e 35.

41. Fragmento de um vaso de argilla vermelha com uma canelura concava junto ao fundo entre dois filetes parallelos a outro da extremidade superior.

42. Dito de bojo de vaso grande de argilla alvacenta.

43. Dito de prato de argilla vermelha ordinaria.

44–45. Ditos de bojo de dois vasos de argilla ordinaria, externamente ornamentados de estreitas canelruras convexas parallelas.

46–47. Ditos de vasos de argilla vermelha de tenue espessura, com estreitas listas brancas parallelas.

48–49. Ditos de dois diversos typos de telhas de argilla avermelhada.

Todos estes fragmentos marcados com os n.º 40, a 49, como se disse com relação ao de n.º 40, foram achados em profundidade de $2^{m},10$ na excavação que, levada $0^{m},53$ mais abaixo, deixou á vista o pavimento do mosaico acima mencionado, e porque tinham o seu deposito n'uma camada $0^{m},20$ inferior áquella em que se acharam os specimens de vidros romanos, sob n.º 38, vão aqui incluidos na epocha romana, comquanto alguns suscitem duvidas, que reclamam estudos especiaes, que só poderão fazer-se quando as bibliothecas publicas estiverem munidas das principaes monographias ceramicas que tratam d'este assumpto. Com o mesmo pouco seguro fundamento vão incluidos na epocha romana os seguintes objectos n.ºs 50 a 52, os quaes podem ter tido aproveitamento em tempos posteriores, não obstante a bem caracterisada antiguidade do de n.º 52.

50. Tres fragmentos de pregos de ferro em adiantada decomposição, achados junto ao mosaico do castello representado sob n.ºs 34 e 35.

51. Valva do mollusco maritimo comestivel (*Pecten maximus*, Linn.), achada sobre o mosaico do castello.

52. Valva de mollusco maritimo comestivel do genero *Ostria*, em adiantado estado de deterioração, achada com a antecedente sobre o mosaico do castello. Estas duas conchas, indubitavelmente importadas de muitas leguas de distancia, são mui frequentes em sepulturas e em ruinas romanas.

CERCA DE S. SEBASTIÃO

53. Grande urna cineraria de argilla alvacenta, de bojo approximadamente espherico, fundo circular externamente excavado em canelura concava, gargalo curto e perpendicular, rematado em borda estreita descaída, d'onde sáem duas

pequenas azas em sentido opposto. Diz-se ter sido extrahida de uma cavidade de fórma circular, contendo cinzas e ossos calcinados, de que ainda conserva alguns restos. Foi offerecida na villa de Mertola em 4 de março de 1877 pelo dr. Antonio Xavier de Brito a E. da V.

54. Tijolo mal cozido de argilla amarellada, achado e offerecido com os objectos seguintes até n.º 60 por um trabalhador da villa.

55. Fragmento de telha horisontal de bordos lateraes salientes.

56. Fundo de amphora de argilla vermelha com um fragmento de craneo e residuos de incineração, mostrando ter servido de receptaculo cinerario.

57. Fragmento da borda de um vaso de argilla de largo diametro e fundo curto, que se diz ter sido extrahido de uma sepultura, onde serviria de deposito cinerario.

58. Specimen de cimento com mescla de barro cozido triturado, achado avulso no campo mortuario.

59. Fragmento de uma lage de marmore granolamellar azulado com uma superficie trabalhada, extrahido da campa de uma sepultura.

60. Fragmento de uma lage tosca de marmore granolamellar cinzento, extrahido da campa de uma sepultura.

VARGEM DE S. BRAZ

61. Fragmento de telha horisontal de bordas lateraes salientes, achado nas ruinas dos edificios romanos.

62. Specimen de cimento com mescla de tijolo triturado, similhante ao de n.º 58 da Cêrca de S. Sebastião, extrahido do pavimento de uma casa arrazada, junto da qual estava uma pequena columna de calcareo branco solta no campo.

EPOCHA WISIGOTHICA

CASTELLO DE MERTOLA

63. Tessera monogrammatica de argilla, de fórma circular, com duas faces planas e parallelas, tendo n'uma gravada um signal, que parece o monogramma de Christo, composto com as lettras X, P, T, enlaçadas.

Foi achada na excavação que poz á vista o mosaico das caixas n.os 34 e 35.

64. Fragmento de lapida de marmore granular branco, com signaes de duas cavidades, abertas á broca, e de linhas, entre as quaes em muitos monumentos christãos do quinto ao setimo seculo, como se observam em alguns da collecção de Mertola, se acham gravadas as inscripções. Parece ter pertencido a um d'esses monumentos, e foi descoberto na excavação junto ao mosaico do castello com a tessera antecedente.

CEMITERIO CHRISTÃO DO QUINTO AO SETIMO SECULO

Verificado entre o Rocio do Carmo e a ermida de Santo Antonio na villa de Mertola

65. Caixa, contendo restos de maxillares, encontrados nas sepulturas exploradas em 1877 rente ao flanco esquerdo da

estrada real n.º 18 de Mertola para Beja, quasi em frente da ermida de Santo Antonio, e nas que foram achadas junto ao Rocio do Carmo.

66. Numerosos fragmentos de ossos, extrahidos das sepulturas christãs do quinto ao setimo seculo, exploradas em 1877 entre a ermida de Santo Antonio e o Rocio do Carmo.

67. Defeza de cabra, achada n'uma sepultura intacta, junto á valleta da estrada de Mertola para Beja, quasi em frente de Santo Antonio, associada a ossos humanos, onde parece ter sido intencionalmente depositada como objecto de superstição.

MONUMENTOS EPIGRAPHICOS

68–81. Em seu competente logar vão gravados e descriptos estes monumentos, pela maior parte incompletos, desde n.º 1 até n.º 14, e sob a numeração geral de 68 a 81. Todos pertencem ao auctor, que os comprou, excepto tres offerecidos pelos srs. Alonso Gomes e Domingos Martins Peres.

EPOCHA ARABE

82. Inscripção arabe incompleta, de caracteres cuficos, lavrada em relevo n'uma peça angular de cornija ou de faxa ornamental de marmore granular branco, extrahida em 1877 de sobre a porta da torre, que no castello de Mertola

mandou fazer D. João Fernandes em 1292, onde foi collocada como material de construcção, visivelmente pertencente a um edificio arabe destruido.

83. Monumento epigraphico funerario mahometano, com inscripção lavrada em relevo n'uma lamina de marmore granolamellar cinzento. Extrahido do lado de leste da torre de Mertola, onde fôra collocado em 1292 com as lettras atravessadas como material de construcção.

Estes monumentos vão gravados e descriptos em seu competente logar. Pertencem ao estado.

84. Fragmento de grande vaso de argilla amarellada, externamente ornamentado em relevo no estylo arabe, ou antes hispano-mahometano, achado n'uma excavação feita em 1877 no castello de Mertola, a 10 metros de distancia da porta do cemiterio publico.

85. Fragmento muito espesso de grande vaso de argilla ligeiramente avermelhada, com relevo ornamental no estylo hispano-mahometano, vidrado de verde escuro. Achado nos entulhos do castello em 1877.

86. Dois fragmentos, que se ligam, de um vaso de largo fundo achatado, medindo de altura $0^{m},035$. É internamente vidrado de verde escuro e por fóra de amarello esverdiado, sendo a sua massa ceramica similhante na côr e contextura á dos fragmentos antecedentes, com os quaes foram achados.

87. Fragmento de fundo de um vaso de argilla, similhante aos antecedentes na côr e contextura do barro, com vestigios de vidrado côr de mel no lado externo e de amarrello claro internamente. Achado com os antecedentes em 1877.

TAMUJO

88. Fragmento de fundo de vaso de argilla com externo vidrado côr de mel sobre reflexos escuros, parecendo pertencer á classe dos artefactos ceramographicos hispano-mahometanos. Achado avulso na baixa do Tamujo.

EPOCHA PORTUGUEZA

MERTOLA

89. Inscripção gravada n'uma lamina de calcareo, existente sobre a porta da torre do castello, onde serve de documento comprovativo da era em que foi construida aquella torre e que por isso não deve ser d'alli retirada. A copia pertencente á collecção é fac-simile e vae reproduzida no fim.

MOEDAS ROMANAS, ARABES E PORTUGUEZAS ACHADAS EM MERTOLA E OFFERECIDAS PELOS SRS. MENDONÇA E M. GARRIDO RESIDENTES NA VILLA, A E. DA V.

EPOCHA ROMANA

REPUBLICA

INCERTA

1. Cabeça de Pallas com capacete alado, voltada para a direita, tendo á esquerda a nota do denarius, ✕.

℞—ROMA—Os Dioscures a cavallo, correndo para a direita.—AR. D.—Familia consular incerta.—Off. pelo sr. M. Garrido.

FAMILIA MINUCIA

2. ROMA—Cabeça de Pallas para a direita com capacete alado, tendo adiante a nota monetaria do denarius, ✕.

℞—C (aius) AVG (urinus). Dois homens de toga em pé, um com dois pães e o outro com o *lituus;* entre ambos uma columna estriada com uma estatua; entre os homens e a columna umas espigas e na base de cada lado um meio leão deitado.—Æ. D.— H. Cohen attribue a cunhagem d'este denario a um anno entre o 188 e 164 antes de Christo. Valor, 2 francos (360 réis)— Off. pelo sr. M. Garrido.

IMPERIO ROMANO

CONSTANCIO II

(Morreu no anno 361 de J. C.)

3. DN. CONSTANTIVS P. F. AVG.—Busto de Constancio, voltado para a direita, com diadema e paludamento. No campo, á esquerda, o signal monetario A.

℞ — FEL · TEMP · REPARATIO. O imperador em pé n'um navio, com vestidura militar, navegando para a esquerda, com a Phenix sobre o globo na mão direita e o labaro na outra. A Victoria, assentada á pôpa, governa o leme. No campo, sobre a prôa, o signal monetario A. Exergo imperceptivel. — P · Br.— Off. pelo sr. Mendonça.

4–5. DN · CONSTANTIVS P · F · AVG. Busto do imperante para a direita, com diadema e paludamento.

℞ = FEL · TEM · REPARATIO. Soldado de capacete e escudo, arremessando a lança a um inimigo caído sobre o cavallo e com o braço erguido e o rosto voltado para o vencedor como para supplicar-lhe a vida. No campo, D · Módulo entre o P · Br. e o Quinario. — Dois exemplares offerecidos pelo sr. Mendonça.

VALENTINIANO II

(Morreu no anno 388 de J. C.)

6. DN · VALENTINIANVS IVN · P · F · AVG. O busto do imperador com diadema e paludamento, voltado para a direita.

℞ — REPARATIO REIPVB. Valentiniano de pé com vestes militares, erguendo com a mão direita uma mulher ajoelhada e coroada de torres (symbolo de cidade) e com a esquerda a figura da Victoria. No exergo, CONSP · — P · Br.— Offerecido pelo sr. Mendonça.

THEODOSIO I, O GRANDE

(Morreu no anno 395 de J. C.)

7. DN · THEODOSIVS P · F · AVG. Busto do imperador, voltado para a direita, com diadema e paludamento.

℞ — GLORIA ROMANORVM. Theodosio em pé, de frente e olhando para a direita, com vestidura militar e diadema: na mão direita tem um estandarte com o monogramma X e na esquerda o globo. No campo, sob o globo, uma estrella. No exergo — MHA . — Æ — P · Br.— Offerecido pelo sr. Mendonça.

ARCADIO

(Morreu no anno 408 de J. C.)

8. DN · ARCADIVS P · F · AVG. Busto do imperante, voltado para a direita, com diadema e couraça.

℞ — GLORIA ROMANORVM. Arcadio em pé, para a esquerda, com vestidura militar, o labaro na mão direita e o globo na esquerda. No campo, sob o labaro, uma estrella. No exergo — SMNR . — Æ — P · Br. — Offerecido pelo sr. Mendonça.

EPOCHA ARABE

Moedas de prata de dois módulos quadrados, com legendas em ambos os lados, similhantes ás de Almodovar, descriptas, traduzidas e offerecidas á real academia de historia em 1800 pelo academico Fr. José de Santo Antonio Moura. Estas, achadas no castello de Mertola, e offerecidas ao auctor pelo sr. Mendonça, são assim transcriptas e interpretadas pelo mui festejado arabista D. Rodrigo Amador de los Rios.

9. لا اله الا الله — *No hay dios sino Alláh.*
الامر كله الله — *El imperio todo es de Alláh.*
لا قوة الا با لله — *No hay fuerza sino en Alláh.*
A

℟ الله ربنا — *Alláh es nuestro señor.*
محمد رسو لنا — *Mahoma nuestro profeta.*
المهدى اما منا — *Al-Mahdy nuestro Imán.*
B

10. ابو محمد عبد — *Abú-Mohámmad Abde-*
المو من علي — *l-Mumen Aly,*
امير المو منين — *Príncipe de los fieles.*

℟ الحمد لله — *Loado sea Alláh*
رب — *señor*
العا لمين — *de los dos mundos.*

EPOCHA PORTUGUEZA

D. SANCHO (I?)

11. REX SANCIVS — Escudo que parece ter cinco pontos.

℞ — PORTVGAL — Cruz floreteada, cortando a legenda, cantonada por duas estrellas de quatro raios e dois pontos. *Dinheiro* — Bilhão. — Offerecido pelo sr. Mendonça.

D. SANCHO (II?)

12. REX SANCII — Quatro escudetes em cruz dentro de um circulo.

℞ — PORTVGAL — Cruz em relevo (incusa no anverso), cortando a legenda até á orla, com dois pontos em angulos oppostos. — D . B . — Offerecido pelo sr. M. Garrido.

D. AFFONSO III

13–14. ALFONSVS REX — Cruz inscripta n'um circulo de pontos, cantonada por dois crescentes e duas estrellas.

℞ — PO — RT — VG — AL — As cinco quinas cortando em cruz a legenda, tendo cada uma as arruellas dispostas d'este modo ⁘ — D . B . — Offerecido pelo sr. M. Garrido.

D. DINIZ

15–16. D REX PORTVGL — Cruz cantonada por dois crescentes e duas estrellas.

℞ — AL — GA — RB — II — As cinco quinas em cruz cortando a legenda, com cinco arruellas cada uma. — D . B. — Offerecido pelo sr. M. Garrido.

D. AFFONSO IV

17. ALF . RЄX : PORTVGL — Cruz cantonada por dois crescentes e duas estrellas.

℞ — AL — GA — RB — II — As quinas com as cinco arruellas em aspa, cortando a legenda. — D . B. — Offerecido pelo sr. M. Garrido.

D. FERNANDO I

18–19. ✠ F ⁘ RЄX ⁘ PORTVGALI — Cruz cantonada por dois crescentes e duas estrellas.

℞ — AL — GA — RB — II — As quinas em cruz, cortando a legenda, com as cinco arruellas em aspa e um ponto separando o escudete central do superior.—D . B. — Offerecido pelo sr. M. Garrido.

D. JOÃO I

20. ✠IHNS ⁙ DEI ⁙ GRA ⁙ RЄX ⁙ PO ⁙ ЄT ⁙ ALGARBII.— As quinas inscriptas em quatro arcos duplos, ligados por angulos agudos, tendo o escudete superior entre duas rosetas e o inferior entre as lettras L B (LisBoa).

℞ — ADIVTORIVM ⋆ NOSTRVN ⋆ QVI ⋆ FЄCIT ⋆ CЄLVN⋆ЄT⋆TЄRAN⋆ — Legenda dentro de dois circulos ponteados. No campo, sob a corôa real, IHNS (IoHaNneS). Em baixo, entre dois pontos, L (isboa). *Real*– (prata baixa, Bilhão) — Off. pelo sr. M. Garrido.

D. AFFONSO V

21. ALFONSVS DEI GRATIA RE — Mão segurando pela folha uma espada nua com a ponta para baixo dentro de um campo fechado por quatro arcos duplos ligados por anneis.

℞ — ADIVTORIM NOS (trum) — Escudo, com quatro castellos e as cinco quinas sobre a cruz de Aviz, inscripta em 3 arcos, sem corôa real. *Espadim.* — Æ. — Offerecido pelo sr. M. Garrido.

D. MANUEL

22. + I · EMANVEL : R : P : ET : A — Escudo, entre tres anneis, sem corôa, com as quinas cantonadas por quatro castellos.

℞ — + I · EMANVEL : R : P : ET : A : DN... (G) — Tres torres banhadas pelo mar. — *Ceitil* — Æ. — Offerecido pelo sr. M. Garrido.

D. JOÃO III

23. $\left\{\begin{matrix} \text{IO} \cdot \text{III} \\ \text{R} \cdot \text{P} \cdot \text{A} \end{matrix}\right\}$ Dentro de um espaço proximamente quadrangular com ornatos externos.

℞ — R — No campo, sob uma corôa real entre duas cruzes ✕✕. — *Real de cobre.* — Offerecido pelo sr. Mendonça.

D. SEBASTIÃO

24. PORT · ET ALGARB · R · AFRIC — SEBAS— TIA — NVS — ·I· — No campo, sob corôa real em quatro linhas.

℞ — Armas reaes entre um L e um 3. — *Tres reaes.* — Æ. Offerecido pelo sr. Mendonça.

D. JOÃO IV

25. IOANNES · IIII · D · G · REX PORTVGALI. — Armas reaes.

℞ — REX · X · V · III — No campo I · $\frac{1}{2}$ — *Real e meio* Æ. — Offerecido pelo sr. Mendonça.

D. AFFONSO VI

26. ALPHONSVS VI D·G·REX P—Escudo das armas reaes coroado e ladeado de ornatos em fórma de SS. ℞—IN HOC SIGNO VINCES—No campo a cruz de Christo—*Tostão.*—*R.*—Comprado por E da V.

Tenho até aqui relatado os caracteristicos apparentes dos logares que inspeccionei desde o Barranco do Azeite até á Vargem de S. Braz e relacionado os monumentos descobertos n'essa secção marginal do rio Guadiana, cuja extensão total é approximadamente avaliada em 3 leguas.

Já fica dito que não houve em nenhum dos pontos indicados as excavações que conviria terem-se feito em devida regra, para assim se classificarem com fundada segurança as ruinas, que uma poderosa causa meteorologica deixou mui imperfeitamente á vista, e que por isso poderão ser um tanto arriscadas algumas conjecturas que me proponho aventurar, a fim de se chegar a perceber, que significação poderá dar-se a todo aquelle conjuncto de varios elementos, e que relações póde ter havido entre esses logares, outr'ora habitados por nações invasoras de differentes estirpes e procedencias.

Tomarei a villa de Mertola como ponto fundamental de referencia para todos os que ficam mencionados; procurarei para a sua historia, embora muito escassas, algumas noções, que possam deduzir-se dos auctores gregos e latinos, unicas fontes dignas de inspirarem confiança; e emprehenderei interpretar os factos propriamente archeologicos, não obstante a sua insufficiencia e sobretudo a minha, para assim ficarem um tanto elucidados os assumptos que até agora têem parecido mais obscuros e imperceptiveis; e mais longe não posso

chegar pela falta dos muitos e importantes monumentos, que havia a esperar da riquissima região myrtilense, se tivesse sido explorada como o merecia ser; pois entendo que todo o trabalho e dispendio que alli se empregassem, seriam amplamente retribuidos.

I

EPOCHA PRE-ROMANA

Carencia de uma exploração bem dirigida para se reconhecer se nos terrenos de Mertola ha vestigios de povos prehistoricos. — Fundamento que persuade deverem achar-se estes vestigios entre a margem esquerda da Ribeira do Vascão e Mertola. — Opinião de que deriva da lingua pûnica o nome do rio Guadiana. — Aventurosas origens de Myrtilis. — Prova-se que era cidade septentrional da Lusitania, situada na região do Promontorio Cuneo e marginal ao rio Ana. — Mostra-se que Myrtilis já existia quando Julio Cesar ganhou a batalha de Munda. — Symbologia de um monumento numismatico que attesta a origem pre-romana d'esta cidade. — Confirma-se este asserto com todos os padrões até hoje conhecidos da sua especial nummaria geographica. — Conformidade dos emblemas typicos d'esta serie de monumentos com as condições locaes da situação myrtilense. — Padrão numismatico inédito de Myrtilis já citado por auctores modernos. — Outros dois padrões inéditos, variantes de typos já conhecidos, descobertos nos terrenos de Mertola. — Campo mortuario que parece ser anterior ao dominio romano. — Situação e construcção dos jazigos. — Presumptivo systema de enterramento n'este campo. — Antiga invasão que usurpou a estes jazigos os caracteristicos archeologicos mais essenciaes para a classificação da epocha a que pertenceram.

As antiguidades de Mertola mal podem ser por emquanto interpretadas e descriptas, não tendo sido ainda rigorosamente exploradas.

Congregar todos os elementos dispersos, dividil-os por seus criterios ethnographicos, examinar os diversos representantes de cada um d'estes grupos, reconhecer a sua ordem de successão e a ligação geographica das suas respectivas situações, é, quando muito, o que hoje se póde emprehender; mas ainda assim as conclusões derivadas d'este exame nem sempre chegarão a ser definitivas e seguras, porque em quasi todos os assumptos ha deficiencia de provas, que

o estudo mais atilado não consegue supprir e em que o conceito conjectural não acha admissivel cabimento.

Não se devem porém menosprezar os factos já conhecidos, embora pela maior parte incompletos; convem registal-os e desde já premunil-os da sua limitada significação, esperando-se pelo descobrimento de outros que os elucidem sem hesitações fundamentaes.

Todas as ruinas verificadas entre o Barranco do Azeite e a Vargem de S. Braz; todos os vestigios de edificios e monumentos profusamente espalhados na construcção e no revestimento das muralhas e que consta terem-se descoberto dentro da villa, principalmente do seculo XVI em diante, comquanto revelem ter havido em antigos tempos n'aquellas paragens varias populações opulentas e florescentes, longe estão, no seu já secular estado de abandono, de esclarecerem os themas mais duvidosos e sombrios, mas de maior importancia, concernentes á historia critica das nacionalidades que successivamente senhorearam aquelle tracto de terra desde tempos immemoriaes até á data da conquista portugueza, emquanto não houver em tudo isso um trabalho regular, que deixe completamente reconhecer o que ainda resta de tantas civilisações extinctas.

É assim que se estudam estes assumptos, para os quaes não ha que esperar um raio de luz dos archivos publicos; é assim, recorrendo ao archivo da terra, mysterioso deposito das mais preciosas reliquias da humanidade, que se podem descobrir os monumentos antigos e d'elles deixar memoria; é só assim que muitos darão testemunho das epochas a que pertencem, quando se encontrem acompanhados de indicios archeologicos, que permittam e persuadam a sua classificação.

A partir do flanco esquerdo da Ribeira do Vascão para o castello de Mertola não ha noticia de terem apparecido monumentos prehistoricos de genero algum, do mesmo modo que nunca foram indicados entre a margem direita d'aquella ribeira e a foz do rio Guadiana; e comtudo, em toda esta ultima secção marginal do rio vieram os trabalhos de investigação directa, que precederam a coordenação da *Carta Ar-*

cheologica do Algarve, produzir este importante descobrimento.

Desde o sitio da Nora, a SO. de Cacella, onde explorei um dos mais notaveis monumentos prehistoricos do Algarve, e onde pela primeira vez n'aquella provincia se manifestaram instrumentos de trabalho e armas de guerra de silices e quartzites lascados, até Castro Marim e d'alli em diante em numerosos sitios até quasi á foz da Ribeira do Vascão, achei o trajecto de um povo prehistorico, que occupou aquelle accidentado tracto marginal, ainda assignalado nos cabeços dos montes por grupos de sepulturas proximamente quadradas onde deixou as cinzas dos seus defunctos em urnas da chamada ceramica dos tumulos, como se observarão quando for organisado o museu do Algarve. E porque alli estava marcado o limite norte-oriental das minhas investigações, ha de concluir-se que do flanco esquerdo d'aquella ribeira até Mertola cessaram repentinamente os vestigios d'esse povo desconhecido?

Não é provavel. Melhor será confessar que não houve em toda essa extensa linha de $21^{k},70^{m},00$ a minima inspecção, do que illudir a boa fé dos que dedicam o seu estudo á solução dos grandes problemas geographico-historicos, dizendo-lhes que não existem nos campos de Mertola esses caracteristicos, que de modo algum podéra aventurar-me a descobrir, tendo recebido para todos os meus trabalhos um praso vinte vezes menor do que seria exigido para conscienciosamente os desempenhar. Procurem-se pois em logares similhantes áquelles que a *Carta Archeologica do Algarve* indica nos concelhos de Alcoutim e Castro Marim, que não se fará talvez mui tardio o convencimento das minhas presumpções.

Não só o povo constructor das mencionadas sepulturas, que se diz serem igualmente frequentes nos montes do flanco esquerdo, se deixou representado nos terrenos marginaes do Guadiana; tambem alli se julga vinculado o elemento carthaginez, como pretende o erudito Salgado[1], dizendo que da

[1] Salgado, *Mem. Eccl.,* pag. 70.

palavra punica חנאם (Hanas) se deriva o nome do rio, que de feito é denominado Ana ou Anas por todos os geographos antigos.

Ao proprio nome de Myrtilis são attribuidas diversas etymologias, não muito de fiar, comquanto pareça haver entre ellas um tal ou qual fundo de verosimilhança. Uns querem que de Tyro viessem por intervenção de Carthago os fundadores de Myrtilis, e por esta opinião acode o mui engenhoso fr. Bernardo de Brito[1] com a sua tão seductora locução como portugueza de lei, dizendo que os soldados tyrios, que poderam salvar-se da destruição da sua cidade, asylando-se em Carthago, Utica e n'outros logares d'aquella florescente republica, já anteriormente habituada a erigir cidades no territorio peninsular, obtiveram licença do senado e concordaram com os lusitanos para fundarem uma cidade denominada Mirtyri, que lhes recordasse o nome da sua arrasada patria, porque significando Myr cousa nova em linguagem phenicia e reunindo este vocabulo a *Tiri* ou *Tyri*, ficaria indicando uma *Nova Tyro*.

Fr. Henrique Florez[2] julga que do Mare Myrtoum, em memoria de Myrtilo, filho de Mercurio, fosse derivado o nome de Myrtilis, assignando-lhe assim uma origem propriamente grega, com o que parece concordar um dos mais abalisados antiquarios[3] que se tem occupado das antiguidades de Portugal, indicando este nome como de indole singularmente hellenica.

A este respeito pensa o sabio D. Antonio Delgado[4] que de origem latina, do nome de Myrtus, (el arrayan) seja proveniente o de Myrtilis, assim como tambem admitte a etymologia proposta por Florez, accrescentando porém, que lhe parece mais provavel que esta palavra latinisada seja equivalente

[1] Brito, *Mon. Lusit.*, vol. II, p. 209.

[2] Florez, *Esp. Sagr.*, vol. XIV, p. 247.

[3] Dr. Hübner, *Notic. Archeol. de Port.*, p. 34.

[4] Delgado, *Nuevo metodo de classif. de las moned. autón. de Esp.*, II, p. 203.

á turdetana, cuja pronunciação se faria difficil aos conquistadores.

Em nenhuma hypothese, a meu ver, se póde julgar latino com tal radical e tal desinencia aquelle nome, tanto mais sendo de uma cidade originariamente lusitanica, como diz Plinio[1]: «Ab Anam ad Sacrum Lusitani»; e por isso mais me conformo com a ultima hypothese do illustre numismatico hispanhol.

Pertencia esta cidade ao Promontorio Cûneo: «In Cuneo sunt Myrtili, Balsa, Ossonoba», como refere Pomponio Mela[2], e era a primeira situada ao norte no dizer de Cellario[3]: «A septentrione prima est Mirtylis, sive Plinius et Antoninus Myrtili».

Claudio Ptolomeu[4], um dos geographos mais conhecedores do mundo antigo, escrevendo no principio do segundo seculo, já encarecia a antiguidade e celebridade d'esta cidade, denominando-a: «Opidum antiquum et præclarum». Nas suas *Tabulae Geographicae* não a collocou porém propinqua ao rio, desviando-a um tanto para o occidente; mas Abrahão Ortelio[5], que no seculo XVI foi cognominado o Ptolomeu do seu tempo, no *Theatro do Orbe da Terra* corrigiu este lapso, marcando Myrtilis sobre a raia direita do rio Guadiana e na confluencia do flanco esquerdo da ribeira de Oeiras, com a mais rigorosa exacção; o que André de Resende[6] tambem confirmou com estas palavras: «Myrtilis, quam Mertolam appellamus, Anæ fluvio est imposita».

Os monumentos até hoje descobertos na região myrtilense não podem servir para comprovar as origens d'essa cidade. Os mais antigos parecem-me ser as suas moedas geographicas, indubitavelmente anteriores ao definitivo dominio romano na Peninsula.

[1] Plinio, lib. IV, 22.
[2] Mela, *De situ Orbis*, lib. III, cap. I, 1740
[3] Cellario, *Notitia Orbis Antiqui*, lib. II, cap. I, sect. I, XX.
[4] Ptolomeu, *Orb. Ant.*, Tab. Europ. II, 1730.
[5] Ortelio, *Theatr.*
[6] Resende, *De ant. Lusit.*, lib. IV, 179, 1593.

Nove diversos padrões de moedas de Myrtilis apresenta o abalisado numismatico hispanhol D. Antonio Delgado[1]. Todas estas moedas foram batidas antes do primeiro seculo do imperio, como já tinha notado o distincto numismatico o sr. Aloïss Heiss[2] com relação ás tres que descreveu na sua *Description générale des monnaies antiques de l'Espagne.*

Em cinco d'estes padrões, assim como n'outros de moedas de Ursone, figura o nome do magistrado Lucius Appius Decimus, e são os de n.os 1, 2, 3, 5 e 8 da est. LIII da obra do sr. Delgado; mas nas de Ursone, além das abreviaturas L. AP. DE, ha mais a sigla Q, geralmente admittida como inicial de Questor, ao que todavia se oppõe o mui festejado epigraphista, o dr. D. Manuel Rodrigues de Berlanga, distincto interprete das tabulas Malacitana e Salpensana, no citado volume II, p. 332 do sr. Delgado, propondo que signifique com preferencia *Quinquennalis,* como tambem leu Borghesi, por ser sabido que foram os IIIIVIR ou IIVIR eleitos todos os cinco annos nos municipios e colonias, onde os dois duumviros e os dois edis tinham a seu cargo a organisação do censo e a inspecção das casas da moeda, que eram repartições do estado, e que por isso figuram nas moedas hispano-romanas os IIIIVIR, os IIVIR e os AEDILES.

Na referida est. LIII os n.os 6 e 7 do sr. Delgado, correspondentes aos do catalogo coordenado na mesma obra pelo sr. Francisco Matheus Gago, denunciam um outro magistrado, L. AC ML, cujo nome não tem sido interpretado.

Ainda ás indicadas cinco moedas com o nome de Lucius Appius Decimus deve aggregar-se a de n.º 16 da tab. I de Sestini[3].

A circumstancia de apparecer este nome tambem nas moedas de Ursone é assás significativa, como observa o sr. Delgado, porque vem mostrar que as moedas das duas cidades

[1] Delgado, *Nuev. met. de clas. de las mon. autón. d'Esp.*, tom. II, pag. 203.

[2] A. Heiss, pag. 415.

[3] Sestini, *Descrizione delle Medaglie Ispane,* Firenze, 1818.

foram cunhadas anteriormente ao anno 27 antes de Christo, em que a Hispanha Ulterior foi dividida em Lusitania, Betica e Tarraconense, estando ainda o territorio d'estas tres provincias sujeito ao proconsul e pretores da antecedente divisão; e accrescenta o illustre numismatico sevilhano, que mui provavelmente se estabeleceriam dois corpos de exercito, um em Ursone e outro em Myrtilis, nos ultimos tempos da já pelejada republica, e que escasseando o dinheiro romano para o pagamento das tropas, o questor ordenaria a emissão da moeda em dois pontos com o seu nome e o logar das fabricas, e que em todo o caso estas foram cunhadas em Myrtilis, onde antes circulavam livremente.

As moedas pois com o nome do dito magistrado refere o sr. Heiss ao anno 38 antes de Christo, e portanto, sendo já latinos os caracteres das suas legendas, devem attribuir-se a Julio Cesar, se é que não dimanavam orginariamente da magistratura consular.

Entre todas as moedas de Myrtilis julgo mui notavel a que sob n.º 9 é descripta na obra de D. Antonio Delgado pelo sr. Gago. Manifesta no anverso a legenda MVRTIL entre linhas parallelas, superiormente um ramo estendido para a direita, e no reverso um delphim para a direita sobre um crescente orlado de graphila de pontos. Tem o módulo d'esta moeda, pertencente á collecção do sr. Vera, o diametro de 25 millimetros. O delphim e o crescente diz o sr. Delgado serem symbolos do culto turdetano, e quer o sejam ou não, seriam em todo o caso os do povo de Myrtilis, porque parece não se poder admittir sobretudo o delphim como emblema de cidade litoral a um rio, onde tal especie jamais se creou. Mas o delphim desapparece inteiramente de todos os outros padrões, onde se conserva o ramo de palmeira, ou uma espiga e o nome geographico da cidade, acompanhado de um peixe voltado para a direita, salvo uma unica excepção, de que darei noticia.

Aos peixes figurados nas moedas de Myrtilis diz D. Antonio Delgado terem-se chamado atuns e salmões, e que no Guadiana não se pesca peixe notavel. Certamente não occor-

reu ao sabio escriptor. que o solho e o savel são peixes do Guadiana, mui conhecidos e estimados pelos habitantes das margens d'aquelle rio; e por isso seria um d'elles symbolisado nas moedas myrtilenses com preferencia ao salmão, que não me consta ser alli pescado, ou ao atum, que só habita nos mares, sendo mui frequente no Mediterraneo e no Atlantico. Aos solhos do Guadiana allude o bispo de Portalegre D. Fr. Amador Arraes, dizendo: «Mertola se chamava Julia Myrtilis; d'esta não sei que vos diga, senão que é conhecida pela pescaria dos solhos, que eram os Acipenseres do Tibre como sufficientemente o provou Gulielmo Rondelecio, e não são os siluros. quomo cuidou Paulo Jonio, aos quaes Plinio dá dentes, de que carece o solho». Estas palavras do bispo foram impressas em 1589, e por isso se vê, que tal pescaria já em seu tempo era antiga. Da pesca do solho e do savel falla o foral de D. Diniz, reformado por D. Manuel[1].

Em geral, acho apropriados á região os symbolos das suas moedas: os ramos e as espigas como emblemas da agricultura das suas varzeas e o peixe como denunciando uma das especies typicas do rio Guadiana.

Estiveram durante muito tempo desconhecidas as moedas de Myrtilis. O padre Flores nunca as percebeu, e tanto assim é que referiu uma a Gades e outra a Abdera. Sestini, na obra já citada, foi quem primeiramente publicou em 1818 tres padrões, que no entender do sr. Delgado foram copiados da obra que D. Guilherme Lopez Bustamante escrevêra em 1799, em que refuta a opinião de Combé, Rasche e Eckhel, que as attribuiam a Munda.

Como já disse, na obra do sr. Delgado vem o catalogo acompanhado das estampas de todas as moedas de Myrtilis até hoje descobertas. com excepção da que Sestini inclúin sob n.º 16 na sua primeira tabella, e o catalogo é coordenado, como tambem indiquei, pelo sr. Francisco Matheus Gago, numismatico de muita nomeada no seu paiz.

[1] Veja-se no fim a copia authentica d'este foral.

Para poder comparar e tornar mais perceptiveis alguns typos recentemente descobertos em Mertola, convem primeiramente reproduzir a descripção dos que foram coordenados pelo sr. Gago, com exclusão do de n.º 4, em que o peixe se vê voltado para esquerda, o qual está visivelmente invertido, e addicionarei outro de Sestini, que não vem na obra do sr. Delgado.

1. MRTIL, entre duas linhas, com as tres primeiras enlaçadas: no campo um peixe para a direita.

℞ — L A DE. Em cima, ramo ou palma para a direita entre duas linhas. — Mód. 32$^{mill.}$ — Sestini, tab. I, n.º 11. — Delgado, pl. LIII. n.º 1.

2. O mesmo anverso.

℞ — L AD. Em baixo, ramo, ou palma, para a direita, entre duas linhas. — Mod. 32$^{mill.}$ — Sestini, I. 12. — Delgado, LIII, 2.

3. MVRT (legenda mal escripta). Superiormente o solho (?) para a direita.

℞ — AP · DE, entre linhas, por cima uma espiga para a direita. — Mód. 30$^{mill.}$ — Bustamante, tab. XIV, n.º 8. — Delgado, t. LIII, n.º 3.

4. Deve considerar-se invertido na estampa o anverso d'esta medalha, que Bustamante, sob n.º 9, apresentou com o peixe para a esquerda e a legenda em baixo, e que por isso não pôde aproveitar d'ella os caracteres que no original se poderiam verificar. Este typo deve corresponder ao de n.º 5 da est. do sr. Delgado, em que no peixe se observam os dois olhos.

5. ---RTIF', entre linhas parallelas; em baixo um peixe mal figurado, mostrando os dois olhos.

℞ — L·A. Em baixo uma palma entre linhas para a direita. — Mód. 34$^{mill.}$ — Gutierrez Bravo (pag. 293). Delgado, est. LIII, n.º 5.

6. MRT---, entre linhas parallelas; em baixo um peixe mal figurado para a direita.

℞ — LAC---, entre linhas parallelas; superiormente uma palma para a direita, tambem entre linhas; meia graphila de pontos rodeando a base da palma e a legenda. — Mód. 34mill. Gutierrez Bravo, Delgado, pl. LIII, n.º 6.

7. MRTIF , entre linhas parallelas; em baixo um peixe para a direita. Graphila de pontos, incompleta.

℞ — L·ACMI., entre linhas; palma para a direita, tambem entre linhas: sob a legenda, graphila de pontos. — Mód. 32mill. M. G. — Delgado, pl. LIII, n.º 7.

8. MRT, entre duas linhas parellelas; em cima uma espiga para a direita e sobre a espiga um A invertido. Ⱥ. Graphila em parte da orla.

℞ — L·A·DEC·, entre linhas; superiormente um peixe para a direita. — Mód. 22mill. — Sr. Vera, Valle y Calvo Cassini. — Delgado pl. LIIII, n.º 8.

9. MRTIII, entre duas linhas: em cima um ramo para a direita.

℞ — Delphim para a direita sobre um crescente; por baixo graphila de pontos. — Mód. 25mill. — Sr. Vera. — Delgado, pl. LIIII, n.º 9.

10. Aguia para esquerda.

℞ — Cabeça barbara, nua e barbada, para a esquerda. — Sr. Vera. — Delgado, pl. LIII, n.º 10.

Sestini, tab. 1, sob n.º 16, mostra um padrão diverso dos antecedentes. É o seguinte:

11. MYRT, sob uma linha horisontal; por cima um peixe para a direita, e sobre o peixe um A invertido, Ⱥ.

℞ — IAPD, sob uma linha horisontal: por cima um ramo para a direita, que parece uma palma da *Chamerops humilis*, de Linneo.

Nos terrenos de Mertola, logo em seguida á passagem das cheias de 1876, entre numerosas moedas romanas do alto e baixo imperio, wisigothicas, arabes e portuguezas, appareceram varios padrões de moedas de Myrtilis, tres dos quaes cheguei a ver, em Mertola um grande e um mediano bronze, possuidos pelo sr. Antonio Manuel da Costa, e em Beja um grande bronze na collecção do sr. Mira. Pedi estas tres moedas para as estudar e em seguida devolver, mas não me foram remettidas; e é o que está succedendo com outros mui preciosos monumentos existentes em mãos de particulares, onde jazem desconhecidos e subtrahidos ao estudo das nossas antiguidades!

Tirei copias dos dois grandes bronzes, mas saíram imperfeitas, não só por estarem os originaes um tanto apagados, como porque na occasião em que os vi não ia munido de bons preparos para obter melhores reproducções. Empreguei o chamado papel-paquete e a rasura de plumbagina. Apesar, porém, da imperfeição das minhas copias, noto nos dois bronzes cunhos diversos com o mesmo typo, e julgo-os inéditos.

O que presumo ver é o seguinte:

Exemplar do sr. Costa.

MRTIL//////, entre duas linhas; inferiormente no campo um solho (?) para a direita.

℞ — Legenda imperceptivel (na copia); palma muito aberta para a direita, parecendo ter superiormente um A.

Exemplar do sr. Mira.

MR//////. Inferiormente no campo, um solho para a direita.

℞ — //////ADE, sob duas linhas horisontaes: inferiormente uma palma para a direita.

O exemplar do sr. Costa é similhante ao typo n.º 5 da est. LIII do sr. Delgado. Tem a legenda mais perceptivel, mas o peixe mostra um só olho. O reverso parece ser o mesmo, comquanto na minha copia apenas se perceba o A supe-

riormente, separado da palma por dois traços parallelos. O L· que precede o A no dito exemplar n.º 5 (exemplar de Gutierrez Bravo), não o vejo, sendo porém possivel que se possa distinguir na moeda, a qual, ainda assim. em rasão da configuração do peixe e do anverso, foi saída do outro cunho, e por isso me parece inédita.

O exemplar do sr. Mira, fazendo estudo pela copia que tenho á vista, deixa apenas observar sobre o peixe as tres primeiras lettras ligadas MR, e no reverso, separadas da palma por dois traços parallelos, as lettras ////// ADE do nome do magistrado *Lucius Appius DEcimus,* já indicado n'outras moedas do municipio myrtilense, municipio designado n'uma das suas inscripções com a nota de IIVIR, denunciando a fórma do seu governo.

O reverso do exemplar do sr. Mira, se a minha leitura não é errada, por isso que não estou vendo a moeda, mas uma copia, tendo as lettras DE sobre a palma, póde julgar-se inédito, porque nem Bustamante, Sestini (que o copiou), Heiss, ou Delgado, apresenta padrão algum d'este modo.

O ultimo typo a que allude o sr. Heiss, e que viu em Paris na collecção real portugueza, foi achado em Castro Marim. Não julgo bem lida a sua legenda, transcripta do catalogo do sr. Teixeira de Aragão, com estes caracteres MRTILL, em que houve lapso typographico, pondo-se um segundo L em vez de um I//////, como me informou o auctor do respectivo catalogo. N'um exemplar identico que possuo, achado junto á sacristia da Senhora da Luz, no concelho de Tavira, e n'esse mesmo da collecção real, leio MRTIL·I//////. N'este ultimo, depois do ponto, sufficientemente perceptivel, assim como no meu exemplar, e adiante do I, parece divisarem-se vestigios de um V, e além d'esta supposta lettra, que de modo algum se póde afiançar, ha espaço que poderia conter mais uma. Se esta leitura conjectural tivesse algum fundamento; se não repugnasse ás boas regras de epigraphia numismatica, ler-se-ia n'esta hypothese MRTIL·IVL (Myrtilis Julia), do mesmo modo que se lê PAX IVLIA nas moedas e na designação geographica d'aquella cidade. N'este

caso havia apenas uma transposição no nome de Julia Myrtilis, indicado por Ptolomeu. O que de maneira alguma podéra ser, era que a abreviatura de Myrtilis se formasse com dois LL. Pretenderão talvez alguns auctores, que o nome de Julia só o tomasse Myrtilis no tempo de Augusto em memoria de Julio Cesar: n'este caso, a minha hypothese não seria admissivel, porque a moeda é mais antiga.

O sr. Gago, no vol. II, pag. 203 da obra do sr. Delgado, não vendo lettras no exemplar que reproduziu, pertencente ao sr. Vera, e notando que este typo coincide com um de MVRGIS do sr. Vilá, de Malaga, julga que o exemplar da collecção real de Lisboa seja um bronze de MVRGIS, de fabrica mais barbara do que o do sr. Vilá, ou que este collector haja lido MVRGIS no seu grande bronze em vez de Myrtilis.

Quanto á primeira hypothese posso responder ao illustre numismatico, sr. Gago, que é capituladamente de Myrtilis a moeda da collecção real portugueza, e que nunca poderá lêr-se Murgis onde estão distinctissimos, como no meu exemplar, que ainda é mais perfeito, os caracteres MRTIL·I/////. Outro tanto não posso affirmar com relação ao grande bronze do sr. Vilá, porque não o vi; mas com a estampa á vista, apesar da similhança que tem com os de Myrtilis, julgo-o diverso. No de Myrtilis a cabeça é rudemente barbara e nua e no de Murgis mais artistica e coberta de capacete razo. N'este, a aguia esconde a aza esquerda sobre o lombo e no outro as azas estão abertas e pendentes. Além d'isto, se a legenda no original está tão clara como na estampa, a leitura do sr. Vilá não póde envolver duvida.

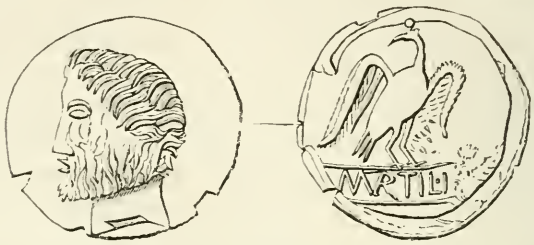
O meu exemplar, com que me brindou o sr. Arouca, reverendo parocho da Senhora da Luz, perto de Tavira, ainda assim differe do da collecção real em não ter o busto rodeado de graphila de pontos. Descrevo-o pois assim, para que tome o logar que lhe compete no catalogo geral das moedas de Myrtilis.

MRTIL·I/////, entre duas linhas horisontaes, e superiormente uma aguia em pé, com as azas abertas e penden-

tes, voltando o corpo para a direita e a cabeça para a esquerda.

℞ —Busto barbaro, nu e barbado, voltado para a esquerda. G. B. —Mód. 28mill.

Eis-aqui a estampa, cuja gravura foi feita sobre uma prova photographica e com o exemplar á vista.



(Est. 1)

Provado fica, pois, que as moedas de Myrtilis são anteriores ao tempo da instituição do imperio, comquanto as suas legendas de caracter eslatinos mostrem terem sido cunhadas já sob o influxo do privilegio romano, ainda em tempo da republica.

Sendo anterior á instituição do imperio o privilegio monetario de Myrtilis, é claro que só podia ser concedido a uma cidade, que já então lograsse o fôro de colonia, ou de municipio, como sabido é que o era Myrtilis, que Plinio inclue no numero das tres unicas cidades da Lusitania que receberam o fôro antigo do Lacio: *Opida Veteris Latii, Ebora, quod item Liberalitas Julia, et Myrtilis ac Salacia*[1]»; e a este respeito diz o sabio Antonio Caetano do Amaral[2]: «A rasão de Plinio dizer Veteris Latii, é porque Julio Cesar fez mudar de condição aos latinos, dando a todos aquelles que no calor da guerra da Italia tinham persistido na fidelidade o fôro de cidadãos pela Lei Julia do anno 653 (Appian., *De bel.*, lib. 1,

[1] Plinio, *Nat. Hist.* lib. IV, cap. 22.

[2] Amaral, *Mem. de Litt. Port.*, t. II, pag. 315.

pag. 379). E acabada a guerra social no anno 665 ou 666, pela Lei Plocia se communicou o mesmo fôro a todos os socios do nome Latino, etc.».

Poderá, pois, suppor-se que Myrtilis recebesse tambem este privilegio, porque após as victorias de Julio Cesar nas Gallias, no Egypto, na Asia e na Africa, seguisse o partido d'este conquistador na derradeira batalha que venceu nas planicies de Munda no anno 45 antes de Christo?

Em todo o caso é certo que os munícipes turdetanos, que Ptolomeu diz serem os habitantes de Myrtilis, antes ou logo depois da batalha de Munda receberam de Julio Cesar, que poucos mezes sobreviveu, um qualquer privilegio ou beneficio, que os levou a reunirem o cognome de Julia ao nome da sua cidade, como refere o mesmo geographo grego, chamando-lhe Julia Myrtilis.

Haverá quem julgue ter sido este cognome tomado já no tempo do imperio: o que, em verdade, não justificaria a causa que o houvesse determinado, se ella tinha o livre intuito de perpetuar a gratidão de um povo para com o seu bemfeitor.

Infelizmente, nos unicos tres exemplares conhecidos do grande bronze inédito, em que a aguia, á feição da principal insignia legionaria, parece encimada n'uma tessera com o nome de Myrtilis, não se distinguem os caracteres paleographicos que existiram em seguida á abreviatura do nome de Myrtilis. No meu exemplar apenas se percebe um I depois do L, que ora parece preceder outras lettras, ora estar entre dois pontos; e no da collecção real afigura-se-me, depois do I, ver os vestigios de um V e espaço para outra lettra; o que, n'estas hypotheses, obrigaria a leitura ás duas fórmas seguintes:

MVRTIL·I, ou MVRTIL·IVL.

Tambem o que parece um I poderia ser a primeira haste de um M (unicipium), ou simplesmente um I, se depois havia um S; mas n'este ultimo caso era preciso considerar o

ponto posterior ao L como defeito da fundição para se poder ler simplesmente MVRTILIS.

Emfim, só quando novos exemplares d'este padrão numismatico se descobrirem com a legenda totalmente perceptivel, se poderá reconhecer se o cognome de IVLIA já era usado pelo municipio myrtilense quando foram cunhadas as outras moedas que o sr. Aloïss Heiss refere ao anno 38 antes de Christo, por isso que entre todas, confrontados os diversos typos e a sua peculiar feição de rudeza, não deve ter havido grandes differenças de tempo; e quando alguma houvesse, seriam consideradas mais antigas as de symbolos turdetanos, como os interpreta o sr. Delgado, e as da aguia, que melhor podem explicar por este symbolo legionario que fossem cunhadas para pagamento de tropas lusitanas estabelecidas em Myrtilis nos ultimos tempos da republica, como occorreu áquelle illustre numismatico, do que as outras, em que não ha o minimo emblema militar, mas unicamente os da riqueza local, o solho do Guadiana, a espiga de trigo e a palma das palmeiras *(Phoenix dactylifera,* Linn.) que então existissem em alguns terrenos menos ingratos d'aquella região, como ainda hoje adornam com singular elegancia muitos pontos do Algarve, onde tambem é frequentissima e indigena outra palmeira (chamada das vassouras), que Linneo denomina *Chamerops humilis.*

Não insisto, porém, em que a aguia represente n'estas moedas uma insignia militar, que tivesse por fim distinguir o dinheiro mandado cunhar para pagamento da milicia, que o sr. Delgado suppõz poder ter sido então dividida em dois corpos, um na Betica em Ursone, e outro na Lusitania em Myrtilis; porque, admittida tal hypothese, as moedas seriam ainda, a meu ver, mais antigas; porquanto, ganha por Julio Cesar a batalha de Munda no anno 45 antes de Christo, nenhuma outra grande necessidade, que me occorra, até á definitiva instituição do imperio, obrigaria Myrtilis e Ursone a manterem concentradas as forças militares da Lusitania e da Betica, que só dezoito annos depois dos triumphos de Munda foram separadas em provincias independentes.

Tendo pois mostrado que as moedas de Myrtilis são antetriores á instituição do imperio, parece-me consequentemente entender-se que o fôro de municipio latino já teria sido outorgado aos myrtilenses lusitanos, como lhes chama Plinio, e turdetanos como os designa Ptolomeu, antes do privilegio monetario, e que para que um e outro se podessem conceder, primeiro que tudo era mister que existisse uma cidade já antecedentemente digna d'estas distincções, se distincção se póde chamar ao captiveiro a que ficavam sujeitos os povos que recebiam a pesada honraria do fôro latino em troca dos seus antigos codigos e em substituição da sua idolatrada liberdade.

D'aquelles municipios todos mais ou menos conhecem a indole e o regimen. O fôro do Lacio era como um composto derivado dos tratados que Roma celebrára com os povos latinos desde a epocha dos reis, com os quaes houve assás feridas guerras, e que ao seguir dos tempos foi reservando para, a titulo de privilegio, ir com elle escravisando os outros povos que voluntariamente se lhe submettiam, ou para sujeitar aquelles que pretendia manter tranquillos.

Não se sabe, porém, se de propria vontade os myrtilenses trocaram a independencia, que os lusitanos tantas vezes sellaram com o seu sangue, por esse imaginario privilegio, que dava apenas ás cidades um simulacro ou arremedo de Roma, astucioso privilegio, que usurpava aos povos das provincias os seus mais sagrados direitos, que não os isentava das punições mais vis, que os excluia de toda a alliança com a semideusa raça romana, que tolhêra toda a acção voluntaria concernente aos individuos e aos bens da fortuna, a ponto de não poderem testar nem receber cousa testada por cidadão, que os restringia ao censo das suas terras, que os separava das legiões com a cuidadosa designação particular de *socii nominis latini* para que nunca se confundissem com a suprema milicia, sendo obrigados ao tributo pessoal da guerra e aos impostos, não poucas vezes altamente vexatorios.

Á epocha da republica romana são emfim attribuidas as moedas myrtilenses. A rudeza d'estas moedas bem manifesta

o atrazamento relativo do povo a que pertenciam, logo que se compare a imperfeição dos symbolos e dos seus caracteres paleographicos com o primor artistico da nummaria consular, que só póde ser igualado e poucas vezes excedido pela arte grega.

Mas onde estão os restos dos edificios d'esse povo, dos seus utensilios domesticos menos susceptiveis de destruição, dos seus instrumentos de trabalho e d'essas tão exercitadas armas de guerra com que a Lusitania inteira se defendêra sempre contra os invasores do seu territorio, contra os inimigos da sua independencia, contra todos os que ousaram affrontar os dominios da sua liberdade?

Se algumas cousas d'estas jazem sob o informe amontoamento das ruinas das gerações que lhes succederam, libertemol-as da terra que as encobre, procurando nas sobrepostas camadas d'essa mesma terra todos os monumentos e parcellas de artefactos que possam caracterisar as epochas da sua fabricação e aproveitamento; ponham-se assim á vista os fundamentos dos proprios domicilios outr'ora habitados, e na construcção d'esses restantes fundamentos procurem-se ainda os materiaes que pela feição do seu trabalho mostrem ter sido destacados de anteriores edificios. Coordene-se tudo em devida regra, e com esses documentos á vista escreva-se então a historia critica das antiguidades de Myrtilis, de que apenas me é licito traçar por emquanto estes incompletos delineamentos.

Nada d'isso se póde actualmente observar. Falta uma exploração geral, ordenada com a mesma largueza de animo com que são feitos outros trabalhos de utilidade publica, que ponha á vista o plano do assentamento da cidade antiga, se é que a opulencia romana não o transformou completamente com os seus sumptuosos edificios, com os seus monumentos, com todas as galhardias da sua feição artistica, como costumava, para captivar, e attrahir aos reclamos da sua superior civilisação os povos menos cultos das provincias; faltam pois os grandes caracteristicos correspondentes á antiga Myrtilis, que ainda mesmo por entre as transformações romanas po-

deriam com as suas manifestações mais apuradas e insuspeitas brindar as sciencias e as artes, ministrando á geographia, á historia, á philologia, á architectura, á esculptura, ás artes plasticas e finalmente á concepção philosophica, um apreciavel conjuncto de factos ethnologicos, proprios d'essas primeiras sociedades que alli exhauriram os ultimos lampejos da existencia, outr'ora activa e vigorosa, para um dia deixarem medrar a monarchia portugueza, que a Providencia fadára para ser testemunha participante dos maiores progressos da humanidade.

Tudo está ainda confundido, misturado, desfigurado, de quanto é antigo n'aquella villa e n'aquelles terrenos adjacentes.

Um campo mortuario de aspecto assás singular é apenas parcialmente visivel. Começa por assim dizer onde acaba a moderna igreja do Carmo, logo nos primeiros assomos dos schistos que gradualmente levantam o seu relevo orographico por entre as ligeiras ondulações que entraram na composição d'aquelle pequeno amphitheatro. É precisamente nos cabeços mais planos e nas chapadas mais espaçosas que se observam numerosos jazigos, ora formando grupos, ora isolados, com diversas dimensões, excavados na rocha, geralmente estreitos, pouco fundos, de ha muito invadidos e pela maior parte completamente despejados. Ainda assim descobri outros cobertos de terra, que não pude totalmente examinar, entre os quaes só tres revelaram ossos humanos e uns pequenos artefactos de cobre, já descriptos no catalogo sob n.^{os} 1 e 2, mas sem que no fundo de alguma d'aquellas sepulturas se podesse achar um unico signal de enterramento, e comtudo é mui provavel que outras ainda intactas patenteassem uma significação menos arriscada do que a que hoje attribuo áquella mansão mortuaria, que julgo ser a mais antiga de quantas observei nos terrenos de Mertola.

Se este cemiterio serrano corresponde pois á mais antiga população de Myrtilis, e se, como adiante mostrarei, os monumentos funerarios romanos, wisigothicos e arabes se têem exclusivamente encontrado na área limitada pelo castello,

Carmo e Santo Antonio, poderá tambem julgar-se que ahi mesmo foi a situação da primitiva cidade.

Por este modo deixo demarcado o campo em que, com preferencia a todos os outros pontos, se devem procurar os vestigios fundamentaes da Myrtilis pre-romana.

II

EPOCHA ROMANA

Situação de Myrtilis parcialmente deduzida do Itinerario de Antonino. — Estatuas descobertas em Mertola no seculo XVI. — Auctores que d'ellas fallam e descripção que de uma fez no mesmo seculo um bispo de Portalegre. — Monumentos epigraphicos de Myrtilis, achados em Mertola nos fins do seculo XVIII. — Auctores que os reproduziram e commentaram. — Fragmentos de outros dois monumentos epigraphicos ineditos, existentes na villa. — Vestigios de um edificio com pavimento de mosaico. — Objectos achados na excavação que o descobriu. — Presumpções de ter havido fortificação romana em Myrtilis. — Área em que parece ter-se dilatado a cidade. — Significação que poderão ter as ruinas verificadas no Barranco do Azeite, no sitio da Bombeira, na Vargem da Vaqueira e na Vargem de S. Braz em relação á séde de Myrtilis. — Estado apparente do campo mortuario de S. Sebastião, na occasião em que se observaram as principaes ruinas e monumentos. — Estampa do mosaico do castello. — Moedas consulares e imperiaes que se poderam obter, achadas na villa e nos campos. — Necessidade de nova exploração para o reconhecimento do que é propriamente romano.

Com o Itinerario de Antonino á vista não se póde rigorosamente demarcar a situação de Myrtilis, sobretudo não estando reconhecida a tão disputada séde de Ésuri.

Antonino, no seu Itinerario de Esuri a Pax Julia, seguindo por Balsa, Ossonoba, Aranni, Salacia, Eboram, Serpa, Fines, Arucci, Pax Julia, já se conhece ter-se referido a uma estrada militar inteiramente opposta ao trajecto que devêra ter havido entre Esuri e Myrtilis, e por isso contou da primeira á ultima estação 267 milhas romanas, ao passo que de Esuri a Pax Julia (per compendium), passando por Myrtilis, conta sómente 76 milhas.

Não creio em nenhuma das situações que ainda hoje são

attribuidas a Esuri, porque a distancia que havia entre Balsa (Torre de Ares) e Esuri não se ajusta, nem mesmo se approxima d'essas aventurosas situações.

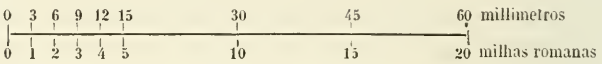
De Balsa a Esuri (diz Antonino) . . . . . 24 milhas.
De Esuri a Myrtilis . . . . . 40 milhas.
De Myrtilis a Pax Julia . . . . . 36 milhas.

Havia pois 64 milhas romanas de Balsa a Myrtilis.

A milha romana, seguindo Dureau de la Malle, é igual a 1:481 metros, e por isso 64 milhas perfazem 94:784 metros.

Na escala de 1:500.000 da carta geographica official 5:000 metros são representados por 1 centimetro, ou 10 millimetros; e portanto, 15:000 metros são medidos por 30 millimetros. Dez milhas romanas, ou a sua unidade multiplicada por 10, dão 14:810 metros, ou 15 kilometros menos 190 metros, isto é, a decima parte dos 30 millimetros, e d'este modo, desprezadas pequenas fracções, indivisiveis por dez, teremos 3 millimetros equivalentes a uma milha romana.

Eis aqui as escalas:



Procurada na carta a distancia em linha recta do sitio da Torre de Ares (Balsa) até Mertola, de modo algum poderia ajustar-se a medida itineraria, não só porque a estrada nunca atravessaria sem grandes desvios uma região quasi toda accidentada, como porque a distancia de 24 milhas de Balsa para Esuri obriga a collocar esta cidade um tanto a nordeste de Balsa. O caminho que se fizesse de Balsa para Myrtilis tocaria necessariamente em Esuri, e d'este modo seguiria a estrada até Myrtilis por dois lados de um triangulo. Abandonando porém todas estas tentativas, por isso que só depois de conhecida a situação de Esuri [1] se poderiam emprehender,

[1] Descobrir a situação de Esuri é um problema, cuja solução não me parece impossivel.

Tratarei d'este interessante assumpto com o possivel desenvolvi-

verei agora se de Pax Julia (Beja) para Myrtilis haverá conformidade de medidas entre as itinerarias e as actuaes.

O Itinerario marca entre as duas cidades 36 milhas, que são 53^{k},316^{m}, e a estrada actual mede perto de 52^{k}. Ha pois a differença, para mais no itinerario, de uns mil e tantos metros, mostrando assim que a estrada moderna segue um trajecto mais rectilineo, ou menos sinuoso.

Esta differença, que só póde attribuir-se a pequenos desvios, é porém tão insignificante, que bem se podem admittir as duas medidas como coincidindo no mesmo ponto.

Por este lado, pois, o itinerario romano estabelece o primeiro fundamento, de que a séde de Myrtilis corresponde á villa de Mertola.

Haverá porém em Mertola criterios archeologicos de tal ordem, que abonem ou reforcem este fundamento?

Ouçâmos André de Resende, o mestre das antiguidades lusitanas[1]:

«Myrtilis, quam Mertolam appellamus, Anæ fluvio est imposita, multis antiquitatum monumentis plena, cippis, columnis, statuis, etc.», e a respeito das estatuas prosegue:

«Octo vel decem statuas annis ab hinc aliquot terra effossas Myrtilenses homines inde tollere permiserunt affabre insculptas, sed sine capitibus.»

O bispo de Portalegre D. Fr. Amador Arraes viu estas estatuas em Mertola, como o declara nos seus *Dialogos*, obra impressa em 1589, cap. VII, fl. 86 v., e entre ellas descreveu n'estes termos uma de figura feminina, que sobre todas parece ter captivado o gosto artistico do sabio prelado: «Durão ainda em Mertola muitas pedras, com caracteres Romanos: e em meu tempo, nos fundamentos da Misericordia, se

mento no segundo volume das *Antiguidades Monumentaes do Algarve*. Expenderei então o systema de combinações que deve ser empenhado no descobrimento da séde d'essa cidade, com fundada presumpção de um resultado satisfactorio, se antes d'isso não for auctorisado este reconhecimento, de que depende a resolução de outros diversos problemas.

[1] Resende, *De Ant. Lus.*, lib. IV. (De Myrtili), Ebora, 1593.

acharão cinquo, ou seis statuas de marmores, que eu vi: e vendoas me lembrou o verso de Virgilio, en q̃ pronosticou que aueria entre Romanos imaginarios, e statuarios tam excellentes, en sua arte, que en marmores cortarião imagens tanto ao natural, quomo se forão cousas viuas, e esteverão respirando. Stabunt & parii lapides spirantia signa. Hũa dellas era de molher, e tam bem laurada, que representava á maravilha a nobresa da pessoa, a que foi dedicada. A qual me fez hũ gostoso spectaculo dos trajos, q̃ usavão as Romañas nobres. Tinha sua roupa té os pès com muitas prégas bem compôstas, cingida por debaixo dos peitos, que algũ tanto se enxergauão cõ hũ cordão torcido da grossura de hũ dedo, e tinha no meo do peito dois nôs cegos, com dous cabos iguaes, que decião para baixo. Tinha seu roupão en sima muito fraldado te os pès, posto nos hombros, e cõ a mão direita tinha recolhida grande parte d'elle, e lançada sobre a esquerda, do cotouelo té a mão per gentil arte.»

A este descobrimento allude o doutor Bento José Sevilha de Leiria em 19 de junho de 1758, dizendo: «Mais seis estatuas de pedra marmore que ha noticia se acharão abrindose os alicerces da casa de Misericordia; columnas, tumulos, frizos e alicerces que ainda se achão»[1]. Estas noticias deu officialmente este prior de Mertola, narrando o estado em que ficou a sua freguezia depois do terremoto de 1755.

D. José Cornide[2] transcreveu seis inscripções achadas em Mertola, cujas copias foram desenhadas por Felix Caetano da Silva e d'alli mandadas para Lisboa em 1794. O arcebispo Cenaculo recebeu-as em desenhos do tamanho dos originaes, e o doutor Emilio Hübner as reproduziu pelas que achou na bibliotheca de Evora[3], publicando uma nas *Noticias Archeologicas de Portugal* e todas posteriormente no *Corpus Inscriptionum Latinarum*[4], onde nota em alguns d'esses monu-

[1] Dr. Leiria, *Dicc. Geogr.*, mss., tom. 22, verb. Mertola. Arch. Nac.
[2] Cornide, *Inscrip. Lapid.*, etc. mss., Bibl. Nac. Lisboa, B. 6.28.
[3] Hübner, *Not. Archeol. de Portug.*, pag. 34.
[4] Hübner, *Corp. Inscript. Lat.*, vol. II, pag. 5, 1869.

mentos a fórma de dolium adherente a uma base quadrada.

O doutor Hübner recopilou os auctores que fallaram do municipio myrtilense, e em relação ás inscripções, reuniu as seguintes notas no *Corpus Inscriptionum* já citado, e por isso escusado é extractarem-se agora os manuscriptos, que ha muitos annos conheço, de Cornide e do padre Salgado.

«... Inter Myrtilenses, diz o dr. Hübner, primum inveniuntur lapides sepulcrales forma dolii lignei circulis cincti et supra plinthum quadratum iacentes (n.° 16) titulo superne inscripto; cujus formæ prorsus singularis harumque regionum, quod sciam propriæ infra complura exempla redeunt inter titulos Pacenses et in campo Pacensi repertos.»

«E muris oppidi removit, ut Cenaculo miteret, Vidal quidam desembargador; sed remansit in portu «Faro» Corn.

EX · D · D · M · ES · M · MYR . . . S
PER · C · IVLIVM · MARINVM
C · MARCIVM · OPTATVM · H VIR

«Cenaculo 1.13 (inde Cornide ms. Matrit. Est. 18.37 ms. Olisip. B, 3, 41[1]) Edidi act. Berol. a. 1861 p. 753. Lectio certa est; quid M · ES significet nescio, nisi cum Mommseno (act Berol. l. c.) de insolito M (unicip) ES vocabuli compendio cogitaveris.»

É este por emquanto o mais notavel monumento descoberto em Mertola e o unico que designa os M (unicip) ES M (unicipii) MYR (tilensi) S, como leu o sabio Mommsen [2]. Só este padrão epigraphico seria porventura sufficiente para indicar a situação de Myrtilis.

D. Fr. Amador Arraes [3], notando parecer de origem grega o nome de Myrtilis, que seria derivado de Myrtilo, filho de Mer-

[1] A marcação moderna d'este ms. na Bibl. Nac. é B, 6, 28.

[2] Mommsen, citado por Hübner, *Not. Arch. de Port.*, pag. 34., trad. por A. Soromenho, 1871.

[3] Arraes, *Dialog.*, cap. VII., fl. 86 v.

curio, diz: «... e eu vi en Mertola, en hũa sepultura romana, o nome de Myrtilus»; mas não se sabe se allude a esta inscripção, que já então estivesse visivel em alguma muralha, ou a outro monumento, de que não ficasse noticia, como melhor se póde julgar, por não ser verosimil que tão illustrado escriptor e abalisado latinista confundisse um monumento publico do municipio myrtilense com um simples epitaphio.

Agora segue o dr. Hübner reproduzindo a leitura do monumento da fórma de dolium, que fr. Vicente Salgado[1] descobriu na Torre de Valredondo, em frente da ermida da Senhora das Neves, corrigida por Cornide, por não ter Salgado percebido as siglas D · M · S, e em vez d'ellas haver escripto DIMIS, tomando os dois pontos intermedios por dois II, e finalmente rectificada ainda por Hübner, que emendou a penultima linha, escrevendo NIgEL em logar de NICEL. Em Mertola não ha encontrar quem indique a chamada Torre de Valredondo; mas este monumento, apesar de eu o ter procurado no revestimento do baluarte e da muralha que mais defrontam com a ermida da Senhora das Neves, situada no pincaro de um outeiro, deve ainda buscar-se de novo, por ser possivel que haja escapado á minha observação, não obstante ser um tanto verosimil que d'alli fosse parar á collecção que o illustre Cenaculo reunira no seu paço episcopal de Beja.

D·M·S
AEMILIAE
L.....MA
TRI·SERTO
RIVS·NIgEL
LIO·POSVIT

Eis-aqui as notas do dr. Hübner a esta inscripção:

«Salgado ms. 2 p. 42. 97, Algarve p. 30 (inde Sanchez Sobrino p. 50; Levy, 206, 465) Inveni præterea exemplum ms. accurate exceptum inter schædas epigraphicas in mu-

[1] Salgado, *Mem. Ecel. do Alg.*, pag. 49 e 50.

nophylacio bibliothecæ publicæ Olisiponensis servatas, quod sequor in rebus minoribus. 1 DIMIS omnes excepto Sanchez Sobrino, qui D · M · S correxit. 5 NICELLIO Salg.»

Áeêrca da inscripção seguinte diz Hübner: «Myrtili Olisiponem misit Vidal Corn. Cenaculo, 1,13 (inde Cornide ms. Olisipo B, 3,41).»

L · FIRMIDIVS
PEREGRINVS
VTICENSIS
VIXIT · AN · LX
H · S · E · S · T · T · L

Este L. Firmidius Peregrinus era natural da celebre Utica em Africa, e que esta inscripção alludia áquella cidade já o tinha notado o dr. Hübner nas *Noticias Archeologicas de Portugal*, pag. 34, traduzidas pelo mallogrado epigraphista Augusto Soromenho e publicadas pela academia real das sciencias de Lisboa em 1871. E mui provavelmente não seria Lucio Firmidio o unico incola myrtilense, oriundo da republica de Carthago, poisque nas cidades da Lusitania era quasi geral a mescla punica nas populações, mui principalmente antes da instituição do imperio romano.

Na inscripção seguinte escreveu Cornide na quarta linha FEIX, mui provavelmente por lapso. Hübner corrigiu, escrevendo FELIX, e interpretando assim a ultima linha: «OSP (iti) MER (enti) POS (uit):

D · M · S
HERENNIA SE
CVNDINA VIXIT
AN · LV · PVB · FELIX
OSP · MER · POS

Cornide, julgando conterem grandes erros as copias de que se serviu, tránscreveu a subsequente inscripção com algumas incorrecções, que o dr. Hübner corrigiu d'este modo,

com as seguintes notas: «Cenaculo 1, 13 (inde Cornide ms. Olisip. B. 3. 1) · 4 · SLX 5 ILO traditur.»

D · M · S QVIN
TVS IVLIVS
LVP · VIX · ANN · III · M
eNSIBVS SeX ΓiLVME
na fILIO PIENTISS
imo posVIT · HSE⊣TTL

A ultima está mutilada no acabamento de algumas linhas. As notas do dr. Hübner são estas: «Cenaculo 1, 13 (inde Cornide ms. Olisip. B, 3, 11). A manu dextra lapidem fractum esse indicavi ego; ceterum certa lectio non suppetit.» 6 *hec s. t. t. l, hæc sit tibi terra levis,* Mommsenus ferendum esse existimat.»

D M·S
KAM LEN
I V · V I X S
ANO · I · M
5 HIC SITV
HEC·S·T·T·L

Na copia de Cornide não ha na terceira linha ponto algum depois do X. É possivel que em latim um tanto archaico estivesse escripto no monumento VIXS (IT). A inscripção não deixa ver quantos mezes sobre um anno viveu a pessoa a quem foi dedicada, nem o nome, que não parece latino começado por um K; o que mostra mais um indicio de população estranha ou antiga em pleno dominio romano.

Não se póde saber se o dr. Leiria, prior de Mertola, fallando em 1758 de umas inscripções que alli tinham apparecido, fez referencia a estas, que foram copiadas em 1794, ou a outras, cuja memoria se perdesse.

Nas minhas investigações achei ainda em 1877 dois fragmentos de inscripções, pertencentes a monumentos destruidos.

Para formarem o flanco do arco da Misericordia do lado do rio houve artifices de tal rudeza, que cortaram um monumento de bello marmore granolamellar com manchas cinzentas, levando-lhe n'um rectangulo vertical de 0^{m},18 de largura o seguimento de todas as linhas da sua inscripção, deixando-o reduzido á largura de 0^{m},40, á altura de 1^{m},09 e á espessura de 0^{m},46. Sendo pois collocado em sitio de tanta passagem, o attrito produzido na sua superficie tem sido causa de se apagarem os restantes caracteres, dos quaes apenas divizo os seguintes:

· · · · N · · ·
· · · · · V · ·
· Λ \ · V · · ·
A L I S · · · ·
· D · · · · ·

Confesso que não sei reconstruir conjecturalmente esta inscripção, e hesito em que fosse sepulchral. A ultima sigla significa certamente uma *dedicação*. É mui provavel que quasi no fim da linha tivesse outra igual, porque de outro modo seria o D gravado mais para o centro.

N'um baluarte do castello com frente para SO., a segunda pedra, a partir do angulo, pertencente á nona fiada horisontal, contando de cima para baixo, tem gravadas umas lettras, por mim observadas em 1877 com o auxilio de oculo pela muita altura em que estão. Dentro do castello este baluarte é o que fica mais proximo da cisterna, e tendo os parapeitos arrazados, é mui perigoso intentar-se qualquer exame por este lado, o qual por isso só se póde fazer pelo de fóra. Com facilidade lá se chegaria, levantando-se um andaime em andares, porque ainda quando houvesse escada de tal altura, a sua affixação n'uma rampa tão ingreme, seria mui pouco segura. Não pude, pois, em rasão da distancia, perceber se aquelle rectangulo teria encimado algum edificio publico, onde se memorasse o nome de Marco Bruttio Marcello, ou se de algum monumento funerario, cortado em zonas horison-

taes (o que não parece tão verosimil) seria destacado com o sobredito nome, gravado em caracteres grandes do typo latino, que pela fórma dos MM e dos AA podem talvez pertencer ao primeiro seculo.

Emfim, o que julgo ter lido é o seguinte:

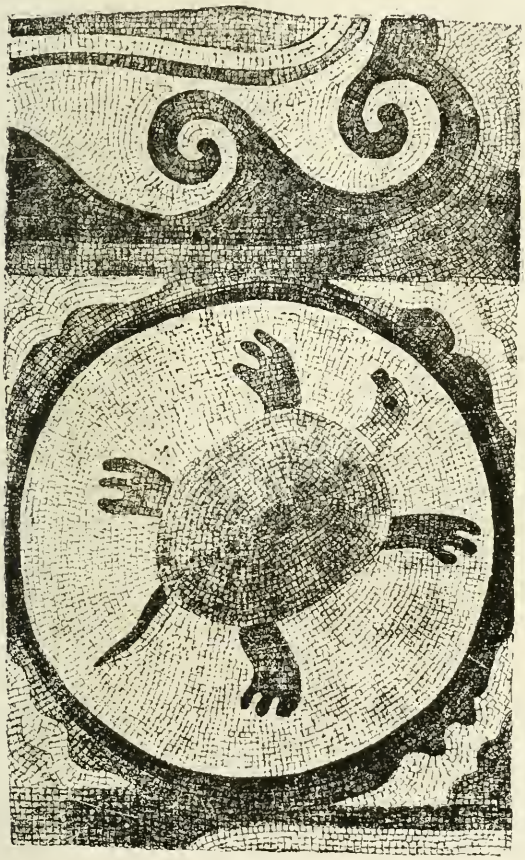
M·BRVTTIVS MARC

Se um dia houver melhor meio de observação, se rectificará algum lapso que se encontre na minha leitura.

D'este monumento não havia a minima noticia, e mais nenhum me foi possivel descobrir, que deva ser inscripto na epocha romana.

O que não constava ter-se ainda verificado dentro da villa era um qualquer edificio *a fundamentis* com caracteristicos de tal epocha. Notando eu porém que perto do caminho para o cemiterio publico havia umas paredes antigas, que poderiam ter sido construidas para contraforte da rampa que chega até á muralha, se não pertenciam a uma casa destruida, mandei a pouca distancia fazer um córte entre o dito caminho e a muralha, e levando-o até á profundidade de $2^{m}.63$, por isso que a terra manifestava fragmentos de materiaes de construcção e de louças, cheguei a um plano horisontal resistente, que verifiquei ser o pavimento de uma casa, ricamente forrado de fino mosaico de côres, do genero *opus vermiculatus*, com um bello ornato e o desenho de uma tartaruga ou cágado no centro, sendo notavel que os artistas que tal figura alli estamparam, lhe dessem a côr amarella (est. 2).

Como este pavimento estava muito estragado, tentei mandar levantar aquelle retalho para com elle comprovar o meu descobrimento, tendo o cuidado de o estampar primeiramente em desenho; mas todo se desfez, não podendo aproveitar-se mais que uns fragmentos do ornato marginal, que logo fo-



(Est. 2)

ram assentes em argamassa dentro de duas caixas, pertencentes á collecção existente na academia real de bellas artes, ondè maiores estragos ainda soffreram.

A est. 3 dará uma ligeira idéa do lavor ornamental do mosaico.

Ora este pavimento de mosaico deve, a meu ver, representar um edificio, que mui facilmente agora se podéra desentulhar até á muralha, porque já ficou conhecida a profundi-

(Est. 3)

dade a que chegaria a excavação geral. E fazendo-se d'aqui ponto de partida, não se achariam outros edificios? Auctorise-se este trabalho; mandem-se officialmente pôr á vista

todos os vestigios das antigas civilisações myrtilenses, e ver-se-ha então até que ponto a critica archeologica póde ministrar ás sciencias historicas os documentos de que ellas carecem para não andarem envolvidas n'um turbilhão de absurdas fabulas, de caprichosas concepções e inteiramente deslocadas das suas bases fundamentaes.

Na pequena excavação que precedeu o descobrimento do mosaico, que julgo romano, appareceram varios fragmentos de louças e de vasos de vidro. Os vidros são de contextura e fórmas similhantes aos que geralmente se acham nos campos de construcções averiguadamente romanas e em que não apparecem indicios de outras nacionalidades. Não assim as louças, que no castello de Mertola, sobretudo, não sendo bem estudadas as condições locaes dos depositos, podem suscitar duvidas invenciveis, ou incertezas pouco susceptiveis de averiguação, como são os fragmentos da collecção, comprehendidos entre os n.^{os} 40 e 49, achados a curta distancia do pavimento de mosaico: e tudo isto pelo muito atrazamento em que ainda se acha a classificação dos padrões ceramographicos propriamente peninsulares.

Já antecedentemente apontei a grande quantidade de fustes de columnas, de bases, de capiteis, e de numerosas peças de marmores, calcareos, granitos e outros varios materiaes de construcções architectonicas, que a todo o passo se observam no grosso e no revestimento das muralhas, da chamada ponte, das igrejas e até das habitações particulares, como indicando sumptuosos edificios destruidos por grandes cataclismos, ou por aguerridas invasões.

Notou o grande historiador e abalisado critico Alexandre Herculano uma triplice construcção no castello de Mertola, deixando assim presumir que aquelle recinto fortificado não era todo originariamente arabe, mas parcialmente anterior. É possivel, se bem que mui difficil seja, confirmar-se este presupposto. Ha, com effeito, alguns lanços de muralha, em que o apparelho externo revela uma regularidade exemplar, mas só até certa altura um tanto limitada, e ahi não ha ver uma pedra com indicio de ter sido utilisada em diversa con-

strucção. N'outros logares, logo a pouca altura dos entulhos, que em rampa mais ou menos abrupta vão de encontro ás muralhas, começam a manifestar-se no revestimento externo varias pedras, incluindo bellos marmores, que bem significam haver pertencido a nobres edificios. Quasi toda a cortina adherente ao baluarte fronteiro á ermida da Senhora das Neves é abundante d'esta mescla, incluindo espaçosas pedras rectangulares de granito, que necessariamente vieram de grande distancia e não para construcção de muralhas. Ha tambem nas cortinas e nos baluartes uma derradeira sobreposição, de apparelho irregular, occupando espaços de alturas variaveis e em parte misturada de marmores e pedras de apurado trabalho, que parece obra muito posterior, e que por isso é de crer que pertença á classe dos reparos exigidos por destruições parciaes.

Não ousarei dizer, nem mesmo insinuar, que um castrum romano foi alli aproveitado e ampliado pelos arabes, do mesmo modo que se póde afoitamente affirmar, que quasi todas as muralhas dão indicios e até provas incontestaveis de reedificações posteriores, certamente portuguezas, como em seu logar mostrarei.

Para melhor porém se examinar, se de feito ha algumas secções na muralha com o typo fundamental de algum dos apparelhos romanos no seu revestimento, seria preciso desobstruil-a dos espessos amontoamentos de entulho que d'ellas descem em ladeira por vezes precipitada, porque o que está á vista é em meu entender mui insufficiente para uma tal verificação.

O castello de Mertola occupa o plan'alto de um elevado monte sobranceiro á margem direita do rio Guadiana e á esquerda da Ribeira de Oeiras n'uma cota de nivel de 71 metros. Em todos os tempos seria a sua privilegiada posição reconhecida como muito apta para defender uma população de qualquer ataque intentado pelo rio, ou por via de terra; pois os montes, que o excedem em altura, nenhum damno poderiam causar ao recinto fortificado, sabendo-se quaes eram as maquinas de guerra d'aquelles tempos. Assim pois como os

arabes conceberam a necessidade de se fortificarem n'aquelle ponto, em que já acharam uma cidade antiga, porque não occorreria esta mesma necessidade aos fundadores d'ella, e mui nomeadamente aos romanos, que em tanto cuidado tiveram sempre a segurança das suas cidades, que, até para melhor as defenderem, ao longo das estradas levantavam importantes fortificações? As conjecturas favorecem as presumpções do illustre historiador, mas não ha por emquanto provas archeologicas que sufficientemente as confirmem.

O que historicamente está averiguado e confirmado pela critica archeologica é que a villa de Mertola occupa pelo menos uma grande parte da area da antiga Myrtilis, porque desde a baixa do Tamujo até á Misericordia, d'alli ao castello, de todo o recinto fortificado ao Rocio do Carmo, abrangendo a rampa que desce até á ermida de Santo Antonio, e contando ainda com o campo mortuario de S. Sebastião, onde talvez venham a descobrir-se vestigios mais antigos, são numerosos e de grande importancia os seus caracteristicos, sobretudo capitulados por aquelle monumento epigraphico em que se designam os municipes do municipio myrtilense.

Existia portanto alli esta cidade. Necessariamente os seus habitantes aproveitariam os terrenos susceptiveis de cultura e com preferencia os marginaes, por serem os menos interrompidos pelas affloraçõe dos schistos que constituem o typo dominante da formação geologica local; fabricariam os materiaes de barro cozido para as suas construcções, de que achei muitos fragmentos, como o deixam perceber alguns vestigios de fornos, e as louças mais precisas para os seus usos domesticos, grosseiras pela maior parte, como as que deixei exemplificadas na collecção que organisei na academia real de bellas artes, entre os n.os 3 e 62; e exerceriam outras muitas industrias indispensaveis em todos os centros de população, embora não tenham ainda apparecido os seus testemunhos.

Os edificios arrazados, entre os quaes não se tem achado um unico indicio de construcção sumptuosa, verificados no Barranco do Azeite, no sitio da Bombeira, na Vargem da Va-

queira e na Vargem de S. Braz, poderão, quando muito, representar sédes de estabelecimentos industriaes, de colonias agricolas (villæ), ou vicus, dependentes de Myrtilis.

Do Barranco do Azeite a louça que me resta é a que mostro na est. 4.

Pretendi emprehender o levantamento da planta de todo o espaço marginal entre o Barranco do Azeite e a Vargem de S. Braz na escala de 1 : 50.000, para que melhor se percebessem as relações de mutua dependencia que poderiam ter havido entre a séde da cidade e cada um d'esses pontos, se-

(Est. 4)

gundo a sua respectiva feição archeologica; para porém chegar a este definitivo resultado, era mister abrir larga exploração em todos elles e obter primeiro que tudo as plantas parciaes em escalas muito maiores; mas um trabalho d'estes, n'uma linha approximadamente de 15 kilometros, obrigado ao mais escrupuloso cuidado para não se confundirem os criterios materiaes das diversas epochas alli mais ou menos bem caracterisadas, devêra absorver um praso muito maior do que o que me fôra designado e reclamaria um conjuncto de recursos, que de certo não poderia ter obtido. Restringi-me a mandar levantar a planta da secção limitada pela chamada ponte da villa e pelo campo mortuario de S. Sebastião, aggregando-lhe o desenho de uma parte central do pavimento de mosaico que havia descoberto no castello por-

que é dentro d'aquelle espaço que se têem achado vestigios romanos mais significativos, assim como de outros povos. A estampa d'esta planta vae no fim.

A Cerca de S. Sebastião está orientada, no sentido do seu limitado comprimento, de SO. para NE. confina a NO. com a região montanhosa e a SE. com o rio, pela perpendicular levantada ao centro da linha de extensão.

Na occasião em que a planta d'este campo foi levantada, estavam simplesmente perceptiveis dezesete sepulturas, mas nenhuma em estado de se poder examinar; apenas se conhecia com alguma difficuldade a direcção em que tinham sido excavadas. Uma d'estas sepulturas, achando-se arrombada n'um angulo, me permittiu observar que estava coberta por uma lage delgada de marmore granolamellar cinzento, similhante a outras antecedentemente d'alli extrahidas, que o sr. Lança Cordeiro teve a condescendencia de me mostrar. Constou-me que os jazigos eram abertos na rocha do subsolo, mas como não os vi, não o posso affirmar. N'uma carta datada de 20 de dezembro de 1876 communicou o sr. Mello Garrido ao nosso commum amigo Augusto Soromenho, cuja prematura perda será por muito tempo irreparavel, terem alli apparecido duas moedas de cobre, uma imperceptivel de pequeno módulo e um grande bronze tambem em mau estado de conservação, deixando porém divisar no anverso a figura de um peixe. N'aquella occasião acharam-se n'outros logares proximos algumas moedas geographicas de Myrtilis com um peixe para a direita sob a legenda, similhantes aos typos da est. LIII do *Nuevo Método de Clasificacion* de D. Antonio Delgado. Se mais algumas d'estas moedas fossem alli achadas e tanto mais nas sepulturas, este facto daria áquelle campo uma significação mui diversa da que póde ter em vista dos objectos colligidos com os n.^{os} 53 a 60, já descriptos; mas não tendo havido exploração alguma, abstenho-me de aventurar arriscadas conjecturas, que tendam a indicar a Cêrca de S. Sebastião como campo mortuario exclusivamente romano, ou de origem mais antiga, embora posteriormente aproveitado.

Numerosas moedas consulares e imperiaes appareceram nos terrenos de Mertola logo após a passagem das cheias do inverno de 1876, e diversas pessoas as colligiram. Cheguei a ver muitas, que poderia ter logo classificado e restituido aos seus possuidores, se para este fim m'as tivessem confiado. Lembro-me de ter visto alguns medianos bronzes do alto imperio e muitos pequenos bronzes do terceiro seculo até Arcadio. Talvez que a reunião de todas aquellas moedas podesse constituir uma serie chronologica assás notavel. Não incluo no numero dos collectores remissos os srs. Mendonça e Mello Garrido, porque quantas tinham reunido tiveram a extrema franqueza de me offerecer; e eu desejando augmentar os monumentos de Mertola, sem a minima reserva as reuni á collecção, onde estão depositadas.

O sr. Mello Garrido offereceu-me dois denarius de prata consulares, um de familia incerta e o outro da familia Minucia. Este ultimo diz H. Cohen ter sido cunhado entre o anno 188 e 164 antes de Christo.

O sr. Mendonça offereceu-me seis pequenos bronzes, tres de Constancio II, um de Valentiniano, um de Theodosio e outro de Arcadio.

Esta pequena serie de oito moedas romanas, já descriptas no catalogo, limita um periodo de quasi cinco seculos. As outras moedas que recebi, arabes e portuguezas, tambem já ficaram descriptas e não vem a proposito serem aqui nomeadas.

A urna cineraria extrahida de uma sepultura na Cêrca de S. Sebastião, e que me offereceu o dr. Brito, é a que represento com a seguinte estampa.

(Est. 5)

É indubitavelmente romana, e identica na fórma a outras que em 1876 foram achadas, perto de Alcacer do Sal, nas ruinas de Balsa, perto de Tavira, e n'outros logares.

Não estava, porém, em sepultura, mas isoladamente soterrada no campo mortuario.

Recapitular finalmente todos os vestigios romanos que pude observar desde o Barranco do Azeite até á Vargem de S. Braz e as noticias que colligi, seria repetir o que fica expendido.

Se um dia houver exploração n'aquelles tão promettedores terrenos, a que me seja licito assistir, poderei então preencher muitas lacunas que deixo agora em aberto, e que de modo algum me proponho supprir com forçadas conjecturas, porque estes assumptos não admittem improvisos.

III

EPOCHA WISIGOTHICA

Invasão da Hispanha romana pelos chamados barbaros do norte, no anno 409. — Occupação da Lusitania pelos alanos. — Walia, rei dos godos, derrota os alanos. — Auctor que julga a Lusitania evadida d'esta raça no anno 419. — Outro auctor que julga os territorios meridionaes da peninsula de novo dominados pelos romanos, que os suevos expulsam de Mérida, no anno 439. — Testemunho historico que dá Myrtilis entregue aos suevos, no anno 440. — Amplo predominio do elemento wisigothico sobre o suevo, no anno 465. — Duvidas sobre se seriam os suevos ou wisigodos os instituidores do christianismo em Myrtilis, ou se esta crença já teria antigo culto n'aquella cidade sob a influencia da igreja ossonobense. — Vestigios do elemento christão dentro do castello de Mertola. — Presumpção de que os monumentos da forma de *dolium*, descriptos no capitulo antecedente possam significar já instaurado em Myrtilis o elemento christão ainda em plena epocha romana. — Monumentos christãos descobertos entre o Rocio do Carmo e a ermida de Santo Antonio. — Interpretação das suas inscripções. — Noticias relativas á sua acquisição. — Prova-se com alguns d'estes monumentos, que havia um templo em Myrtilis, que foi servido por alguns presbyteros, cujos nomes são hoje conhecidos, desde o seculo v ao VII. — Symbologia d'estes monumentos. — Descripção das sepulturas exploradas. — Vestigios de construcções antigas junto d'estas sepulturas. — Noticia de haverem sido achadas em Mertola varias moedas wisigothicas. — Necessidade de novos trabalhos no castello e em todo o campo indicado na planta junta, comprehendido entre o Carmo e Santo Antonio.

É a decadencia condição necessaria de todas as grandezas; nenhuma instituição social póde escapar-lhe, e foi o que succedeu ao maior potentado que ousou subjugar as mais soberbas nações.

Roma tinha-se arrogado a prerogativa de predestinada capital do mundo inteiro; embalou-se e creou-se no berço da monarchia, medrou e robusteceu-se nos regaços da republica, exaltou-se e caiu com o solio do imperio.

O capitolio, o senado, o forum, as basilicas, os templos,

os circos, os amphitheatros, as thermas, os palacios, todos os monumentos, emfim, que podiam assignalar as mais audaciosas manifestações da opulencia, tinham os seus alicerces assentes sobre a cratera de um mysterioso vulcão.

A altiva cidade dos reis, dos consules e dos cesares começára logo a ser minada pelas cryptas e catacumbas dos martyres.

Póde assim dizer-se que havia duas Romas, uma alumiada pelos astros da idolatria, outra simplesmente pela luz da fé; e foi esta luz poderosa que abrazou os templos, os idolos e todas as raias que poderiam embaraçar o peregrino andamento da nova idéa, da nova crença e da palavra inspirada, que foi mensageira da verdade e viva protestação do resgate humano.

Este germen de reacção, que já affrontava as instituições antigas, tinha-se radicado no torrão peninsular, mas precisava ainda um abrigo seguro contra os assaltos da perseguição.

A sociedade pagã ia como lentamente caminhando para uma inevitavel transformação: até as siglas dos seus laboros e estandartes eram substituidas pelo monogramma de Christo; as proprias moedas do imperio cediam a este symbolo os emblemas allegoricos dos triumphos e victorias, e foi o signal, a tessera, a tenção dos que vieram propagar a já plantada arvore do christianismo n'estes ultimos recessos do occidente, logo após a quéda do imperio, arvore que já era secular na famosa Ossonoba, sempre vicejante, vigorosa e tão robusta, que com a força das suas raizes alluia e derribava os templos idolatras, e tão fecunda, que com a fragrancia das suas flores attrahia e captivava os espiritos, com o sabor dos seus fructos alimentava os paladares mais embotados, com a doçura da sua seiva inexgotavel sanava os sequiosos, e com a sua frondosa côma açoitava e repellia as tempestades. Na Lusitania não havia outra que a assombrasse.

A propagação d'esta essencia dependia apenas de um impulso externo e este impulso não tardou.

Das regiões do norte desciam ondas de invasões armadas

sobre o imperio romano. Após umas succediam logo outras, e tantas e tão diversas o foram invadindo e senhoreando, que já não havia resistencia que as combatesse.

Não podia a Hispanha eximir-se do quinhão que lhe estava reservado. Appareceu tambem com differentes mesclas e em diversas occasiões. Não tratarei de historiar o que não é reclamado pelo assumpto que tenho em vista indicar a quem melhor do que eu o possa um dia desenvolver com maior numero de provas; quero apenas restringir-me a enumerar os vestigios que pude descobrir, na villa de Mertola, de uma sociedade christã, que parece ter sido numerosa e opulenta logo pouco depois da decadencia do imperio romano, sob o dominio wisigothico.

Os alanos, os vandalos e os suevos, abandonando as Gallias, transpozeram os Pyrenéos no anno 409 e invadiram a Hispanha. Dois annos depois, referem os historiadores do tempo, repartiram a terra conquistada, a Gonderico com os seus vandalos e a Ermerico com os suevos coube a Galliza, indo os vandalos silingos para a Betica, e a Ataces com os alanos pertenceu a Lusitania. Poucos annos depois Wallia, rei dos godos, exterminou os vandalos silingos e em tal derrota deixou os alanos, que os poucos que lhe escaparam tiveram de se incorporar aos vandalos da Galliza. Fr. Henrique Flores[1] considera a Lusitania inteiramente limpa de alanos no anno 419.

A guerra era a vida normal. A Betica ficára sem vandalos silingos e em seguida vão occupal-a os vandalos da Galliza. Alanos já não havia na Lusitania: mas retirando-se Wallia para a Galliza, que elemento estranho a ficou dominando?

A este respeito diz Antonio Caetano do Amaral[2] que «... pelo modo, por que falla Idacio, se póde julgar, que nas terras, que os vandalos aqui despejaram, tornaram a entrar os romanos, até que no anno 439 os lançou de Mérida o rei

[1] Florez, *Esp. Sagr.*, tom. IV. pag. 396. (Nota á *Chron. de Idacio.)*

[2] Amaral, *Mem. de Litt. Port.* VI. pag. 133.

suevo Richilla. Na mesma chronica (de Idacio) e na de Santo Isidoro, acrescenta, se vèem as guerras que os suevos tiveram com os godos, por cujo rei Theodorico foram tão enfraquecidos e divididos, que pareciam uma colonia dos godos: e elles ao contrario ficarão tão poderosos, que sem embargo de conservar ainda o imperio romano algum poder nas provincias tarraconense e carthaginense (onde pelos annos de 465 tinham um duque chamado Vicente) não foi ao imperador romano Severo, a quem os gallegos n'esse tempo se dirigiram para pedir auxilio contra os suevos, mas ao godo Theodorico, do qual tambem receberam legados.»

Á *Chronica de Idacio* se refere igualmente Florez[1], dizendo que no anno 440 ainda Myrtili era cidade de conhecida importancia, como se deprehende d'este trecho:

«Censorius comes, qui Legatus missus fuerat ad Suevos, residens Mirtyli, obsessus à Rechila in pace se tradit[2].»

Foi então esta cidade sitiada e ganha pelos suevos, a cujo rei fôra enviado como embaixador o conde Censorio, ou Certorio[3], que n'ella residia.

O rei suevo expulsou pois de Merida os romanos no anno de 439; mas em 465 os godos já tão poderosos eram, que os suevos, no proprio territorio onde tinham radicado o seu dominio, apenas pareciam uma colonia sua.

Cousa notavel é, que d'este mesmo anno apparecêra em Mertola um monumento epigraphico christão, como adiante mostrarei.

Se o elemento christão foi alli introduzido pelos suevos, pelos wisigodos, ou já anteriormente sob a influencia do proselytismo ossonobense, por isso que todo o territorio d'aquella parte da Lusitania pertencia á famosa Ossonoba, cujos pastores evangelicos já eram celebres nos concilios da Hispanha, não o posso por emquanto affirmar, porque faltam provas, que talvez venham ainda esclarecer este assumpto, se algu-

[1] Flores, *Esp. Sagr.*, XIV pag. 238.

[2] *Idatii Episcopi Chronicon*, olymp. CCCV. pag. 23, 1619.

[3] Delgado, *Nuevo Método*, etc., tom. II, chama-lhe Certorio.

ma vez se fizer uma exploração bem dirigida em toda a rampa que desce do Rocio do Carmo até á ermida de Santo Antonio, incluindo a Cêrca de Maria Mendes e o Campo do Curral, que represento na planta junta, pois n'esse espaço foram descobertos todos os monumentos de que adiante darei noticia e os vestigios de um edificio, que parece ter sido um templo, de que não havia memoria, nem tradição local.

No castello tambem achei um fragmento de lapida, como se póde ver na collecção sob n.º 64, envolto nas terras que cobriam o pavimento de mosaico já descripto; e julgo que teve inscripção, porque mui distinctamente mostra duas linhas parallelas, marcadas á régua, entre as quaes eram gravados os epitaphios, como o exemplificam alguns monumentos da propria collecção de Mertola, sendo assás significativo, a meu ver, achar-se com este fragmento de marmore uma pequena pasta de argilla alvacenta, de fórma circular, com 29 millimetros de diametro e 9 de espessura comprehendida entre seus planos parallelos, sendo liso o da base e tendo no superior gravado um symbolo, que ora parece o manogramma do X ligado com o P e o T, ora simplesmente X.

A estampa é assim:

(Est. 6)

Em qualquer dos casos, interpreto este objecto como sendo uma tessera monogrammatica.

Na primeira hypothese não haveria duvida, por ser aquella uma das fórmas mais communs do manogramma de Christo, como se póde ver em Muratori, 4.º vol., no *Elucidario* de Viterbo, em muitas obras que tratam da symbologia christã, e mesmo nos monumentos de Mertola.

Na segunda hypothese convem advertir que o X é a fórma mais simples do monogramma, a mais antiga e usada nos primeiros tempos do christianismo, como dizem Giorgi[1], Martigny[2], auctores de firmada auctoridade, acrescentando Buonarruoti, De'Rossi e outros, que foi Constantino Magno o primeiro imperador christão que usou este signal nos seus lábaros.

O original fica na collecção com o n.º 63. A fórma e o symbolo do objecto, repito, emquanto outra interpretação de melhor conceito não apparece, deixam-me presumir que seria uma tessera, ou signal secreto, de que se serviriam os christãos de Myrtilis, antes da decadencia do imperio, talvez, para se fazerem reconhecer e auxiliarem-se como irmãos na crença do arcano, ou simplesmente um signal, que já em pleno dominio christão franqueasse a entrada em algum estabelecimento publico, ou a livre passagem por logares reservados. A estas hypotheses acresce ainda a de que poderia tambem ter sido uma tessera (nummaria?), representando o valor de um denario (X), ou, invertida a gravura, o numero XL, das que nos tempos romanos eram muitas vezes distribuidas á plebe, até em solemnidades publicas, para com ellas receber certos donativos, já dos magistrados, já de pessoas particulares, e a que o povo estava tão habituado, que nos ultimos tempos do imperio, inertes e adormecidos os antigos brios da patria, apenas pedia «pão e circo».

Entretanto, preferindo uma das duas primeiras (X, ou [XPT]) hypotheses, conservarei o mencionado objecto no logar em que o deixei, até que uma opinião auctorisada lhe designe outra mais propria collocação: porque, para mim, a collocação dos monumentos n'um museu archeologico é obrigatoria, tanto em relação á epocha a que pertencem, como ao grupo em que podem ter significação.

Para melhor se comprehender quão dilatado espaço occu-

[1] Giorgi, *De monogra. Christ.*, c. II.

[2] Martigny, *Dicc. des A. Chrét.*

pa o cemiterio christão de Myrtilis, bastará observal-o na planta. Ahi foi, como disse, que se encontraram todos os monumentos da collecção.

Outro descobrimento importante verifiquei no Rocio do Carmo.

A pouca distancia do quintal de Manuel de Oliveira, parecendo-me ver vestigios de uma parede arrazada, mandei fazer uma ligeira excavação, e achei em profundidade de $0^{m},50$ uma base de columna de marmore branco, ainda firmada em cimento de cal, medindo em cada lado $0^{m},59$, no plano circular em que assentava o fuste $0^{m},51$ de diametro, sendo de $0^{m},27$ a sua altura total. Não a pude desenhar, nem me recordo do seu numero de tóros, escocias e astragalos para indicar a ordem a que pertence. Logo em seguida appareceu tambem um grande fragmento de gradaria, ou de janella, tambem de marmore, com aberturas recortadas em fórma de folhas, dispostas em cruz, e observei igualmente uns restos de grossa parede, e muitos pedaços de varios materiaes de construcção. Foi junto deste edificio, que julgo ter sido um templo, que Manuel de Oliveira, residente no Rocio do Carmo, achou um monumento assás valioso, cobrindo a sepultura de um presbytero que havia governado a sua igreja (in presbyterio) durante treze annos e que fallecêra na era de 527, correspondente ao anno de 489, como em seu logar mostrarei, e como se póde ver na collecção sob n.º 4.

Com todos estes vestigios penso ter existido em Myrtilis uma grande população christã, pelo menos desde o anno de 465 até o de 706, comprovada pelos monumentos que colligi.

Seja-me agora licito expender n'este logar uma presumpção, que já deixei apontada, quando me occorreu que a influencia christã de Ossonoba poderia, desde o terceiro seculo, fazer-se sentir entre os habitantes de Myrtilis.

Na secção respectiva á epocha romana reproduzi seis inscripções que haviam sido descobertas em Mertola em 1794 e dois fragmentos de duas que alli verifiquei em 1877.

Com relação áquelles, cujos desenhos consta existirem na

bibliotheca de Evora, notou o dr. Hübner, *Corp. Inscrip. Latin.*, II, p. 5, a muis ingular fórma de um dos monumentos, em que se acharam gravadas, ser a de uma pipa horisontalmente adherente a um plintho de base quadrada, similhante a outros achados nos campos de Beja[1]: «Inter Myrtilenses primum inveniuntur lapides sepulcralis forma dolii lignei circulis cincti et supraplinthum quadratum iacentes (n.º 16, que é o da Torre do Valle Redondo) harumque regionum, quod sciam propriae infra complura exempla redeunt inter titulos Pacenses et in campo Pacensi repertos».

O referido monumento da fórma de pipa, do qual deram noticia o arcebispo Cenaculo, Salgado, Sanchez Sobrino, D. José Cornide, Levy Maria Jordão, e o doutor Hübner, foi sempre considerado como romano e pagão. Que elle seja romano, não o duvido; mas se ao mesmo tempo representa um enterramento pagão, não é cousa tão averiguada.

Eu desejaria dar a este assumpto o desenvolvimento que elle exige, se a indole d'esta rapida resenha das antiguidades de Mertola o permitisse; entretanto julgo conveniente premunil-o do conceito, ou antes da presumpção que me suggere.

A fórma de pipa é considerada como symbolica nos monumentos christãos dos primeiros seculos. Com assás singulares significações são estes monumentos interpretados por auctores da maior auctoridade. «A pipa vasia symbolisa o corpo separado da alma[2].» Pretende-se, por analogia, que assim como na pipa o vinho representa o espirito e no corpo humano a alma é o principio activo de todas as nossas acções, do mesmo modo a pipa sem o valor do espirito significa inerte massa, comparavel ao corpo separado da alma.

O poetico idealismo christão foi achar no dialogo entre os esposos, no *Cantico dos Canticos*, cap. II, v. 4 a significação do dolium, deduzida da *cella vinaria*, de que falla Salo-

[1] A quinta de Marim, perto de Olhão, abunda em monumentos d'esta fórma, os quaes colligi.

[2] P. Lupi. *Dissert.* tom. I, p. 205.

mão, querendo que a igreja represente a *cella* e as pipas a união dos fieis. Por isso, pois, pretende que o dolium sobre uma sepultura seja a imagem do corpo, que um dia ha de voltar á casa de Deus para receber o espirito da resurreição.

A pipa interpretava-se ainda de outro modo. Compondo-se de differentes peças unidas e apertadas por seus arcos, symbolisava a caridade e união que devêra haver na sociedade christã, que o sangue dos martyres cada vez mais engrandecia e firmava, e que S. Cypriano, o mestre de Santo Agostinho, e tambem martyr no terceiro seculo, comparava ao vinho generoso que se escapa do seu receptaculo: «Vini vice sanguinem funditis», como diz Martigny. E mais ainda se arraigou este conceito, achando-se em algumas sepulturas das catacumbas uns vasos de vidro da fórma emblematica de barris, onde julgam alguns auctores que fosse recolhido o sangue dos que padeciam a pena do martyrio. É esta a significação que Mamachi attribue a estes frascos: «Doliorum figuram inter duum præse ferebant vascula vitrea, quibus sanguinem SS Martyrum Christiani veteris includebant[1].»

Examinadas estas interpretações, ainda se propõe uma outra, como para substituir as antecedentes, que, pretendendo achar uma certa relação entre o substantivo dolium e o verbo dolere, apresenta os monumentos de tal fórma como symbolos da dôr, fundando-se na lapida, que Mamachi (tom. III, p. 91), acima citado, reproduziu, em que se observam duas pipas em relevo, horisontalmente alinhadas, sob a inscripção IVLIO FILIO PATER DOLIENS, em vez de DOLENS, termo que n'outros epitaphios christãos se acha referido a parentes das pessoas sepultadas.

Acresce a tudo isto uma observação de Rich[2], que parece deixar perceber que a palavra dolium, com a significação de barril ou pipa, era mais usada pelos christãos dos primeiros seculos do que pelos pagãos; pois diz que o dolium propria-

[1] *Orig. et Antiq. Christ.*, tom. III, p. 102, 34.
[2] *Diction. des Antiq. Rom. et Grecq.*, verb. *Dolium.*

mente dito era um grande pote de barro cozido, de muita espessura, e da capacidade de dezoito amphoras, de que achei no Algarve copiosos fragmentos em numerosos logares.

Mas, porque nunca suscitou o monumento de Mertola= MATRI SERTORIUS =a minima suspeita de poder caracterisar o elemento christão n'aquella antiga cidade antes da decadencia do imperio? Mui provavelmente porque o seu estylo epigraphico é rigorosamente romano, e porque as suas siglas D (iis) M (anibus) S (acrum), admittidas como consagração de origem pagã, não deixaram lembrar, que tambem estão comprovadas em muitos monumentos christãos. De'Rossi, *Inscrip. Rom.*, I, n.º 1192, mostra n'uma inscripção romana inédita (a de LEOPARDVS), em que se acha a formula rigorosamente christã DEO REDDIDIT SPIRITVM SANCTVM, as siglas D (iis) M (anibus). Ora, para que estas siglas não tenham a interpretação de D (eo) M (agno), como pretenderam dar-lhes alguns epigraphistas, cita-se nos *Epitaphios* de Lupi, pag. 105, uma inscripção christã, tendo superiormente por extenso DIS·MANIBVS [1], e Perret, na sua collecção de epitaphios, transcreve o de uma christã (VITALIS), cuja primeira linha tem as siglas D. M. (☧) S., isto é, com o monogramma de Christo entre as duas ultimas, o que seria sufficiente, como diz Martigny, para esclarecer todas as duvidas.

Maior estranheza causam hoje estas siglas quando se acham em monumentos christãos, do que no proprio tempo em que foram usadas; pois que apenas se consideravam como formula simplesmente funeraria, sanccionada pelo uso e observada com indifferença, do mesmo modo que muitos nomes pagãos foram tomados pela gente christã junto da piscina sagrada do baptisterio.

O cavalheiro De'Rossi refere a uma epocha anterior ao se-

[1] Fabretti, na inscripção LV de pag. 572 da sua obra *Inscrip Antiq*, Roma, 1699, leu as siglas D M P por Deo Magno Christo; o que é repellido por outros auctores.

culo IV todos os monumentos christãos com estas siglas, como são os do cemiterio de Santa Catharina de Chiusi, cuja origem é attribuida ao tempo dos Antoninos; pois apenas no seculo V raros casos são notados, por excepção, com esta consagração aos Deuses Manes, certamente muito impropria dos que só adoravam o Deus Redemptor.

Vê-se portanto, que as siglas D. M. S. não dão seguro caracteristico de ser pagão o monumento de Mertola, tanto mais gravadas n'aquella fórma de dolium já reconhecida como symbolo christão. Será pois este monumento uma revelação do proselytismo ossonobense entre a população de Myrtilis?

Fica por emquanto registada esta aventurosa presumpção até apparecerem novos e mais significativos factos, que a confirmem, ou inteiramente a destruam.

Não havendo pois sufficientes provas, que manifestem a existencia do elemento christão em Myrtilis antes da decadencia do imperio romano, vou comproval-o com uma serie de monumentos, a partir da segunda metade do seculo V até o oitavo anno antes da irrupção mussulmana, começando chronologicamente por aquelles cuja data se póde perceber; e não é preciso alistal-os em ordem geographica, porque todos foram extrahidos do campo, figurado na planta, entre a igreja do Carmo e a ermida de Santo Antonio, como já disse.

O mais antigo é representado na collecção por um fragmento de campa de marmore granolamellar azulado, contendo simplesmente os caracteres que se encontram na est. 7.

Não percebo que palavra poderia terminar no R da primeira linha, certamente segunda ou terceira da inscripção. As lettras VI, que se lhe seguem, julgo formarem a primeira syllaba da palavra VIXIT. As quatro da segunda linha pertencem á palavra REQVIEVIT. Na terceira está visivel uma parte do algarismo romano ----V, que designa, sem duvida, o dia dos IDVS do mez em que fallecêra a pessoa, a quem fôra dedicada esta memoria. A ultima linha mostra

que antes da sigla numerica D (500) havia um A, em que terminava a palavra ERA. Depois do D não mostra a pedra vestigio algum de outro algarismo romano, e por isso a data do monumento seria a da era de 500, correspondente ao anno de 462.

N.º 1.

(Est. 7)

Não posso fazer toda a leitura conjectural da inscripção. O nome da pessoa fallecida não tem vestigios. Deveria estar

nas duas primeiras linhas que faltam. A recomposição parcial, que me occorre, é esta:

. . . . . R · VI–XIT ANNOS (quantos ?) REQVI EVIT IN-PACE D (ie) V IDVS (mez ?) ERA D.

Manuel de Oliveira, excavando o seu quintal no Rocio do Carmo, achou este monumento e mais alguns, que irei citando; e querendo resguardar a sua terra, construiu um muro de pedra secca no alinhamento da casa. Apesar de ter a poucos passos de distancia uma pedreira capaz de fornecer material para a edificação de uma cidade, preferiu reduzir a pedaços os monumentos de marmore que achou e com elles foi fazendo o muro, exceptuando um, «que não teve animo de partir, por ser uma lage muito perfeita, com um grande letreiro, e que por isso a poz na lareira da chaminé» ! Fui ver esta pedra e tive então noticia das outras, que não foram condemnadas ao fogo, mas que não poderam escapar ao enfurecido camartello d'este barbaro do sul, que um fatal destino encarregára de aniquilar as ultimas reliquias dos barbaros do norte.

—Pago todas as pedras que me apresentar com lettras, disse eu a Manuel de Oliveira. Este promettimento animou o cuidadoso destruidor dos monumentos christãos a declarar que tinha muitas no muro do quintal; e com effeito, o muro foi revistado e em parte demolido para se poderem extrahir. Manuel de Oliveira tinha porém escondido as maiores, que só apresentou, uma de cada vez, depois de ter vendido as que julgava insignificantes. E ainda assim fez um grande serviço ás lettras, apesar de as tratar a ferro e fogo, porque ninguem ousará disputar-lhe a gloria de ter sido o descobridor de tantos monumentos. O nome, no numero dos barbaros, d'este representante do ultimo alano, que escapou á espada de Walia, ou do unico vandalo-silingo, que Richilla não pôde exterminar, será sempre lembrado por toda a gente que olhar para os padrões epigraphicos da Myrtilis christã.

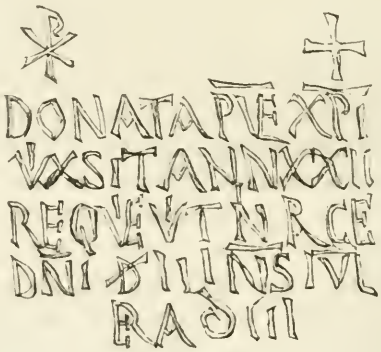
Não obstante as muitas diligencias que empreguei, não

me foi possivel obter mais alguns fragmentos pertencentes á inscripção que fica descripta; mui provavelmente tinha-os o dono do muro em logar, que não lhe conveiu demolir.

No dia 11 de março de 1877, estando já pregadas e com sobrescripto endereçado ao sr. ministro do reino seis caixas com os monumentos que havia colligido em Mertola e nos logares designados no catalogo d'esta collecção, procurou-me um homem do campo para me vender uma bellissima lamina de marmore granular branco, de notavel translucidez, que me disse ter tirado de uma sepultura junto á valleta da estrada, onde tambem achou um annel de dedo muito delgado, que deitou fóra «por ser de cobre»! Comprei-lhe a pedra: media $0^{m},45$ por $0^{m},41$ e de espessura $0^{m},03$. Foi introduzida e cuidadosamente acondicionada na caixa n.º 1 com outra quasi das mesmas dimensões, que havia comprado a outro homem.

Estas pedras, porém, já não existem, porque mandando o governo vir para a academia real de bellas artes os monumentos de Mertola, as caixas foram alli despejadas sem eu estar presente e d'aqui resultou desapparecerem com tres vasos inteiros de argilla e com alguns fragmentos de outros monumentos, que vinham unidos para se poderem concertar. Felizmente, antes de encerrar as duas mencionadas pedras, desenhei as suas inscripções. A de marmore branco, superiormente ornada com o monogramma de Christo á esquerda e com uma cruz grega á direita, tinha este epitaphio:

N.º 1-A.



(Est. 8)

É muito facil a interpretação; está ao alcance de todos os leitores, porque não envolve particularidades epigraphicas, que possam suscitar duvidas.

Donata, serva de Christo, viveu vinte e dois annos. Descançou na paz do Senhor aos tres dias das nonas de julho (5 de julho) da era de 503, correspondente ao anno de 465.

Donata e Donatus são nomes muito conhecidos na epigraphia christã. Muratori colligiu algumas inscripções com estes nomes. Não só a designação dos annos, como o substantivo PVE (puella), manifesta a mocidade da sepultada. Os symbolos, o estylo epigraphico, as abreviaturas e o caracter paleographico das lettras, não deixam duvida de que este monumento pertenceu a uma sepultura christã do quinto seculo. Lamento verdadeiramente o extravio d'esta bellissima lapida, cujo reverso mostrava ter tido um friso, indicando haver-se extrahido de um edificio antigo para se lhe gravar uma inscripção.

Do seguinte monumento colligi em Mertola mais dois fragmentos, que se perderam na academia real de bellas artes, e por isso apenas pude ligar os restantes do modo que se segue.

N.º 2

(Est. 9)

No estado em que ficou, não se presta a recomposições conjecturaes. Apenas deixa perceber, que a pessoa aquem o monumento pertenceu, fallecêra no dia XVII das kalendas de ... (não diz de que mez), da era de DL (501, ou 550?). Foi este epitaphio gravado n'uma lamina delgada de

marmore, tendo superiormente no centro uma cruz entre quatro folhas approximadamente spathuladas, e diagonalmente oppostas, sob um ornato de volta arredondada da fórma de cordão achatado. O monumento foi achado no Rocio do Carmo por Manuel de Oliveira, que o partiu por precisar de pedra miuda para o muro do seu quintal. Os dois fragmentos que faltam, ainda assim não completavam a inscripção.

O seguinte epitaphio está gravado n'uma lamina de marmore branco, tendo os mesmos symbolos já descriptos no de N.º 1-A. A pedra mostra ter tido uma anterior applicação, e foi mui provavelmente desarraigada de algum edificio romano. Estava sobre uma sepultura, descoberta na occasião em que se fez o córte da estrada de Mertola para Beja, junto á valleta e quasi em frente da ermida de Santo Antonio. Um trabalhador, que a achou, vendeu-a ao sr. Alonso Gomes, e este cavalheiro, sempre generoso e prestadio, como todos o conhecem, sabendo que eu me empenhava em colligir tudo quanto fosse possivel das antiguidades de Mertola, mui espontaneamente m'a offereceu, e por isso tenho a satisfação de reunir á collecção mais este valioso testemunho do elemento christão em Myrtilis, pertencente á segunda metade do quinto seculo. O nome do sr. Alonso Gomes fica escripto no rotulo d'este monumento e é repetido no catalogo da collecção, para que não se perca a lembrança da sua valiosa offerta, mui digna de especial agradecimento, porque tudo quanto seja engrandecer as collecções destinadas ao estudo da sciencia, é um serviço publico, que sempre se deve registar.

A inscripção é assim:

N.º 3.

(Est. 10)

«Orania, serva do Senhor, viveu tres annos. Descançou em paz no dia dos idos de novembro da era de 511.» Esta era corresponde a 13 de novembro de 473.

Não deixa de encerrar alguma singularidade o texto d'esta inscripção. A abreviatura da segunda linha PML, com quanto a inicial seja um P, parece significar *famula* e não *puella*, em que não ha a consoante M. O *quadratarius* escreveria *phamula* em vez de *famula*, ou o P por um F, e não seria talvez este o unico lapso que commetteria nas suas gravuras epigraphicas, porque mesmo n'esta (3.ª) linha escreveu TES em logar de TRES. A expressão *Famula Domini* para significar um anjo, que apenas tres annos vivêra na terra é na verdade pouco apropriada; só o uso, applicado sem attenção á idade, a póde justificar. Não menos impropria, re-

ferida á quadra da mais angelical innocencia, parece ser a affirmação REQVIEVIT IN PACE; pois que marca o repouso na paz do sepulchro a quem ainda não tinha a minima idéa das tempestades da vida mundana. Tal era o imperio da formula funeraria, e tal a força de significação christã que se dava, desde os primeiros seculos, á bella expressão IN PACE, embora de origem hebraica, que até se acha nos epitaphios relativos a creanças de poucos mezes!

O monumento, que vou agora reproduzir, tem mais alguma importancia do que os antecedentes. É o que Manuel de Oliveira achou junto ao seu quintal, no Rocio do Carmo, quasi a um metro de fundura, e que logo destinou para a lareira da chaminé! Uma grande e espessa lage de marmore com manchas azuladas e manifestos signaes de ter sido arrancada, talvez da soleira de uma porta, cobria a sepultura de um homem de estatura corpulenta. É todo symbolico o lavor d'esta lapida. Parece figurar o portico de um templo com duas columnas, cujos capiteis, tendo por ornato o monogramma de Christo em fórma de X, de todos o mais simples e antigo, são ligados por um arco de volta redonda. Outro qualquer interprete, sabendo quanto a gente christã dos primeiros tempos era fecunda em symbolisar por todos os modos possiveis as suas reconditas intenções, tambem julgaria que aquellas columnas, com taes capiteis, poderiam representar os umbraes da eternidade sustentando a abobada celeste; pois tudo então era mysterioso, emblematico, e parabolico, como as proprias palavras da linguagem mystica e prophetica dos que escreviam e oravam entre os auspicios da inspiração divina. Sob o arco, mui vulgar n'outros monumentos, mas sem columnas e como figurando estar suspenso no espaço, vê-se gravado um duplo monogramma, o composto de XP (☧), as duas primeiras lettras do nome grego de Christo, e o da fórma biblica com as lettras primeira e ultima do alphabeto grego, A e Ω, ambos reunidos, como os mostra a est. 11.

D'este segundo faz menção o Apocalypse no seu ultimo ca-

pitulo (XXII — 13): «Ego sum A et Ω, primus et novissimus, principium et finis» ; o que na versão do padre Antonio Pereira significa: «Eu sou o Alpha e o Omega, o primeiro e ultimo, o principio e o fim». A inscripção termina com uma cruz ladeada na base pela repetição dos caracteres A e Ω.

N.º 4.

(Est. II)

Este epitaphio traduzo eu assim:

«Ao presbytero Satirio. Governou no presbyterio treze annos. Descançou na paz de Nosso Senhor Jesus Christo no

sexto dia das nonas de março (2 d'este mez) da era de 527 (anno de 489). Lembra-te de nós. Descança.[1]»

Veiu este monumento revelar, que no anno de 476 havia em Myrtilis uma igreja christã; pois foi n'aquelle anno que o presbytero Satirio começou a governal-a, sendo mui provavel que já anteriormente existisse, tanto mais que o epitaphio não designa como primeiro este presbytero.

Achou-se este monumento junto ao logar em que descobri uma base de columna de marmore assente em cimento de cal e um grande fragmento de gradaria, ou de janella, tambem de marmore, com aberturas em fórma de folhas lanceoladas, dispostas em cruz; o que me deixa presumir, que na propria igreja fosse sepultado o presbytero que a governou treze annos.

Não parece, pois, duvidoso ter o templo existido alli, a pouca distancia da igreja do Carmo, e que dentro e em torno d'elle se faziam os enterramentos. A população, tendo-se em vista o pavimento de mosaico, que descobri no castello, é mui provavel que aproveitasse os edificios romanos que haveria entre a igreja e o espaço occupado pelo castello até á margem do rio.

Um pedreiro de Mertola, n'uma excavação que fez perto do curral do concelho, entre o Rocio do Carmo e a ermida de Santo Antonio, achou uma estreita lamina de marmore sobre um jazigo, que continha ossos, e notando que na pedra havia um letreiro, levou-a para casa.

No meu regresso para Lisboa, passando por aquella villa em 1 de janeiro d'este anno (1879), aproveitei ainda o dia para novas indagações, e comprei este monumento, que reuni á minha collecção sob n.º 5.

Diversos symbolos christãos compõem o seu emblematico ornamento.

[1] A ultima palavra da 6.ª linha e a ultima linha poderiam ler-se em latim barbaro: *memor nos requiescet,* ou *requiesce,* em vez de *memor nostrum requiescit,* e assim interpretar-se *descança, lembrando-se de nós,* ou *lembra-te de nós, descança.*

Representa-se o mundo, figurando o *principio* e o *fim* o alpha e o omega, entre os quaes se vê estampado o monogramma de Christo. O globo é timbrado pela cruz da redempção, cujos braços beijam duas pombas, que do Oriente e do Occidente vieram saudar o trophéu sagrado, como divinas mensageiras da paz, *divinæ pacis præco.*

A pomba de Noé passou a ser um dos emblemas mais antigos do Christianismo. Representando o proprio Redemptor, o Espirito Santo, e os Apostolos, ficou a sua imagem sendo aó mesmo tempo o hieroglyphico da simplicidade christã, da innocencia, do pudor, da mansidão, da humildade, da contemplação, da caridade e do amor. Por isso, desde os primeiros seculos se acha estampada nos baptisterios, nos tumulos, e em diversissimos monumentos. A epigraphia, a sigillographia e a glyptica transmittiram á posteridade toda a expressão iconographica da pomba, com que a igreja dos tempos modernos symbolisa o Espirito Santo, e o idealismo poetico a pureza.

Não podia imaginar-se um symbolo mais apropriado á candura de Mannaria, da joven serva de Christo, que apenas viveu nove annos e quatro mezes, descançando em paz no decimo sexto dia das kalendas de abril (17 de março) da era de 532, correspondente ao anno de 494, como diz o seu epitaphio.

N.º 5.

(Est. 12)

Agora que vou reproduzir a inscripção de outro monumento de marmore, achado em sepultura junto á valleta da estrada e quasi em frente da ermida de Santo Antonio, não

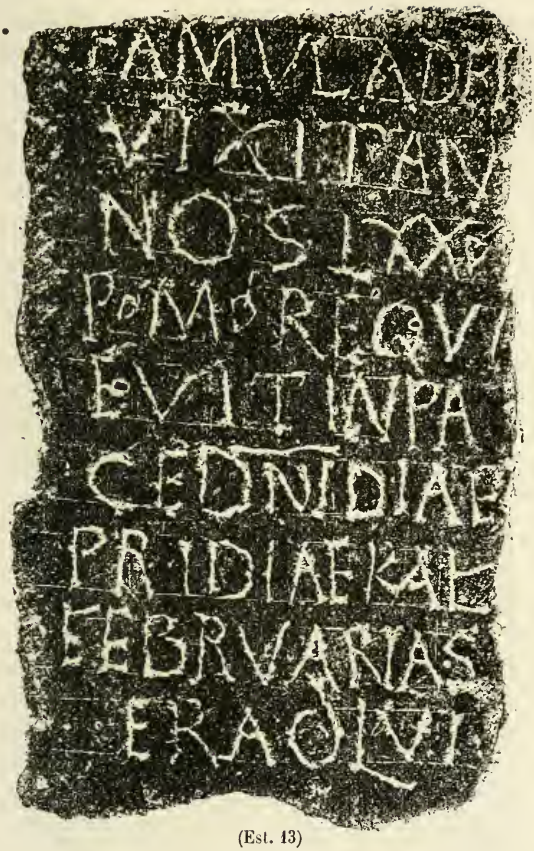
ha a lamentar um fallecimento prematuro, como foi o da innocente Mannaria; mas o de uma septuagenaria, cujo nome não se póde proferir, porque foi levado por um fragmento que se destacou da pedra em que ficou gravada a sua memoria.

Achou-se este monumento quando se abriu a estrada de Mertola para Beja; comprou-o um cavalheiro sympathico, muito conhecido e estimado n'esta capital pelas prendas do seu elevado caracter. Refiro-me ao sr. Domingos Martins Peres, que só não tem por amigo quem o não conhece; e como sabia que se tratava de colligir os monumentos de Mertola para representarem as antiguidades d'aquella outr'ora celebre cidade n'um futuro museu nacional, logo entendeu, como deveriam entender os monopolistas d'esta tão disseminada riqueza archeologica, que outro mais util destino não podéra ter este e outro padrão epigraphico, que offereceu com a sua costumada generosidade.

Na serie dos monumentos myrtilenses é este o primeiro do sexto seculo. Não se sabe, como disse, o nome da pessoa a quem foi dedicado; apenas se póde affirmar que aquella «serva de Deus viveu setenta annos, P (lus) M (inus) pouco mais ou menos e descançou na paz do Senhor no dia antes das kalendas de fevereiro (31 de janeiro) da era de 556», que corresponde ao anno de 518.

A inscripção é assim:

N.º 6.



(Est. 13)

Na ordem chronologica tem aqui logar o monumento immediato, que tambem é de marmore. Foi achado por Manuel de Oliveira junto á sua casa no Rocio do Carmo, e portanto era contiguo aos vestigios do templo que parece ter alli havido. Já estava mettido no muro, partido a martello para melhor se ageitar ás necessidades d'aquella construcção, e d'alli saiu, faltando-lhe um fragmento, que não foi possivel encontrar-se, em que estava designado o mez do fallecimento da pessoa a quem fôra dedicado.

Tem sobre a inscripção um arco aberto, cingindo dois circulos concentricos, em que se acha inscripta uma cruz, que figura nos angulos quatro folhas diagonalmente oppostas, de fórma spathulada e fendidas ao meio da aresta superior, resultantes da configuração da cruz.

Veiu este padrão epigraphico denunciar mais um presbytero da egreja de Myrtilis, que sobreviveu a Satirio trinta e tres annos, fallecendo com setenta e cinco de idade.

Chamava-se Romano aquelle servo de Deus, que descançou na paz do Senhor aos quinze dias das kalendas (falta o mez) da era 560 (?). correspondente ao anno 522. Tinha pois nascido no anno de 447, talvez já na propria terra em que os seus malaventurados ossos 1429 annos depois vieram parar ás mãos de Manuel de Oliveira, que nada mais quiz do que a pedra que mui piedosamente os tinha resguardado dos proprios sarracenos.

A inscripção está quasi completa, como se vê na estampa seguinte:

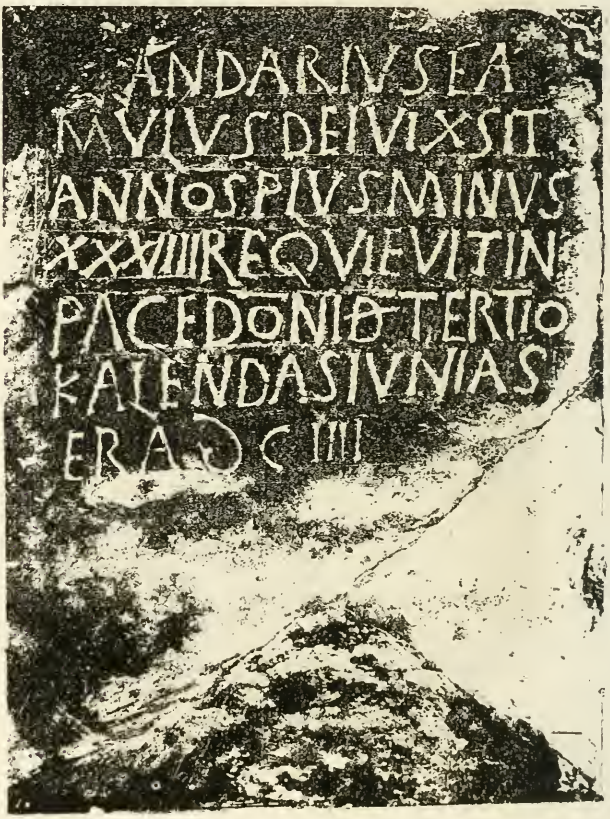
N.º 7

(Est. 14)

A seguinte inscripção foi uma das ultimas que Manuel de Oliveira achou no Rocio do Carmo, cobrindo uma sepultura em que havia ossos, e não a partiu, porque áquelle tempo já tinha feito o muro em que metteu as outras. Falta-lhe apenas um fragmento no angulo esquerdo superior, que lhe levou uma parte da primeira lettra, que mui claramente se re-

conhece ter sido um A. Esta lamina de marmore teve elle o cuidado de esconder dentro de uma arca antes de eu revistar o muro, reservando-a para a vender por melhor preço depois de ter obtido pelas mais pequenas tudo quanto lhe foi possivel. O epitaphio é dos mais perceptiveis: «Alandario,

N.° 8.



(Est. 15)

servo de Deus, viveu pouco mais ou menos trinta e oito annos e descançou na paz do Senhor ao terceiro dia das kalendas de junho da era de 604», que corresponde á data de 30 de maio de 566.

A inscripção seguinte foi esculpida em lamina de marmore muito delgada e cobria uma sepultura no Rocio do Carmo. Manuel de Oliveira tirou-a partida, e metteu no muro os pedaços que achou. O muro revistei eu pelo lado da rua e em toda a volta interna do quintal e apenas encontrei um fragmento que reuni a mais dois que já tinha recebido; mas nenhum dos tres se podia ligar ao maior, em que se vê gravada uma cruz similhante á do monumento n.º 7 de Romanus, nem ao que mostra um resto da palavra HONESTA, (talvez FEMINA HONESTA), que me parece ser um qualificativo da pessoa soterrada, sendo mui provavel que no grosso do muro, se fosse demolido, se achasse o que falta.

Reuni então todos os fragmentos que tinham apparecido e acondicionei-os na caixa n.º 2, em que vinham os monumentos arabes, para não se confundirem com os outros das sepulturas christãs. Chegaram porém á academia de bellas artes, onde se perderam precisamente os tres ultimos que a tanto custo havia adquirido para poder recompor a inscripção. Os que escaparam são insufficientes. Na primeira linha ha vestigios de um I ou L, lettra inicial do nome da pessoa sepultada; na segunda, a primeira lettra é um F, mui provavelmente a inicial da palavra *Femina*, ou *Famula*, e termina com as lettras ƆNESTA, que dão idéa, como acima disse, de um qualificativo honroso para a memoria do nome e das prendas moraes da pessoa a quem o monumento fôra dedicado. Aos caracteres dispersos pelas outras linhas não posso ligar a minima significação. Se tivesse havido o preciso cuidado de não se confiarem estas cousas a pessoas incompetentes, existiriam ainda os fragmentos que fazem falta agora para ao menos conjecturalmente se restaurar o texto epigraphico d'este monumento, infelizmente reduzido aos poucos vestigios que reproduzo na est. 16.

N.º 9.

(Est. 16)

Do monumento n.º 10 appareceu apenas um fragmento, que mostra ser antiga a destruição que soffreu. Manuel de Oliveira, ao que parece, teve famosos predecessores. Mas este mesmo fragmento é quanto basta para caracterisar um monumento christão dos muitos que existiram no Rocio do Carmo; pois conserva gravada uma pomba beijando o symbolo da cruz, como se vê na est. 17.

O fragmento seguinte, achado tambem no Rocio do Carmo, é imperceptivel; tem apenas os caracteres · · · OLVS

que ao doutor Hübner occorreu poderem significar os restos do nome (V)OLVS(ianus).

Não permitte melhor percepção o seguinte, de igual proveniencia, e tambem de marmore branco como o antecedente, porque só contém vestigios de tres caracteres.

O fragmento n.º 13 pertenceu a uma lapida de marmore

N.º 10.

N.º 11.

N.º 12

N.º 13.

(Est. 17)

azulado muito delgada, achada em excavação no Rocio do Carmo, mostrando porém que a destruição fôra antiga.

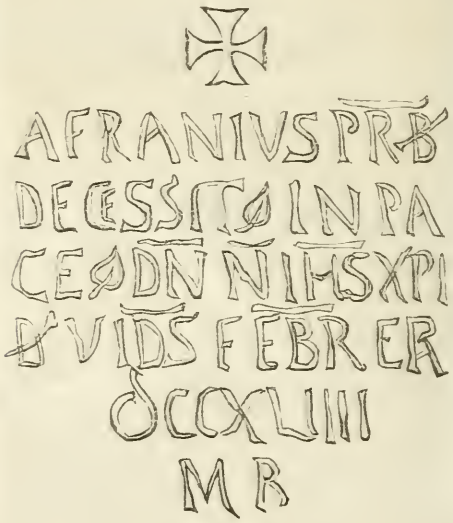
Não deixa duvida de que era christão o monumento de

que se destacou. como o persuadem os seus poucos caracteres, pela maior parte incompletos, mas perceptiveis. Na primeira linha d'este fragmento ha restos da palavra REQ(ui) EVIT e na segunda allude ao dia primeiro das nonas de...

A estampa anterior representa este e os tres antecedentes fragmentos.

Tem n'este logar cabimento a inscripção da lamina de marmore azulado, que inclui com a de n.º 1-A na caixa n.º 1 e que se extraviou na academia real de bellas artes. Felizmente antes de encerrar a pedra desenhei a lapis o seu epitaphio. que é interessante para a historia da antiga igreja christã de Myrtilis, porque nos dá a conhecer mais um presby-

N.º 13-A.



(Est. 18)

tero e nos mostra que aquella igreja ainda existia poucos annos antes da irrupção arabe. O monumento tinha simplesmente gravada uma cruz sobre a inscripção. «O presbytero Afranio morreu na paz de Nosso Senhor Jesus Christo aos cinco dias dos idos de fevereiro da era de 744 (correspondente a 9 de fevereiro do anno de 706).» Na ultima linha

havia duas siglas, a primeira M e a segunda R ou B. Na primeira hypothese significariam M (embra) R (equiescant), por cobrir aquella campa os restos mortaes do presbytero, e se eram MB, poder-se-iam interpretar M *(emoriæ)* B *(onæ)*, de *boa memoria*.

Confrontada esta data de 706 com a de 462 do monumento n.º 1, vê-se que entre ambas decorreram 244 annos, que é a duração que teve aquelle campo mortuario, deduzida dos monumentos existentes.

Se a igreja Myrtilense pôde manter-se durante o dominio arabe, como outras que foram toleradas por aquella civilisação, não será facil saber-se, sem que appareçam provas que abonem esta presumpção, que os documentos historicos parece querem confirmar.

Resta-me fallar de outro monumento achado quasi em frente da ermida de Santo Antonio, junto á valleta do lado opposto da estrada de Mertola para Beja na occasião em que se faziam os desaterros para a execução do traçado d'aquella estrada. É uma lamina de marmore granolamellar cinzento com inscripção gravada em caracteres gregos, que devêra terminar n'um fragmento que inferiormente falta na pedra, podendo conter mais uma ou duas linhas. Diz-se que um trabalhador vendo aquelle marmore com lettras de um lado e filetes e caneluras no outro, o guardou e foi vender a um agente da casa do sr. Domingos Martins Peres, e que o tirára de uma das muitas sepulturas que os trabalhos publicos completamente destruiram.

É indubitavelmente christão este monumento, pois lá tem gravada uma cruz no principio da primeira linha. Deve ser do quinto ou sexto seculo, do mesmo modo que os outros seus companheiros n'aquelle campo mortuario, e pertenceria a uma familia grega domiciliada em Myrtilis.

Está muito abatida a gravura. A photographia poz porém á vista a fórma paleographica dos seus caracteres, como o mostra a est. seguinte.

Não entendi esta incompleta inscripção; mas o doutor Hübner, com a sua mui festejada competencia em epigra-

N.º 14.

(Est. 19)

phia hellenica, resolveu todas as duvidas, transcrevendo-a em caracteres gregos correntes e interpretando-a. A inscripção em grego barbaro é assim:

ἔνθα | κατάκι | τε Ζούσι | μος ὑει | ὲς Πολυ | νίκου ερ

Ou em grego corrente:

ἔνθα κατάκειται Ζώσιμος υἱὸς Πολυνίκου ἔρ

Agora veja-se a traducção do sabio epigraphista prussiano:

Aqui morreu Zózimo filho de Polynios . . . Unicamente as duas ultimas letras ερ (er . . .) ficam sem explicação. Pertencem provavelmente ao latim cr(a) . . ., de fórma que a ultima linha continha a data.

O sabio hellenista, apesar de achal-a escripta em grego barbaro, proprio de tal tempo, julga-a comtudo mui interessante como testemunhando o elemento bysantino, de que dão prova alguns portos de Hispanha e Portugal, até á epocha do imperador Justiniano, que morreu no anno 565.

Foi este um dos valiosos brindes com que o sr. Domingos Martins Peres engrandeceu a collecção dos monumentos de Mertola, como ficou indicado no rotulo e no respectivo catalogo, sendo-lhe por isso devidos muitos agradecimentos.

N'um limitado reconhecimento que emprehendi junto á valleta da estrada, quasi em frente da ermida de Santo Antonio, onde me constou terem sido achados os tres já indicados monumentos, offerecidos pelos srs. Martins Peres e Alonso Gomes, para examinar o typo e construcção dos jazigos, verifiquei em seis d'estes depositos sepulchraes as seguintes circumstancias.

As sepulturas foram abertas por excavação, tendo algumas atacado parcialmente o subsolo da rocha schistosa. Duas manifestaram revestimento interno de parede delgada, construida de pedra assente em terra amassada. O fundo era tambem revestido de pedra miuda, cravada em terra molhada. Havia outra que tinha perpendicularmente erguida no topo da cabeceira uma pequena lage delgada de marmore branco. As primeiras cinco eram quasi perpendiculares ao rio, apontando para SE. a extremidade inferior.

1.ª Mediu de comprimento $1^{m},55$, na cabeceira $0^{m},40$, no meio $0^{m},53$, e no topo inferior $0^{m},32$. Já tinha perdido por excavação uma parte da sua profundidade, ficando assim reduzida a $0^{m},30$. Continha muitos ossos, mas um tanto desordenados, e o craneo inteiramente esmagado. Não se lhe encontrou objecto algum de arte.

2.ª Achou-se cortada pela valleta da estrada, e apenas conservava um craneo esmagado, alguns ossos do torax, uma só clavicula, o humerus do lado esquerdo e algumas vertebras. O córte da estrada tinha levado todos os outros ossos.

3.ª e 4.ª Estas duas estavam intactas. Eram excavadas e

internamente guarnecidas de parede de pedra e terra amassada. Continham os esqueletos na sua respectiva posição, estando porém os ossos em adiantada ruina. Os craneos acharam-se cheios de terra, mas fracturados a ponto de cairem os fragmentos logo que eram tocados. Estes dois enterramentos manifestaram terem os cadaveres sido depositados com os braços estendidos, como se fossem de gente pagã, pois as phalanges dos dedos das mãos tinham-se espalhado entre os phemures e os lados dos jazigos, estando n'um rigoroso alinhamento ascendente os cubitus, os radius e os humerus. Os ossos da do lado de SO. eram de menores dimensões; talvez fossem de mulher, ou de pessoa de mediocre estatura. Cada um d'estes jazigos era resguardado por uma cobertura longitudinal de alvenaria, ligeiramente convexa. A 3.ª mediu $1^{m},92$ de comprimento, $0^{m},45$ na maior largura, $0^{m},37$ na extremidade inferior e $0^{m},40$ de fundura. A 4.ª deu $2^{m},02$ de comprimento, $0^{m},50$ e $0^{m},35$ de largura, e $0^{m},43$ de profundidade.

5.ª Tinha esta a mesma construcção das antecedentes, mas com cobertura de alvenaria á similhança de abobada um tanto abatida. Continha os ossos de uma pessoa adulta já muito deteriorados, e aos pés uma defeza de cabra, parecendo intencionalmente ali collocada como objecto de superstição, e por isso foi colligida e depositada na collecção com o n.º 67; o que não deve admirar, sabendo-se quanto são antigas as superstições christãs, pela maior parte transmittidas pelo paganismo, e ainda hoje existentes n'esta capital, onde não é raro ver-se ao pescoço das creanças uma caterva de amuletos, em que se acha o crescente da lua, o signo de Salomão, a bota de azeviche, a figa de coral e um chifresinho da propria materia, de marfim, prata ou ouro, que sobre todos os mais preservativos contra as influencias do astro melancolico, dos feitiços, dos maus olhares e do quebranto, parece ser o mais vigoroso na efficacia da sua salutar virtude, por cujo motivo ainda ahi ha muitas padarias antigas, cocheiras e outros estabelecimentos, preservando-se, não sei se do quebranto, ou se de mal intencionados

olhares, com uma tremenda armadura de carneiro espetada n'uma escapula. Por isso, pois, devem os leitores ser indulgentes, poupando aos seus motejos estas preoccupações da antiguidade, lembrando-se que são duplamente reprehensiveis no seculo em que vivemos, e sobretudo n'este centro da civilisação nacional, onde as proprias pedras das ruas fazem muitas vezes escorregar os incautos á força de serem demasiado *polidas*.

6.ª Foi esta a ultima sepultura que mandei abrir n'aquelle alinhamento. Tinha sido excavada n'um sentido quasi prependicular ás outras e orientada entre NNE. e SSO. Não tinha revestimento interno nem cobertura de alvenaria. Os poucos ossos que encerrava, estavam pela maior parte apodrecidos. Mediu $1^{m},85$ de comprimento, $0^{m},38$ de largura e $0^{m},29$ de fundura. E tive de levantar mão d'este trabalho, porque outros sitios exigiam ao mesmo tempo ser observados.

Acima d'estas sepulturas notei vestigios de paredes antigas e um tanque com revestimento interno de cimento romano, medindo $2^{m},32$ de comprimento, $1^{m},01$ de largura e $0^{m},69$ de fundura, estando porém superiormente cortado. Seria talvez uma piscina de banho pertencente a um domicilio particular, e anterior, certamente, ao tempo dos enterramentos n'aquelle campo, porque não é tão provavel que fosse tanque de salga de peixe n'um logar 68 kilometros desviado do oceano, como indubitavelmente foram os muitos que verifiquei em toda a costa meridional do Algarve.

Em mãos de pessoas particulares vi duas moedas de oiro wisigothicas e consta-me que mais algumas têem apparecido em Mertola; mas na occasião em que as observei, não me foi possivel classifical-as, e por isso não posso affirmar se pertencem, como é provavel, ao periodo comprehendido entre as datas dos monumentos.

Parece-me sufficientemente comprovada a existencia do elemento wisigothico em Myrtilis, ficando porém muitas lacunas a preencher, por não ter podido desenvolver um systema geral de exploração, como o estão exigindo tantos e tão preciosos vestigios de grandiosas antiguidades.

IV

EPOCHA ARABE

Causas que trouxeram á Peninsula o dominio arabe.—Duvidas sobre se o castello de Mertola é originariamente arabe.—Trabalhos que fôra mister emprehender para se intentar esta averiguação.—Indicios de construcções subterraneas no castello.—A bôca do inferno.—A porta falsa.—Varios typos no apparelho revestidor das muralhas.—Columnas de marmore e diversas peças de sumptuosas construcções architectonicas, mettidas no grosso e no revestimento das muralhas como material de construcção.—Este mesmo caracteristico na chamada ponte, que antes parece ter sido um caes fortificado.—Presumpção de que este caes não seja primordialmente arabe, mas reconstruido pelos arabes com materiaes bem apparelhados de edificios romanos.—O foral antigo e varios auctores fallando de uma ponte em Mertola.—Fundamentos com que se refuta esta noticia.—A cisterna do castello, sua planta e descripção.—Monumento epigraphico arabe, que existiu junto ao convento de S. Francisco, á direita da Ribeira de Oeiras, e sua interpretação por um academico portuguez.—Noticia e copia de outro monumento epigraphico arabe, achado em Mertola, e agora existente no templo de Diana em Evora.—Fragmento de cornija de marmore branco com restos de uma inscripção de caracteres cûficos em duas linhas, extrahido da torre do castello.—Epitaphio arabe, esculpido em marmore cinzento, extrahido da mesma torre, e sua interpretação.—Fragmentos de vasos ceramicos arabes, achados no castello.—Moedas de prata de módulos quadrados, descobertas na villa.—Testemunho de um geographo arabe do seculo XII, ácerca do castello de Mertola.—Presumpção de que o elemento christão devêra subsistir durante o dominio arabe.

Cessaram as provas monumentaes do elemento christão, porque ainda não foram procuradas no amago da terra, onde devem existir os seus mysteriosos criterios; mas esta falta é parcialmente supprida pelos documentos historicos.

A corôa do imperio wisigothico estava em litigio. Os filhos de Witiza pretendiam arrancal-a da cabeça de Ruderico. Juliano, o bispo de Ceuta, mettêra hombros a esta empreza, solicitando o auxilio musulmano, e este *auxilio* não tardou

em vir disputar essa corôa, que a espada de Tarik prostrou na decisiva batalha de Guadalete.

Musa, o emir de Africa, não quizera deixar ao seu general maior gloria que a d'essa batalha, e assim, á frente de um novo exercito, entrou na Hispanha, tomou Sevilha e dirigiu-se para a Lusitania. É n'esta impetuosa jornada que Mertola recebe o dominio mahometano.[1]

Haveria já algum castello, que defendesse a cidade? Se os primitivos fundadores, ou pelo menos os romanos, não escolheram aquelle ponto para o cingirem de muralhas, que o abrigassem da investida dos inimigos, que rasões de preferencia teria elle em relação a muitos outros dos que seguem d'alli até á Ribeira do Vascão, para lhe edificarem uma cidade? Teriam porventura tal aptidão agricola os terrenos adjacentes á antiga Myrtilis, que se julgassem superiores aos que acompanham a corrente do rio?

Ninguem o affirmará.

O que talvez se deva presumir, é que se procurou aproveitar n'aquella margem o monte de maior altura, o mais propinquo ao rio e o mais susceptivel de se fortificar, para manter a posse d'esse rio até onde poderia ser sulcado por barcos de grande possança; pois pouco a montante de Mertola toda a navegação é impraticavel.

Aquelle mesmo isolamento de uma cidade, por assim dizer, abandonada á margem de um extenso rio, sem a minima possibilidade de ser promptamente soccorrida, se em si propria não tivesse a precisa defeza, persuade que tão incautos não seriam os seus guerreiros habitadores, guerreiros como todos os povos de taes tempos, que n'ella vivessem expostos ao inopinado assalto das invasões.

Um trabalho, que pozesse á vista as primitivas bases da

[1] Conde, *Hist. de la domin. de los arabes en España*, cap. XIII, pag. 21, 1840: «Llevava Muza en su hueste... y pasó á la Lusitania... Se le entregaron al paso las ciudades de Libla, Ossonoba, *Myrtilis*, Beja, y outras, e llegon sin dar batalla alguna á la grande ciudade de Merida».

A. Herculano, *Hist. de Port.*, tom. I, pag. 51, ed. de 1846.

fortificação, poderia esclarecer este assumpto, que já deixou duvidas ao mais critico investigador historico dos monumentos nacionaes, quando na sua *Historia de Portugal* notou haver uma triplice construcção no castello de Mertola, como já citei.

Assás curioso seria pois emprehender-se o reconhecimento da primitiva planta do castello arabe, pois talvez fôra largamente retribuido com outras interessantes revelações; mas no estado actual das muralhas, e á simples vista, não me parece cousa facil.

Os antigos portuguezes conservaram em algumas terras o perimetro das muralhas que acharam, restringindo-se apenas ás reparações exigidas pelos estragos do tempo e das guerras, como se verifica em Alvor; n'outros pontos ampliaram-n'as de modo tal, como em Lagos, que só um estudo muito minucioso e privilegiado poderia hoje estremar a obra mahometana da que é posterior; n'outros sitios, como em Cacella, ainda não ha bem um seculo abandonou-se uma grande parte do castello antigo e deturpou-se outra porção, para se construir um forte, que desfigurou, não só a muito gabada fortificação de Hisn-Kastala, como os restos dos elementos romano e wisigothico, que alli pude distinguir n'uma area de notavel grandeza.

Para o reconhecimento archeologico do castello de Mertola não basta proceder-se ao desaterro das muralhas; é preciso atacar as construcções dos planos inferiores e achar as suas respectivas communicações. N'este caso está um longo corredor coberto de abobada com uma abertura rente ao solo, a que chamam «bocca do inferno».

Desci a este subterraneo; achei-o muito enthulhado mas não tive tempo de o mandar desobstruir. Occorreu-me que tivesse sido um deposito de provisões, ou celleiro, e não posso affirmar se a sua entrada seria pela parte superior, por meio de escada portatil, como devêra ser a das matmoras mouriscas, de que ha famosos typos no castello de Silves, ou se haveria porta em algum dos topos d'aquelle espaço rectangular, que o communicasse com outras casas

inferiores. A extracção dos entulhos poderia esclarecer estas duvidas e mesmo fornecer fragmentos de louças e outros objectos dignos de estudo.

A chamada porta falsa, rematada em arco de volta redonda, tendo nas pedras alguns signaes gravados e entre elles uma chave de fórma um tanto singular, dava sahida para a precipitada encosta do flanco esquerdo da Ribeira de Oeiras. Está inteiramente entulhada e por isso conviria desobstruil-a e reconhecer o trajecto d'essa communicação, que póde ter subido em rampa, como se vê na porta falsa dos castellos de Faro e Castro Marim, ou ligar-se com algumas passagens subterraneas.

Quasi todo o lanço da muralha em que se acha aquella porta é construido com muita perfeição. Conviria desentulhal-o para se examinar, se n'um plano mais inferior teria a mesma feição o apparelho do seu revestimento; pois se houve fortificação anterior á do dominio mahometano, aquelle ponto não podia deixar de ser amuralhado. Compare-se essa cortina com a que parte da quadrella em frente da ermida da Senhora das Neves, que assim se perceberão melhor as notaveis differenças existentes no typo do apparelho revestidor. N'esta ultima abundam ricos materiaes de construcção, incluindo grandes peças quadradas de bem trabalhado granito, reconhecidamente extrahidas de nobres edificios destruidos, e na do lado da porta falsa um apparelho regular de pedra intencionalmente preparada para o seu revestimento.

Quando se entra pela porta principal, numerosos fustes de columnas de marmore se observam mettidos no grosso da muralha, assim como diversos materiaes de bom trabalho antigo, empregados até uma limitada altura, em que não parece ter havido reconstrucções; e por isso se póde julgar que os arabes destruissem sumptuosos edificios romanos, ou que das ruinas que d'elles achassem, extrahissem todo aquelle magnifico material para com maior promptidão edificarem o seu castello.

A chamada ponte, que mais parece ter sido um extenso caes fortificado de singular aspecto, manifesta ainda em

maior escala o emprego de calcareos compactos de fino trabalho e bellos marmores de grandes dimensões; e é em razão d'este desconcertado apparelho externo, composto de preciosos materiaes visivelmente destacados de edificios romanos, em que não ha um typo de revestimento regular e definitivo, que incluo este notavel edificio na epocha arabe, suppondo que os arabes, quer fossem os auctores d'aquella obra, *a fundamentis*, quer se limitassem a reconstruil-a, ou a repararem os estragos que lhe encontrassem, como fizeram em muitos outros pontos maritimos da peninsula, aproveitariam dos edificios antigos aquellas famosas pedras por já estarem preparadas e não exigirem mais que o trabalho do transporte, similhantes ás que se observam nas muralhas do castello.

Os romanos, como é sabido, empregaram sempre nas obras hydraulicas dos seus portos um cunho de solidez e de luxo artistico, que não as deixa facilmente confundir senão com aquellas que posteriormente se fizeram pelos seus modelos, e comquanto em algumas d'essas construcções, que poderia citar, não haja o chamado grande apparelho, havia geralmente um outro typo revestidor quasi sempre uniforme, em que não se tem notado, ou pelo menos não era frequente, o aproveitamento de materiaes já servidos n'outras obras senão no grosso dos muros e nos jazigos, como algumas vezes tenho verificado.

É possivel, e até mui provavel, que os arabes já achassem n'aquella cidade um caes, a que aportassem os barcos do seu antigo commercio fluvial, porque não se póde pensar que n'aquelle rio não houvesse navegação antes da irrupção mahometana, quando a propria symbologia maritima das moedas myrtilenses a está manifestando.

O que mais verosimil parece é ter havido alli uma reconstrucção arabe, em que se empregaram, do mesmo modo que nas muralhas do castello, muitos materiaes reconhecidamente extrahidos de diversas obras de arte muito mais antigas.

Se a Myrtilis pagã foi cidade fortificada, como já fica pre-

visto que mui provavelmente o seria em rasão do seu isolamento, e da distancia que a separava das outras cidades, a idéa de um grandioso caes fortificado, como seria o de Mertola, parece inherente á mesma hypothese, tanto mais sabendo-se que desde tempos ainda anteriores ao dominio romano costumavam ser fortificadas não só as cidades como as suas raias maritimas.

Na epocha romana muitos portos chegaram a ser fechados á feição de docas, sendo as suas gigantescas muralhas algumas vezes ornadas de pilastras, robustecidas por espessos contrafortes e guarnecidas de bancadas de pedra. Á entrada tinham geralmente pharoes, torres de defeza, pequenos templos consagrados á deusa protectora dos navegantes e estatuas colossaes.

Os paredões dos caes salientes, ou molhes, eram construidos com a mesma solidez e magnificencia: e cousa notavel é, que na peninsula, onde tudo que se acha destruido se attribue immediatamente aos mouros, muitas obras d'este genero, incluindo pontes e aqueductos, se ainda existem, é porque os mouros as repararam, como ha pouco ainda o affirmou um distincto engenheiro francez, o sr. Alfredo Leger[1], notando que ao passo que na Italia e nas Gallias as grandes obras romanas desappareciam arruinadas pelas mãos dos barbaros, ou se extinguiam á falta de cuidado em meio da anarchia e da indifferença dos homens, absorvidos pelas guerras estrangeiras e intestinas, na Hispanha, os arabes se dedicavam a uma habil reparação dos monumentos da sua conquista: «... les ponts, diz o sr. Leger, étaient reconstruits ou réparés, les aqueducs rétablis; ils (os arabes) dotaient ce pays d'importations toutes nouvelles: pour la première fois, on voyait, par leurs soins, des irrigations entreprises sur une échelle absolument inconnue, alimentées, par de gigantesques barrages élevés au travers des vallées, comme on en retrouve encore dans la province de Valence; toutes

[1] A. Leger, *Les travaux publiques, etc. aux temps des romains*, pag. 326.

les forces productrices du pays étaient developpées avec une intélligence admirable. En même temps se fondaient par milliers les palais, les mosquées, les hospices, les écoles, les bains publics, et des merveilles, comme le palais Al-Zehra ou la mosquée de Cordoue. En prenant la place des Arabes, les Maures continuèrent pendant trois siècles la même tradition, en laissant après eux comme témoins de leur génie, l'Alhambra, les Alcazars de Grenade, de Segovie et de Tolède, et la Gyralda de Séville.»

Com relação á chamada ponte de Mertola, muitas são as incertezas em que a critica investigadora tem de laborar. Deixa pensar que seja obra arabe toda aquella parte do revestimento em que se observam marmores e outras pedras de rochas não pertencentes á constituição geologica do valle de Guadiana, e parece ser trabalho mais antigo todo aquelle em que o empedramento foi extrahido dos schistos locaes, sem comtudo se poder dizer que foi disposto em ordem de apparelho propriamente romano. Ora, esta mescla permitte a presumpção de que estejam alli representadas, pelo menos, duas civilisações distinctas.

E quem sabe quantas mais lá se deixaram assignaladas?

Olhem attentamente os leitores para os monumentos christãos que lhes descrevi no capitulo antecedente, que em toda a collecção não hão de achar uma só inscripção, que não esteja gravada n'uma chapa de marmore já anteriormente servida. Analysem bem essas lapidas, que logo reconhecerão que foram uma a uma desarraigadas das obras grandiosas do decaido imperio, e d'este modo ficarão entendendo que em materia de destruição de monumentos romanos os arabes já acharam aberto o exemplo. Pois assim como para perpetuar a memoria de Donata, de Orania, de Satirio, de Mannaria, de Romanus, de Alandarius, de Afranius, e de tantos outros se arrancaram os marmores polidos dos edificios que os vencidos tinham legado ás gerações vindouras (o que ficou comprovado desde o seculo v), porque não se ha de julgar, a ser primordialmente romano o edificio de Mertola, que os mais antigos reparos d'esse edificio, em que abundam tantas pe-

dras visivelmente destacadas de obras anteriormente sumptuosas, fossem começados por essa raça invasora, que no seu vasto campo mortuario ainda se deixou memorada no principio do oitavo seculo?

É mui provavel, como disse, que os arabes fossem os maiores reconstructores, por isso que as suas muralhas mostram um revestimento similhante ao do extremo pilar da chamada ponte; mas ainda assim já podiam ter achado algumas reparações com materiaes de obras romanas, de que carecesse aquelle caes, molhe, ou ponte, durante os trezentos annos do dominio germano-gothico em Myrtilis.

A tradição local chama ponte ao edificio a que me refiro e ponte lhe chamam tambem alguns escriptores portuguezes. O documento mais antigo que assim o denomina é o foral que á villa de Mertola foi outorgado em 1254 pelo mestre da ordem de Santiago, D. Paio Peres Corrêa: «Della ponte a suso quem ahy quizer pescar auenhasse com o comendador do lugar.»[1] Isto dizia-se dezeseis annos depois da conquista d'aquelle importante castello.

Brandão[2] conhecia certamente o foral e alem d'isso algumas noticias teria obtido d'aquelle monumento, porque diz: «ainda ha vestigios de hũa ponte sobre o Goadiana, obra de maravilhosa grandeza». Jorge Cardoso[3] emprega quasi as mesmas palavras: «Comtudo ainda ha alguns (vestigios) de hũa celebre ponte sobre o dito rio (Guadiana), obra de maravilhosa grandeza & architectura excellente, manifesto signal do muito caso que os romanos faziam d'esta colonia (aliás municipio)». E d'este modo entendeu Cardoso que a obra era romana. O padre Antonio Carvalho da Costa[4] copiou Cardoso e Brandão, servindo-se d'estes termos: «Ouve grandes memorias d'esta villa do tempo dos romanos, & ainda durão vestigios de hũa ponte sobre o Guadiana, obra

[1] Arc. Nac., *Liv. dos Mestrados*, fl. 172 v.

[2] Brandão, *Mon. Lusit.*, liv. xiv, cap. xviii, pag. 143.

[3] J. Cardoso, *Agiol. Lusit.*, pag. 206.

[4] Carvalho da Costa, *Corogr.* II, pag. 508.

de maravilhosa grandeza, etc.». E já se vê que tambem se inclinou ao conceito de que era romana aquella memoria. Vae porém mais longe que todos os precedentes auctores João Baptista de Castro [1], descrevendo d'este modo uma imaginaria estrada militar de Beja para Mertola, seguindo um trajecto, que não póde deprehender-se das medidas itinerarias de Antonino e de que o anonymo de Ravenna não deixou noticia: «Depois (de Beja) hia á Villa de Serpa, e d'ahi fazendo caminho pelo adro da freguezia de Santa Iria passava a Mertola, passando pela parte do Sul na ponte sobre o Guadiana, que ainda conserva seis arcos grandes e quatro pequenos; pois os outros os lançaram abaixo os arabes, e por isso a tal ponte não tem serventia. N'ella em tempo do bispo de Portalegre D. Fr. Amador Arraes, ainda existiam umas taes estatuas, de que elle se lembra nos seus Dialogos.» Isto, porém, não é exacto, porque D. Fr. Amador Arraes [2], embora falle de seis estatuas achadas nos fundamentos da misericordia, não diz que tivessem decorado a ponte. As unicas rasões que poderiam suscitar esta presumpção, seriam a proximidade que ha entre as ruinas da tal ponte e a igreja da misericordia, e o saber-se que as pontes romanas, assim como outras sumptuosas construcções dos seus famigerados portos maritimos, eram ornadas de estatuas, columnas, templos, pharoes, e defendidas por parapeitos.

Com effeito, quem olha para aquellas ruinas, e tanto mais com a prevenção proferida por tantos auctores, afigura-se-lhe ver os restos de uma ponte, que partia da muralha para terminar sobre uma saliente penedia na opposta margem, n'um dos pontos em que o rio mais aperta a sua corrente.

Observando, porém, attentamente aquella construcção, pareceu-me que não tivesse sido uma ponte corrida sobre o rio, mas um extenso caes, ou molhe, adherente á muralha e limitado por um reducto fortificado, tendo pouco acima da

[1] J. B. de Castro, *Roteiro terr. de Port.*, pag. 26.

[2] Arraes. *Dialogos*. cap. VII. fl. 86 v.. 1589.

elevação normal das aguas do rio uma porta de arco, em que estão internamente abertas duas cavidades de cada lado, como para ser trancada.

Notei mais, que sendo planos os pés-direitos dos pilares entre si, só o ultimo, onde estava a porta, terminava em curva convexa até ao terrado, que parece ter sido cingido de parapeito da mesma configuração, sem comtudo haver na secção comprehendida entre o arco da porta e a superficie do terrado o minimo indicio apparente de nascimento de arco apontado para a margem fronteira, de que dista 38 metros. Esta circumstancia já deixava presumir que o extremo limite do edificio fôra aquelle.

Além disto, o pilar de base circular não se vê empregado desde a epocha romana até á idade média nas grandes pontes e aqueductos: se algum exemplo se podesse apontar, seria excepção á regra geral n'estas construcções. Na ponte romana de Fréjus é certo que os talhantes eram de fórma hemicycular, mas os pilares, a que adheriam, tinham a base rectangular.

Medindo o rio 38 metros de largura entre o ultimo pilar e a margem esquerda, para se admittir que o mencionado edificio tivesse sido ponte, e que os arabes destruissem os outros arcos, como pretende o auctor do *Roteiro terrestre de Portugal*, sem nos dizer quem lhe transmittiu tão particular noticia, ou onde a viu escripta, era indispensavel que esse edificio firmasse uma das suas extremidades na outra margem, para assim não ficar interrompida aquella estrada romana, de Serpa a Mertola, que só o padre João Baptista de Castro conheceu, e tão bem, que até não lhe escapou que passava pelo adro da igreja de Santa Iria, sendo notavel que tal maravilha não fosse revelada por Laymundus, ou por Pedro Alladio a Fr. Bernardo de Brito...

Os arabes de Mertola, segundo affirma o auctor do *Roteiro de Portugal*, destruiram os arcos que faltam, porque aos arabes era costume dos escriptores attribuirem todas as destruições. Esta, porém, se fôra verdadeira, seria de todo o ponto justificada; porquanto, estando situado a poucas horas de jor-

nada o castello de Serpa, tres vezes tomado pelas armas christãs, o de Mertola ficaria por aquelle lado muito exposto ás correrias dos monges-cavalleiros, se não lhes cortassem a passagem no rio. Eram pois tão amestrados na arte de destruir, que para não impedirem a curta navegação que restava a montante do rio, carregaram, não se sabe para onde, com todo o material de uma construcção de 38 metros de comprimento e de grande altura, e com tal perfeição, que os barqueiros de Mertola não dão noticia de obstaculo algum na passagem do alinhamento da ponte. Ora este cuidado, ainda assim tão trabalhoso, teria uma explicação comprehensivel; mas que necessidade levaria os mouros a arrazarem na margem esquerda os vestigios da ponte com tanto esmero, que não ha ver alli um unico signal de edificio antigo? Viria depois a acção erosiva das grandes cheias do Guadiana completar pelo decurso dos seculos a obra da demolição, a ponto de que a 1 metro de profundidade, onde em frente da tal ponte, mandando fazer dois córtes transversaes e parallelos, não me foi possivel achar nos penedos e no terreno um só fragmento de material de alvenaria, ao passo que as cheias, tendo tantas vezes passado pelos pilares ainda existentes na margem direita e por uma rede de alicerces de varias obras romanas contiguas á raia molhada, ainda deixaram tudo isto em estado de se poder observar?

Discutindo este assumpto com pessoas illustradas e conhecedoras do logar, occorreu-lhes que a ponte poderia ter-se completado em tempos antigos com um só arco, comprehendido entre o pilar de base circular e a margem opposta. Mas para esta hypothese dá-se o mesmo caso de não apparecerem vestigios que auctorisem tal presumpção, e tambem o facto de não serem vulgares em obras de tanta antiguidade, sobre tudo nos rios, os arcos das pontes com tão larga abertura, comquanto se possam citar os dois maiores do viaducto da celebre cidade de Narni sobre o Néra[1], distante 16 leguas a

[1] *Itinerario de Italia*, por G. Vallardi, pag. 271.. *Dicc. geogr. de Brouckuer.*

NE. de Roma, um com $40^{m},15$ e outro com $42^{m},40$ e poucos mais. Estes arcos, porém, eram sempre de rigoroso pleno cimbrio *(arcus hemicyclicus)*[1], e portanto o seu raio, ou frecha, igual á metade da corda medida entre o assentamento nos pilares; o que, applicado á ponte de Mertola, daria em resultado uma elevação de 19 metros sobre o terrado do pilar de base circular, por isso que só d'ahi poderia começar o seu lançamento, vistoque ainda muito acima da porta o revestimento do apparelho é perfeitamente uniforme, sem o minimo indicio de curvatura, ou de recompostura menos antiga. A isto redarguem ainda as opiniões contrarias, presuppondo que o revestimento do pilar, quasi formado de materiaes de edificios romanos, poderia ter sido feito pelos arabes depois de destruirem o grande arco da ponte.

Mas um arco com 19 metros de raio sobre a altura do pilar externo é de todo o ponto inadmissivel, porque em relação á altura da muralha, onde tinha começo o edificio, o centro d'esse arco ganharia uma tão grande elevação, que daria á ponte um aspecto quasi pyramidal, e á viação publica, em cada lado, uma rampa de difficil accesso, e estas deformidades de construcção nem mesmo muito de leve se podem attribuir aos romanos e aos arabes, que tantos documentos deixaram da sua sapiencia architectonica. Á idéa do arco com 38 metros de abertura oppõe-se tambem o curto diametro do pilar indicado: porquanto, se elle sustentava uma das raizes do grande arco, a largura da ponte ficaria fóra de todas as condições de solidez em vista da sua muita extensão.

Abandonando porém a idéa de que o arco fosse de pleno-cimbrio *(arcus hemicyclicus)*, para lhe preferir um arco abatido *(arcus delumbatus)*, que nunca vi exemplificado em obras hydraulicas romanas, perguntarei primeiro que tudo, em que pontes ou aqueductos mesmo, anteriormente ao se-

[1] O pleno cimbrio tambem era empregado em pontes de pilares muito mais proximos, é sirva de exemplo a famosa ponte de Rimini, descripta por André Palladio, cujos tres arcos centraes medem na sua corda $8^{m},77$.

culo XII, estão verificados estes arcos com 38 metros de corda e principalmente em rios como o Guadiana, cujas maximas enchentes tantas vezes têem coberto os pontos mais culminantes d'aquellas ruinas? O *arcus delumbatus*, tendo tido por base o ultimo pilar da chamada ponte, poderia harmonisar com a altura total do grande edificio, mas seria vigorasamente combatido pela impetuosa passagem das cheias, de que têem sido testemunhas presenciaes os habitantes d'aquella villa, como anteriormente o seriam todos os povos que alli existiram, para que não lhes possâmos attribuir uma obra de tão arriscada duração.

Poderia ainda imaginar-se o *arco diminuido*, isto é, de um raio menor que metade da sua abertura, de que os romanos tambem usaram, como era o central da perfeita ponte de Vicenza sobre o Bacchiglione, o qual, tendo $11^{m},90$ de corda, apenas eleva a sua frecha a $3^{m},80$. Este mesmo arco, e ainda mais aberto, empregavam os romanos nas pontes mixtas, de madeira sobre pilares de alvenaria com revestimento de grande apparelho, cômo bem o mostra a columna de Trajano, figurando os arcos da audaciosa ponte do Danubio, na proporção da sexta parte da corda, ou da terça do raio.

Nenhuma d'estas hypotheses acha porém, a meu ver, sufficiente fundamento na disposição das ruinas d'esse outr'ora soberbo edificio de Mertola; mas quando mesmo se podesse levar á evidencia o que refere João Baptista de Castro, de terem os mouros destruido os outros arcos, e acceitar a presumpção de que o revestimento arabe do ultimo pilar, feito com materiaes romanos, fosse posterior á dita destruição, então a ponte já não existia quando o mestre dos spatharios deu o seu foral a Mertola, e d'este modo mui impropria é a expressão do foral, mandando que se avenham com o commendador do logar os que quizerem pescar a suso da ponte.

Ao passo que o foral de D. Paio nomeia uma ponte em Mertola, o que el-rei D. Manuel reformou em 1512, dizendo ser o de D. Diniz, que em meu conceito nunca existiu, mas apenas a sua confirmação ao que poucos annos antes fôra outorgado pelo mestre dos-spatharios, não falla em tal ponte

quando sob a epigraphe de «Coutada do Rio» demarca os limites d'esta coutada, pertencente á ordem, *entre as poutas para cima* (talvez o logar do ancoradouro das barcas) *e o pégo*.

El-rei D. Manuel, renovando, pois, o foral de D. Diniz ou antes o de D. Paio, confirmado por D. Diniz, o que deixa inteiramente conhecer, é que desde tempos antigos havia entre as duas margens do rio, junto a Mertola, uma carreira de *barca e batel*, obrigada a uns impostos, pagos mui provavelmente á ordem de Santiago, e tão antigos eram, que d'elles apenas havia tradição em 1512; o que fez com que o real outorgante do foral reformado, no capitulo denominado «Passaje da barca», ordenasse aos juizes, almoxarife e officiaes da fiscalisação dos direitos reaes, que, inquirindo os homens antigos, soubessem qual fôra o *preço e coutia* que verdadeiramente se pagava desde tempos passados, até á era de 1500, de *passagem e registo da barca e batel*, a fim de que taes impostos se renovassem pela pratica primitiva, tanto *para os vezinhos e como para os nõ vezinhos, assim hyndo o Ryo na madre como fora da madre*.

Ha muitos foraes de D. Diniz com varias datas e entre elles acham-se alguns com a de 1311. Suppondo que fôsse esta a do citado foral de Mertola, ou a da confirmação do de D. Paio, dado aos *pobradores* d'aquella villa em 1254, a conclusão que poderia tirar-se de tudo isto, admittindo que existisse a ponte, a que allude este ultimo foral, é que esta ponte foi destruida durante os cincoenta e sete annos decorridos desde 1254 até 1311, porque se ella existisse entre a data do foral de D. Diniz e a da confirmação feita por el-rei D. Manuel, como explicar o serviço da barca e batel para o transporte de um para o outro lado do rio, tanto das pessoas e animaes, como das mercadorias? E sè a ponte existia ao tempo em que D. Paio deu foral á villa de Mertola, como acreditar, que tivesse sido destruida pelos mouros, segundo refere Baptista de Castro? O que todas estas contradicções persuadem, como já se terá percebido, é que a denominação de ponte, que se acha no primeiro foral, seria applicada ao edifi-

cio, de ha muito em ruinas, por chegar até á corrente do rio com duas ordens de arcaria, sustentada a inferior em pilares de agudos talhantes, á feição dos das pontes propriamente ditas, e que bastou o foral antigo chamar-lhe ponte para como tal ser nomeado pelos escriptores modernos, desde Brandão até João Baptista de Castro. Este escriptor, porém, para que não se alterasse o costume de se lançar á conta da barbaridade dos mouros todas as destruições encontradas nos monumentos publicos, logo imaginou que só elles podiam ter dado cabo da ponte de Mertola, cortando-lhe quasi metade!

Os padres portuguezes, a quem as sciencias, as lettras, e o mundo inteiro devem serviços valiosissimos, para incutirem no espirito nacional a aversão contra a seita mahometana e fazerem realçar a verdadeira religião, não precisavam apresentar como barbaros os arabes que dominaram a peninsula hispanica, porque d'este modo mentiam á consciencia e maculavam a verdade historica; bastaria combaterem a sua errada doutrina, sem comtudo esconderem o elevado grau de civilisação a que chegou aquella gente; nem os conquistadores christãos necessitavam destruir os typicos monumentos d'essa epocha para consolidarem a sua abençoada conquista e darem maior firmeza ao estandarte da cruz, como talvez fizessem em Mertola, quando metteram na construcção da sua torre as lapidas sepulchraes do cemiterio arabe.

O que finalmente me parece, apreciando apenas o que existe, é que o edificio de Mertola, avançando da muralha para o rio e terminando n'um reducto atravessado por um corredor abobadado, cingido de parapeito e fechado por porta trancada, deve ter satisfeito a diversos destinos. Serviria para proteger a acquisição da agua indispensavel para o consumo da população; para fiscalisar e impedir, quando preciso fosse, a passagem de barcos a montante do rio, para vigiar e repellir qualquer invasão tentada pelo rio ou pela margem opposta; para o embarque, desembarque e despacho dos generos do commercio em transito fluvial: para au-

xiliar a saida de forças militares e a sua reunião com as que podessem descer da porta-falsa pelo flanco esquerdo da Ribeira de Oeiras no intuito de collocarem os sitiantes entre dois ataques simultaneos, e para em caso extremo facilitar a evasão d'essas forças e dos habitantes do castello.

Serviria portanto de caes, ou molhe fortificado, e em caso de grande necessidade, por meio de pranchas amarradas a algumas barcas, franquearia uma rapida passagem para a margem esquerda, se é que em tempos mais antigos o que falta agora áquelle edificio, para se lhe poder chamar ponte, não foi supprido por uma corredoira de madeira assente sobre estacaria, á feição da ponte de Cesar sobre o Rheno, ou da ponte *Sublicius*, representada na columna de Antonino; pois eram usadissimas e ficaram memoradas com grande celebridade as pontes de madeira, muitas vezes até improvisadas no decurso de um dia, como se diz ter sido aquella de Cesar, com 500 metros de extensão por 10 metros de largura, para a immediata passagem do seu exercito, cuja construcção é miudamente descripta nos *Commentarios*; e cita-se como idéa altamente extravagante o projecto que teve Marco Terencio Varrão de pretender ligar a Italia á Grecia por uma ponte de madeira do comprimento de 13 a 14 leguas correspondentes ás de 5 kilometros!

Desejei fazer um estudo minucioso nas ruinas da chamada ponte, porque na verdade ficam por expender certas particularidades interessantes, respectivas á forma, á construcção e ás proporções, que só poderia ter examinado levantando a planta e os alçados do que existe, para assim melhor se perceber o que falta; mas não tive occasião de emprehender este trabalho, e por isso as minhas conjecturas, faltando-me esta base fundamental, poderão ainda ser modificadas.

Outro edificio, que julgo ser obra arabe, embora não tenha um tal caracter de estylo architectonico, que não deixe duvidas, é a cisterna do castello, unico reservatorio de agua de que ha noticia dentro do circuito fortificado e de que certamente não poderiam prescindir os defensores da cidade, ainda mesmo aproveitando, como é de suppor, a agua do rio,

cuja acquisição a fortificação do caes teria por fim muito especial defender e facilitar.

Quando em março de 1877 alli estive, não tive tempo de observar detidamente a cisterna; mas em 1 de janeiro d'este anno (1879) levantei-lhe a planta, passando por aquella villa e bem a meu pesar deixei de investigar, se a montante do caes, entre as ruinas de antigas construcções, que se estendem por toda a baixa do Tamujo, haveria restos de reservatorios para o depuramento das aguas do rio, como é de crer que existissem, se aquella obra é originariamente romana.

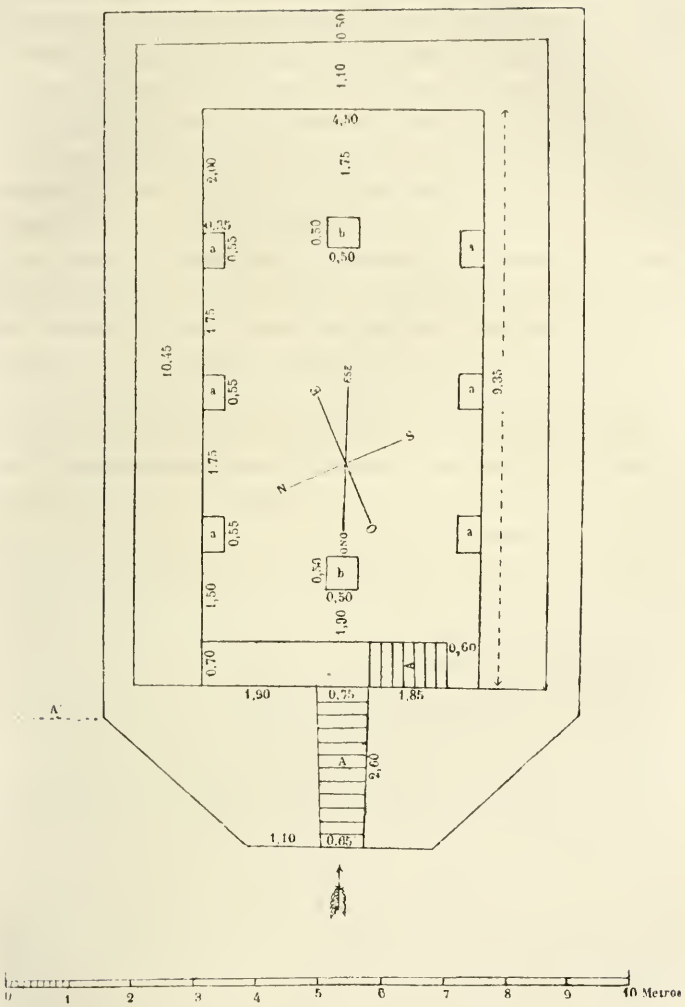
A cisterna é construida n'um espaço subterraneo da profundidade de 4^{m},20, tendo 9^{m},75 de comprimento e 4^{m},50 de largura. O seu plano rectangular é formado por paredes verticaes, revestidas de consistente argamassa, em que comtudo não se verifica a existencia do cimento romano. Não tem os angulos occultos por caneluras concavas ou convexas, como constantemente se encontram nos grandes reservatorios de agua, nos tanques de officinas campestres, nos de salga de peixe, nas piscinas e lavacras de alvenaria, de obra romana. As paredes lateraes são divididas por tres pilastras de angulos rectos com saliencia de 35 centimetros, que lhes servem de contrafortes e sustentam tres arcos parallelos sobre os quaes corre uma abobada proximamente semicylindrica.

As pilastras acham-se collocadas em distancias desiguaes com intervallos de 1^{m},50, 1^{m},75 e 2 metros, sendo a sua largura de 55 centimetros. Tem o eixo longitudinal orientado de ONO. a ESE. N'esta primeira orientação foi aberto o seu primeiro lanço de escada com doze degraus; occupa um espaço externo de 2^{m},60 de comprimento com entrada da largura de 65 centimetros por porta de arco, donde nasce uma abobada rampante *(fornix declivis)*, que o cobre, terminando n'outro arco 10 centimetros mais largo, que communica com o lanço interno de sete degraus até o pavimento, da largura de 70 centimetros, a que o primeiro é perpendicular. Sobre o eixo da abobada ha duas aberturas quadradas de 50 centimetros por lado. Entre a parede da escada interna (se-

gundo lanço) e a linha de prumo lançada da primeira abertura foi medida a distancia de 90 centimetros, desviando-se a segunda da parede do fundo $1^{m},75$. Estas duas aberturas serviriam para a extracção da agua e ventilação da cisterna, cujo terrado superior era guarnecido de muros. No lado de NNE. ha vestigios de uma escada externa por onde se faria a subida para o terrado, que talvez fosse fechado para melhor se fiscalisar o serviço do consumo da agua. Na planta junta vão cotadas as dimensões principaes. Esta cisterna, tanto externamente como no seu interior, mostra ter tido reparações, parecendo mesmo que uma d'ellas seria a de um reboco geral, e por isso é excellente o seu estado de conservação.

Merecia, pois, que a camara de Mertola, geralmente composta de bons amigos da sua terra natal, a aproveitasse, preparando-a convenientemente para poder receber e manter um grande numero de metros cubicos de agua, que não seria cousa superflua para os habitantes da villa.

Eis-aqui a planta :



(Est. 20)

A Escada para o interior da cisterna.

A' Escada exterior, já destruida, para o terrado da cisterna.

a Pilastras dos tres arcos parallelos, em que assenta a abobada.

b Aberturas na abobada por onde se extrahia a agua.

De outros edificios, que possam ser attribuidos aos architectos mussulmanos, não achei indicios bem capitulados. Teve-os, e muitos, certamente, e ainda não poucos existiriam por largo tempo depois da conquista portugueza, porque, embora os conquistadores destruissem as mesquitas, como é provavel, e arrancassem os monumentos funerarios e outros igualmente epigraphicos, de que descobri dois no revestimento da torre que fizeram em 1292, não se ha de suppor que arrazassem todos os edificios, precisando d'elles para sua habitação e para a dos escravos vencidos, emquanto não eram vendidos em hasta publica como animaes brutos e irracionaes; pois que constituiam uma propriedade da ordem de S. Thiago e de outros senhores, segundo se deprehende do foral de D. Paio, dado aos *pobradores* de Mertola em 1254, quando diz: «De mouro que venderem em mercado hum soldo: de mouro que se remir a dizima: de mouro que taliat com seu dono a dizima».

Mas a conquista christã n'uma e n'outra margem do Guadiana é referida ao anno de 1238, e por isso é notavel que em pouco mais de seis seculos se operasse uma tão radical transformação, ou ainda em muito menos tempo, porque já o bispo de Portalegre, D. Fr. Amador Arraes, tendo visto em Mertola as estatuas achadas nos fundamentos da misericordia, como diz nos seus *Dialogos*, impressos em 1589, não falla de monumento algum arabe, sendo tão minucioso na sua locução.

Alem da causa intencional, que apontei, houve porèm outras, em meu entender, que apagaram os typicos vestigios da mui fastosa e elegante architectura mahometana n'aquella antiga e celebre cidade.

Poderá suppor-se que os edificios mouriscos iriam sendo successivamente modificados, a ponto de perderem todo o seu estylo primordial, se é que algum cataclismo não deu em terra com a maior parte d'elles, como supponho ter acontecido á sé de Silves, (talvez pelo grande terremoto de 1370), cujo cruzeiro e capellas terminaes pertencem indubitavelmente a um periodo não anterior a D. João I nem posterior

ao reinado de D. Affonso V, como o estão attestando, contra todas as mais absurdas tradições, os escudos portuguezes lavrados nos florões das suas magestosas abobadas, os quaes só por si deixam perceber que aquella reconstrucção se fez entre os ultimos treze annos de D. Fernando (1370 a 1383) e o reinado de D. Affonso V, certamente antes de serem alteradas por D. João II em 1484 as armas do reino e de ser sepultado na capella-mór em 1495; o que demonstrarei quando descrever os mui complicados caracteristicos d'essa opolenta cidade, que foi capital do principado de Al-faghar, mais rica então e mais sumptuosa do que Lisboa. E não só a sé de Silves, em que quasi toda a gente julga ter preexistido uma mesquita (mas que de arte mahometana não revela um unico lavor) me arraigou a convicção de que foram os terremotos uma das causas poderosas que abateram os maiores monumentos da antiguidade; mostral-o-hei tambem quando me referir, se a vida para tanto me chegar, ás preciosas reliquias da grandeza ossonobense e aos numerosos estabelecimentos maritimos que guarneceram a costa meridional desde Cacella até Sagres, entre os quaes será para este fim especificado o que explorei na margem direita do rio de Portimão, cuja planta pertence á collecção que entreguei com a *Carta Archeologica do Algarve* no ministerio do reino poucos dias depois do meu regresso a esta capital.

Na obra das *Antiguidades Monumentaes do Algarve* darei noticia dos principaes terremotos, a que com muita probabilidade póde ser attribuida em grande parte a destruição das antigas cidades e monumentos do territorio d'aquella provincia, com preferencia ao presupposto até hoje emittido de terem sido as successivas invasões armadas a causa exclusiva d'essa total destruição. Notarei como facto assás significativo a quéda das columnas e das paredes de alguns edificios das vastas ruinas do Milreu (Ossónoba) n'uma determinada direcção, deixando assim perceber, que uma força superior á de todas as invasões humanas foi que prostrou aquelles famosos edificios, actuando mais poderosamente no sentido dos desabamentos, indicados pela orienta-

ção marcada nas plantas que mandei levantar. Ora, a celebre Ossónoba ainda existia no fim do seculo x com assignalado esplendor, como refere Rezende, *De Antq. Lusit.*, pag 180,. ed. ebor., citando Rasis (Ar-Rázi), que então a descreveu, chamando-lhe a melhor cidade do mundo: «Civitas inter eadem magnitudine pares de melioribus totius est orbis.»

Depois de Ar-Rázi relatar a grandeza e fertilidade de Ossónoba, reconstruia-se em Sevilha a parte superior do alminar da mesquita dos emires Abbaditas, *por ter sido destruida pelos frequentes terremotos, prolongados no primeiro dia da lua de Rabié* , primeira do anno da hegira 472, correspondente ao de 1080 de Christo, como o testifica a seguinte inscripção, lavrada em caracteres cûficos, que se diz existir no interior da torre da moderna collegiada de S. Salvador, interpretada por D. Pascual de Gayangos, n'um fac-simile do original, enviado á real academia de historia de Madrid pelo academico D. José Maria de Alava, e publicada por ordem da mesma academia no tomo segundo do *Memorial Historico Español*, pag. 396 a 400, sendo ultimamente revista e reproduzida com escrupulosa critica e profundo conhecimento da lingua arabica por D. Rodrigo Amador de los Rios no seu mui precioso livro das *Inscripciones Arabes de Sevilla*, pag. 105, impresso em Madrid em 1875, concebida n'estes termos:

[1] O insigne Gayangos refere este successo a 31 de agosto de 1079, reinando Al-motamed, terceiro rei de Sevilha, da dynastia dos Abbaditas, que subiu ao throno por morte de seu pae Al-motadhed no anno 461 da hegira, e foi desthronado pelos almoravides no de 484.

EN EL NOMBRE DE ALLÁH, EL CLEMENTE, EL MISERICORDIOSO: LA BENDICION DE ALLÁH [SEA] SOBRE MAHOMA, | SELLO DE SUS PROFETAS Y EL MEJOR Y MÁS PERFECTO DE SUS ESCOGIDOS, Y SOBRE LOS SUYOS, LOS BUENOS | Y LOS JUSTOS. SALUD Y PAZ. MANDÓ AL-MOTAMID-ALAY-L-LÁH [1], AL-MUYYED-BI-NASSRI-L-LÁH [2] ABU-L-CÁSIM MOHÁMMAD-BEN-ABBÁD | (PERPETUE ALLÁH SU IMPERIO Y SEÑORÍO, Y CONTINUELE SU PODEROSO AUXILIO), | CONSTRUIR LA PARTE SUPERIOR DE ESTE ALMINAR, Á FIN DE QUE NO SE INTERRUMPA EL LLAMAMIENTO | Á LA ORACION, POR HABERSE DESTRUIDO DE RESULTAS DE LOS FRECUENTES TERREMOTOS, | PROLONGADOS EN LA NOCHE DEL DOMINGO, PRIMER DIA DE LA LUNA DE RABIÉ PRIMERA | DEL AÑO CUATROCIENTOS SETENTA Y DOS (1080 J. C.) CONCLUYÓSE [LA OBRA] | CON EL BENEPLÁCITO DE ALLÁH Y SU AUXILIO, EL ÚLTIMO DIA DE LA LUNA MEMORADA. | PREMIE ALLÁH EN EL OBRA TAN MERITORIA, Y DÉLE POR CADA PIEDRA | COLOCADA EN ELLA, UN ALCÁZAR EN EL PARAÍSO PARA SU REGALO Y SU MORADA (sustento). | DE LO QUE HIZO ABÚ-IBRÁHIM-BEN-AFLÁH, EL MARMOLISTA, BAJO LA INSPECCION DEL JEFE PRINCIPAL DE LOS HABICES [3] AHMED-BEN-HIXÉM (PROSPÉRELE ALLAH) [4].

Esta inscripção já deu que fazer á *santa* inquisição de Sevilha, cujo interprete a *traduzio* do modo mais disparatado e absurdo, como o mostra o sabio Gayangos. Póde ver-se no citado II tomo do *Mem. Hist. Esp.* de pag. 396 a 400.

A respeito do chamamento á oração, linha 10.ª, diz Gayangos: «Los moros no tienen campanas: la convocacion ó llamamiento á la mezquita se hace por medio de un *muedzen* (en castellano antiguo *almoedano*), que subido en lo alto de una *soma* ó torre, entona una especie de cantinela, volviendose sucesivamente hácia los cuatro puntos cardinales.» *Mem. Hist. Esp.* II, pag. 397.

As seguintes notas á inscripção são do sr. D. R. A. de los Rios:

[1] *Confiado em Alláh.*

[2] *El favorecido con la proteccion de Alláh.*

[3] Mandas ó rentas piadosas para atender al culto e conservacion de las Mezquitas.

[4] Insertóla con algunas variantes el sr. Gayangos en el tomo II del *Memorial Historico Español*, pag. 396.

Do muito que em Mertola se poderia ainda apurar, pouco resta já da epocha arabe.

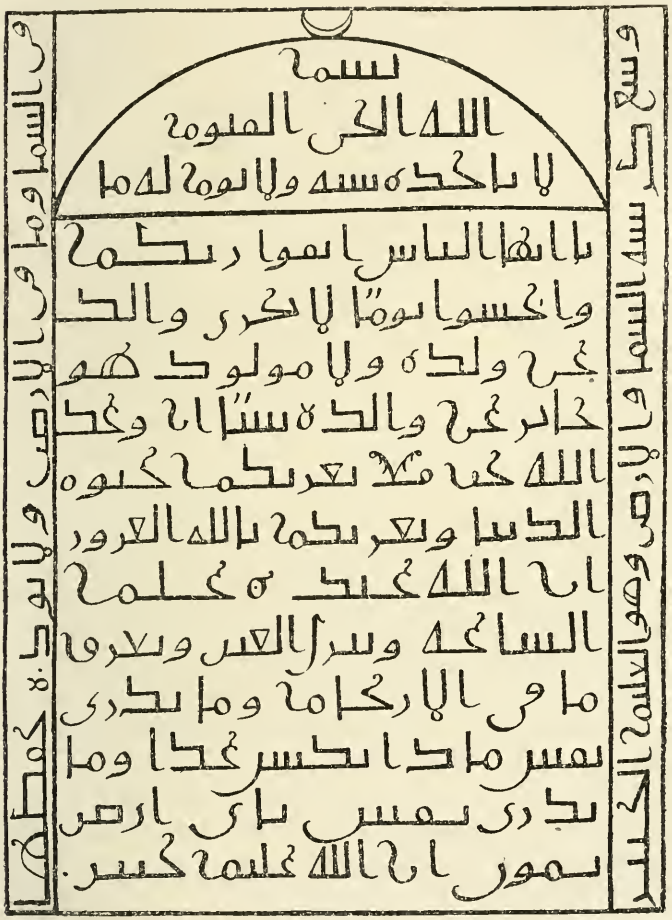
Citarei primeiramente um monumento encontrado junto ao convento de S. Francisco, que a ribeira de Oeiras separa da villa de Mertola. Não sei que destino teve a pedra, cuja inscripção em caracteres cûficos foi transcripta em arabe moderno e traduzida por fr. João de Sousa n'uma memoria publicada entre as do quinto volume de litteratura portugueza pela academia real das sciencias em 1793. Procurei este monumento, rodeando todo o convento e buscando-o nos logares mais proximos; fallei n'elle a varias pessoas antigas da villa e indaguei se teria sido removido para a collecção de D. fr. Manuel do Cenaculo; mas não o achei nem pude obter informação alguma relativamente ao destino que teve; e assim se vão perdendo os mais preciosos padrões das antiguidades do nosso territorio, porque a ignorancia dos que deviam velar pela conservação d'estas cousas, que em todos os paizes do mundo civilisado são apreciadissimas, pelo facto de haver quem as entenda e estime, faz que se olhem com a mais supina indifferença!

Grande responsabilidade cabe pois aos governos, que deixam perder estas venerandas reliquias das civilisações que estanciaram no territorio nacional, reliquias importantes, valiosos e authenticos documentos para a historia critica da nação e typicos testemunhos de epochas ainda deficientemente estudadas e mal conhecidas, de que não ficaram registros nos archivos publicos!

O traductor não descreveu o monumento, nem d'elle deu noticia alguma; incumbiu-se unicamente da sua interpretação epigraphica, e já não fez pouco.

A inscripção original em caracteres cûficos é assim:

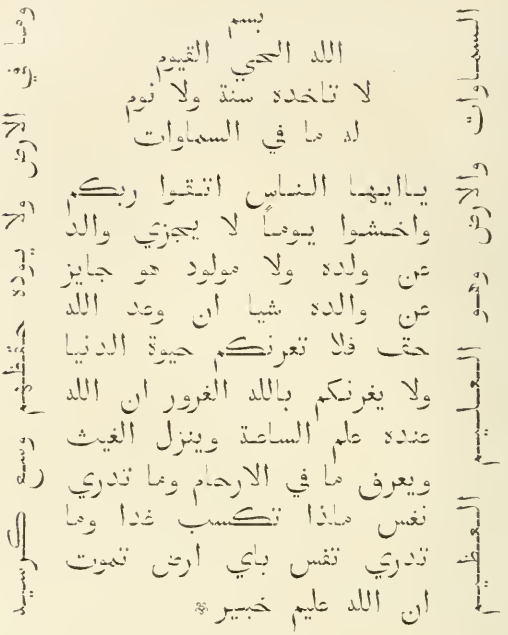
Mertola. Convento de S. Francisco.



(Est. 21)

Mem. da Litt. Port., tom. v, pag. 373.

A transcripção em arabe corrente é d'este modo:



As primeiras tres linhas e as dos lados da pedra, segundo as entendeu fr. João de Sousa, significam o seguinte:

«Em nome de Deus vivo, e permanente: o qual não dormita, nem o acommette a somnolencia. D'elle é tudo o que ha no céu e na terra. O ambito do seu throno occupa os céus, e a terra. Elle é o Sabio, e Magnifico. Alcorão, capitulo 2.º, v. 256».

O resto da mesma lapida contém o que se segue:

«Oh vós homens (os crentes) temei o vosso Deus: e aquelle dia, no qual o pae não paga pelo filho, nem este por seu progenitor. Por certo a promessa de Deus é verdadeira. Não vos engane a vida mundana, nem vos entregueis ás persuasões do tentador (Satanás); pois pretende separar-vos da lei do vosso Deus, o qual só conhece a hora do dia (do Juizo). Elle é que faz cair a chuva, e o que penetra o mais occulto das entranhas. O homem ignora o que poderá lucrar no dia de

ámanhã, nem sabe em que terra será sepultado; pois só Deus é sabio, e plenamente instruido. Alcorão, capitulo 31, v. 33.»

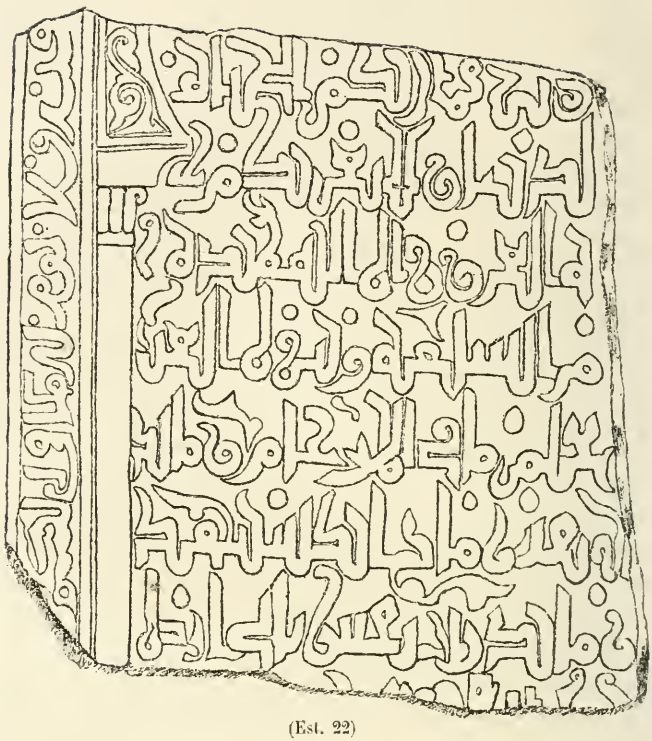
Poderá suppor-se que esta inscripção pertenceria a um edificio publico, e talvez a uma mesquita, por isso que o seu conteúdo encerra simplesmente dois trechos do Koran.

A villa de Mertola tem sido fecundo manancial de valiosos monumentos, e foi o arcebispo D. fr. Manuel do Cenaculo Villas Boas o primeiro letrado que lhes deu consideração, como grande conhecedor da sua importancia.

O benemerito arcebispo, além de colligir as copias das inscripções romanas, que já deixei reproduzidas, obteve tambem um fragmento de inscripção arabe esculpida em marmore branco, o qual existe hoje no templo de Diana em Evora entre outros monumentos do denominado *Museu Cenaculo*, como se vê no catalogo, sob n.º 46, que em 1869 foi mui habilmente elaborado pelo distinctissimo archeologo o sr. dr. Augusto Filippe Simões, a quem a archeologia peninsular deve serviços da maior importancia.

Por intervenção do ministerio do reino alcancei uma copia desenhada d'essa inscripção, infelizmente mutilada, mas que ainda assim deixa conhecer que pertenceu a um edificio notavel.

Á imitação de algumas das celebres inscripções arabes de Sevilha e de Cordova, e mais particularmente das de Almería e Toledo, publicadas pelo sr. D. Rodrigo Amador de los Rios, esta de Mertola representa com os seus elegantes caracteres paleographicos monumentaes o ornato de um portico de duas columnas, fechado em arco de ferradura, de arte genuinamente mahometana, cuja copia é a seguinte:



(Est. 22)

Eis-aqui uma prova da destruição por que passaram os monumentos da *macbora,* ou cemiterio mussulmano de Mirtolah, e da qualidade e luxo artistico de um dos padrões epigraphicos d'esse campo mortuario, a que pertenceu igualmente outro monumento, que extrahi do revestimento da torre, que o mestre dos spatharios, D. João Fernandes, mandou fazer em 1292.

Seriam os terremotos, anteriores ao fim do seculo XIII, que despedaçaram as lapidas funerarias d'aquella população mahometana, ou os conquistadores portuguezes, que fossem mui intencionalmente buscar esses marmores para com elles fazerem crescer os trabalhos da reparação das muralhas, temendo a investida das forças militares de Al-faghar (Algarve), ou alguma expedição de Sevilha, que atravessasse o

Rio Tinto, o Odiel e a serra de Arache, para caír sobre o seu castello? Nada se póde affirmar; mas, n'este caso, as suspeitas parecem querer apontar os monges-cavalleiros como profanadores das cinzas mussulmanas.

Desde a data de 1238, em que foi tomado o castello, até á da eleição de D. Pero Estaço em 1316, ultimo grão mestre que governou em Mertola e que d'ali transferiu o convento para Alcacer, decorreram setenta e oito annos. A torre foi feita, como fica dito, em 1292, isto é, cincoenta e dois annos depois da posse do castello. D'entre as pedras do apparelho revestidor da torre extrahi eu um monumento funerario arabe, assim como um fragmento de outro, que não parece funerario, de que adiante fallarei. A deslocação e destruição dos monumentos arabes deixam assim presumir que se fizesse no indicado periodo comprehendido entre 1238 e 1316, começado pelo governo do commendador Gonçalo Peres e acabado no do grão mestre D. Pero Estaço, meu ascendente, que Gaspar Estaço[1] julga ser neto de outro D. Pero Estaço, rico-homem, que assistiu com el-rei D. Affonso III á conquista de Faro.

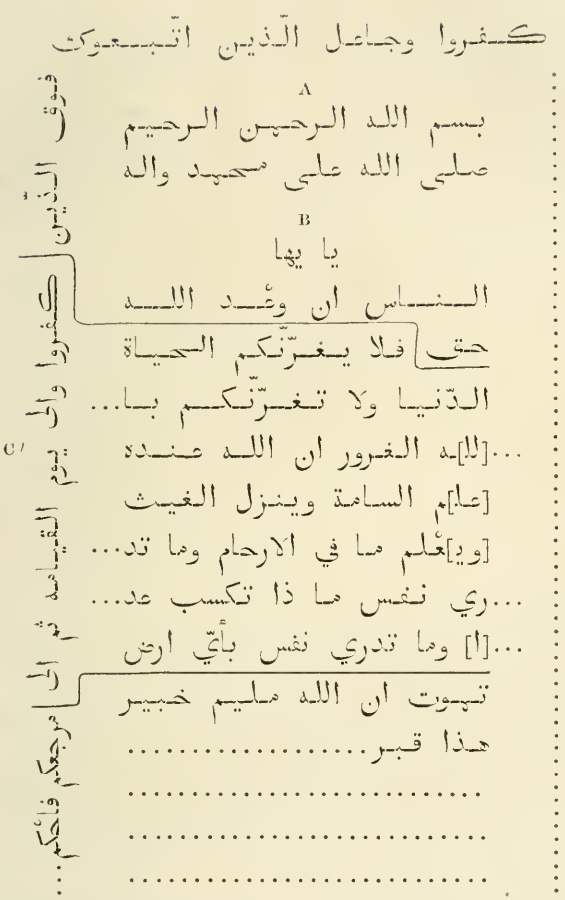
Ora o monumento que esteve junto do convento de S. Francisco, traduzido por fr. João de Sousa, foi sem duvida deslocado e para ali transportado, talvez pelos frades, porque n'aquelle ponto, já longe do circuito fortificado, não é de crer que os arabes fossem erigir edificios, que não podiam guardar e defender. Não succede outro tanto com relação ao fragmento existente no templo de Diana em Evora com o n.º 46, porque, não se sabendo em que logar e condições archeologicas se achou, mal se póde julgar se seria intencionalmente deslocado e partido, para que o seu apparatoso lavor artistico não mantivesse em memoria o povo infiel e odiado. O que se sabe é que era um precioso monumento de

[1] Gaspar Estaço, *Trat. da Linhag. dos Estaços*. pag. 30 a 32 (Var. Antig. de Port.) com as citações de Duarte Nunes de Leão, de Fernão Lopes, Jeronymo Romano, João de Mariana, etc.

aprimorado trabalho, e tão elegante no seu typo epigraphico como os mais bellos da mesma região.

D. Rodrigo Amador de los Rios viu um desenho d'este fragmento e ácerca d'elle escreveu duas cartas no volume VI da *Recista de Archivos, Bibliothecas y Museos*, publicado em Madrid em 1876, a primeira a pag. 332 e a segunda a pag. 349. Este distincto epigraphista foi achar na collecção do seu amigo e confrade D. José de Medina, residente nas proximidades de Almería, uma inscripção arabe sepulchral, que só differe da de Mertola em ser dedicada á memoria de outro individuo, e é a que primeiramente publicou sob n.º XIV na estampa II da sua monographia, inserta a pag. 138 do VII volume do *Museo Español de Antigüedades*, intitulada *Lápidas arabigas existentes en el museo arqueológico nacional y en la real academia de la historia*, obra que eu já conhecia havia muito tempo. O fragmento de Mertola é um tanto similhante, na fórma ornamental, ao monumento n.º VIII, desenhado na estampa II da citada publicação, colligido em Cordova pelo sr. Villaceballos, e ultimamente reproduzida pelo sr. Amador de los Rios no seu famoso livro das *Inscripciones Árabes de Cordoba*, pag. 314 a 318, publicado ha poucos mezes em Madrid.

Com a devida venia transcrevo pois da referida *Revista* (pag. 350) a leitura e a restituição do que falta na inscripção de Mertola, que em caracteres arabes correntes é assim:



O illustrado interprete declara pertencer este monumento de caracteres cûficos ao seculo VI da hegira, correspondente ao XII de Jesus Christo, durante o governo dos Abbaditas. A traducção do fragmento vae marcada entre linhas, e assim a transcripção, comprehendendo o que resta da orla, ou *arrabaâ* da esquerda.

A

En el nombre de Allâh el Clemente el Misericordioso:
la bendicion de Allâh (sea) sobre Mahoma y los suyos.

B

¡ Oh vosotros
hombres! (Creed) que las promesas de Alláh (son)
ciertas, y no os dejeis arrastrar por los placeres
del mundo, ni os aparteis de A...
...(llá)h por los engaños (de la carne)! Porque ciertamente en Alláh
(está el cono)cimiento de la hora (de la muerte) y envió la lluvia;
y (sa)be lo que (se oculta) en las entrañas (de los hombres) y no sa...
...be nadie lo que alcanzará mañana,
ni en qué logar de la tierra

---

morirá: que Alláh es sábio, conocedor de todo [1].
Esto (es) el sepulcro de.....
.....
.....
.....

C

.....

C'

..... no creen y coloca á aquellos que te sigan

C''

sobre los que — no creen, hasta el dia de la resurreccion. Despues a mi
— vendreis y conoceré ... etc. [2].

O fragmento de Mertola não deixa pois conhecer o nome da pessoa a quem foi dedicado o monumento, nem a data em que falleceu, mas pertence ao seculo XII, como fica dito; e como do fim da seculo XII até á data da conquista christã vão apenas trinta e oito annos, é mui provavel que só depois da conquista fosse despedaçado.

Como já disse, descobri no revestimento da torre dois monumentos arabes com inscripções, que durante seculos esca-

[1] Korán, sura XXXI, aleyas 33 y 34.— Do traductor.

[2] Id., sura III, aleya 48. Esta aleya se expresa en estes terminos: « Despues dijo Alláh: Oh Jesus! Io soy quien te dá la muerte, quien te eleva hasta mi, te libra de los que no creen y coloca a los que te sigan sobre aquellos que no creen, hasta el dia del juicio final. Despues á mi vendreis y conoceré entre vosotros lo que hay de diferencias ». Do traductor.

param á observação dos visitantes; um estava sobre a porta e o outro no lado de NE., e ambos aproveitados como materiaes de construcção. A torre é obra portugueza do anno de 1292, construida cincoenta e quatro annos depois da conquista de Mertola, e portanto bem conhecidos ficam os auctores da destruição dos monumentos arabes em que existiram aquellas inscripções. E estes e tantos outros vandalismos commetteram aquelles heroes, cujos chronistas não fallavam da gente mahometana sem a preceder do epitheto de barbara!

Transcreverei primeiro o que estava sobre a porta, lavrado n'um fragmento de cornija de marmore branco, o qual mandei extrahir, por não ser monumento documental, como o que lá deixei com a data da fundação e o nome do fundador d'aquella torre. Pertenceu indubitavelmente a um edificio, que o fanatismo religioso da epocha condemnaria ao arrazamento, sendo notavel que então se consentisse que tal inscripção, em que mui provavelmente seria invocado o nome do propheta, fosse collocada sobre a entrada d'aquella torre, mandada construir pelo primeiro mestre dos spatharios logo depois da sua independencia de Castella.

Este fragmento, que depositei na collecção dos monumentos de Mertola sob n.º 82, mostra conter o acabamento das duas linhas de que constava a inscripção, cujo começo devêra estar n'outra pedra de que não ha noticia.

Os estragos da primeira linha não faltará quem os attribua ao camartello de algum dos piedosos destruidores dos monumentos arabes, pois mostram ser bastante antigos.

A inscripção parece ter sido esculpida na cornija de um monumento, como a que guarnece o arco do Mihrab da destruida mesquita de Tarragona, conservado no claustro da cathedral, referida ao anno 960 da nossa era, a qual se póde observar na estampa junto á pagina 471, tomo III, do *Museo Español de antigüedades*.

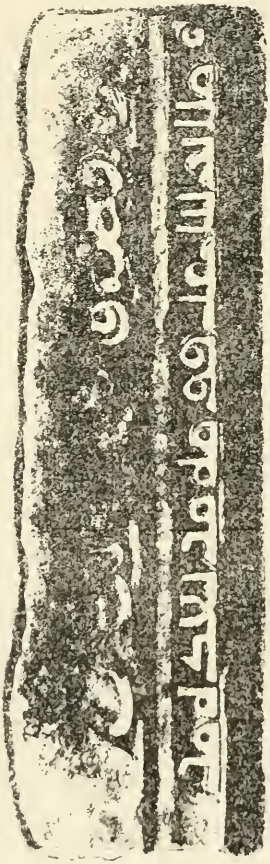
A estampa seguinte representa o que está visivel na pedra.

O sr. D. Rodrigo Amador de los Rios conforma-se com a minha idéa, de que este bello fragmento de cornija possa ter pertencido a um edificio religioso, e talvez a um mihrab, como o da mesquita de Cordova, contendo as primeiras palavras da aleya 27 da sura xxxvi do Koran:

و ما انزلنا على قومه من بعده من.....

«Y no enviamos contra su pueblo despues.....»

O illustre arabista julga poder referir-se este monumento, em vista dos seus caracteres cûficos, á epocha dos Abbaditas de Sevilha.



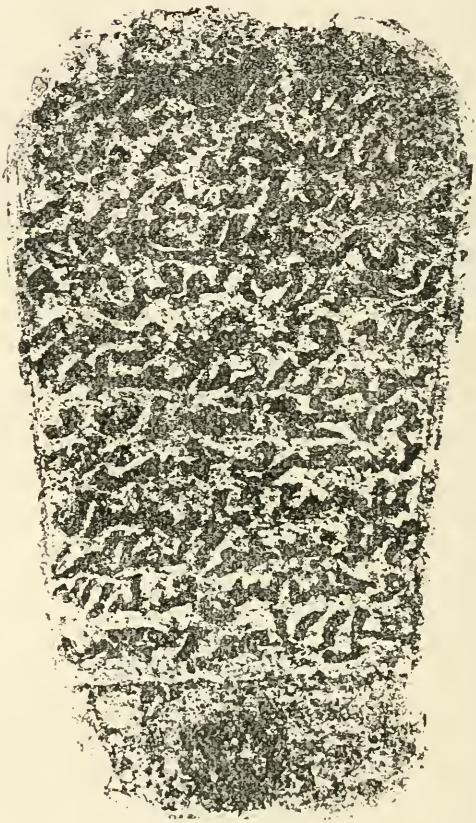
(Est. 23)

O monumento que estava encravado no revestimento do lado de nordeste é de marmore granolamellar cinzento. É completo e fôra collocado com as lettras deitadas. Daria assim melhor geito ao artifice que, sem saber o que fazia, lhe perpetuou a memoria.

O sr. A. Erman, de Berlim, viu uma estampa d'esta inscripção, que na verdade não poderá permittir-lhe uma leitura corrente e segura, porque a propria pedra tem alguns estragos, que só estando á vista poderiam ser bem supprimidos por um habil arabista. Ainda assim muito adiantou o sr. Erman emprehendendo a transcripção e a interpretação em allemão, pois pouco differe da que ultimamente me enviou o sr. Amador de los Rios, que já a tinha publicado no tomo IX, pag. 333 do *Museo Español de Antigüedades* depois de ter visto o monumento na academia de bellas artes de Lisboa, e que n'esta occasião reproduz com ligeiras correcções, pela confrontação das novas provas que lhe remetti.

A estampagem photographica deu o seguinte resultado:

MERTOLA



(Est. 24)

O monumento é funerario, e corresponde a sua data (598 da hegira) ao anno de 1202, que vem a ser trinta e seis annos antes da conquista de Mertola.

A transcripção do sr. Amador de los Rios é esta:

بسم الله الرحمن الرحيم
صلى الله على محمد وآله ،
هذا قبر الشيخ ابى.....
يحيى بن عبد الله ابن
الجَوّارِي ، توفى رحمه
الله ونصر وجّهه
.....يوم
ذى حجاة ثمان و
تسعين وخمس مايه
الى هذا كان مماته
.....
وحرس.....اله
على الامم اجمعين

A traducção é assim:

En el nombre de Alláh, el Clemente, el Misericordioso
La bendicion de Alláh sea sobre Mahoma y los suyos.
Este es le sepulcro del Xeque Abú.....
Iahya-ben-Abdu-l-láh ebn-
Al-Chaguary[1]*. Murió (compadézcase de él*
Alláh y le proteja en su presencia)
el dia.....
de Dzu-l-Hichâh (del año) ocho y
noventa y quinientos (598 H.—1202 J. C.)
Bajo esta (declaracion) ocurrió su muerte
.....
y bendiga..... Alláh
sobre el pueblo todo.

[1] El labrador. *Nota do traductor.*

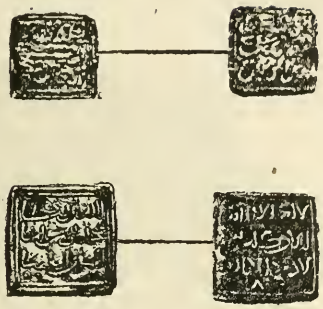
Ácêrca da importancia d'esta lapida expende o sr. de los Rios as seguintes considerações:

«Ofrece la lápida interés muy subido, no por el contexto de su inscripcion (la cual di al público en el *Museo Español de Antigüedades*, tomo IX. pag. 333) sino por corresponder, epigráficamente considerada, á una época de transicion, en la cual perdiéndose la tradicion de la escritura cúfica, que subsiste durante la dominacion de los almoravides y parte de la de los almohades, pone de relieve el caniino que hizo la escritura cursiva ó nerji ó mogrebina, para llegar en la Peninsula al grado de perfeccion que revelan los epígrafes granadinos de este género; la lápida de Mértola dá razon de la lucha entablada entre la tradicion cúfica y el nuevo método ó forma de escritura importado del Africa por las gentes de Abd-el-Mumen; y como Vd., mejor que yo, sabe que no se traduce en hechos innovacion alguna que no tenga su necessaria correspondencia ó, más propiamente, su origen en la vida de los pueblos, de aquí se deduce que el momento de labrarse esa lápida sepulcral, era momento de lucha social entre los elementos establecidos ya en la Península desde la invasion de 711 y sucesivas inmigraciones, y los nuevos elementos étnicos aportados por los almohades.»

Ficam assim registrados os quatro mencionados monumentos epigraphicos arabes, outr'ora existentes no castello de Mertola.

Citarei agora, entre as muitas moedas da mesma epocha, alli achadas, duas de prata de módulo quadrado, que me foram offerecidas pelo sr. Mendonça, proprietario n'aquella villa, as quaes são similhantes ás de Almodovar, batidas no seculo XII e descriptas por fr. José de Santo Antonio Moura nas *Memorias da academia real das sciencias de Lisboa*, no anno de 1800. Podem ser observadas estas moedas na caixa n.º 7, sob n.ºs 9 e 10, da collecção dos monumentos de Mertola.

Eis-aqui a sua estampagem:



(Est. 25)

As transcripções e traducções já ficaram na pag. 39 e por isso não as reproduzo aqui.

A ceramica arabe tambem deixou ver um limitado numero de fragmentos, envoltos nos entulhos do castello, dois dos quaes representam vasos de grandes dimensões com trabalho ornamental. Elles ahi ficam na caixa n.º 6 da collecção, com os n.os 84 a 88, assim como outros sem ornato, que declaro incluir n'este grupo com bastante reserva, pois todos sabem quão arriscada é a classificação das louças lisas, e para peior achadas em logares onde ha caracteristicos de diversas epochas.

Eis-aqui a estampa. Não saiu como desejava, e por isso melhor será, havendo duvidas, recorrer-se ao estudo directo dos originaes.

(Est. 26)

O estudo da ceramica peninsular antiga, tanto mais do v ao XII seculo, é um dos mais atrazados.

Só os grandes monumentos ceramographicos de arte mahometana têem attrahido quasi exclusivamente a attenção dos sabios. Todos mais ou menos fallam da famosa jarra da Alhambra, mas deixam em esquecimento as louças que deveriam ser communs nos usos da vida domestica, que são, a meu ver, as que mais conviria colligir todas as vezes que os seus proprios fragmentos se manifestassem em condições propicias ao estudo, porque é do seu conjuncto que deve deduzir-se o typo artistico vulgar; o que infelizmente não se tem podido fazer em Portugal por falta de explorações, de

museus bem organisados, e mesmo de especialistas n'este ramo tão variado e difficil da sciencia archeologica.

Com relação á epocha do dominio mussulmano nada mais pude verificar n'aquella villa, propinqua ao rio Guadiana «*ad quod iacet castellum Myrtili munimine atque fortitudine celeberrimum*» [1], como ainda no seculo XII lhe chamava Edrisi na sua geographia.

E assim jazem quasi totalmente extinctos os vestigios de um povo guerreiro dos mais civilisados que dominaram a peninsula hispanica, onde a sua illustração instituiu notaveis escolas, o seu genio primorosamente artistico levantou soberbos monumentos, e onde a sua reconhecida tolerancia, quasi sempre mal interpretada, permittiu aos vencidos a conservação dos seus templos, o seu numeroso clero e o seu culto religioso.

Não é porém sabido se o elemento christão, mui provavelmente radicado em Myrtilis desde o seculo V, pelo menos, e ainda subsistente oito annos antes de Abi-Abderrahman-Musa-ben-Nosair tomar esta cidade foi aniquilado, se esmoreceu sob o predominio do koran, ou se proseguiu alumiado pela luz da fé e consentido pela tolerancia dos vencedores.

«Os hispanos-godos, diz o grande historiador Alexandre Herculano, subditos dos principes sarracenos, tinham conservado entre si as jerarchias sociaes, as riquezas, a liberdade de culto, e por isso um clero numeroso. No seculo IX, accrescenta o insigne historiador, o arabe era a lingua culta dos vencidos, não sendo os ecclesiasticos os menos peritos n'aquelle idioma, ao passo que rarissimas pessoas escreviam o latim de modo toleravel. A imitação dos costumes sarracenos chegára ao ponto de ser vulgar a circumcisão entre os mosarabes no seculo X. Que duvida póde haver, portanto, em admittir a hypothese de que muitos christãos adoptassem nomes arabicos, tanto mais que é indisputavel a existencia dos matrimonios mixtos, e que os filhos nascidos d'estas

[1] Geogr. Nubiensis, trad. do arabe, por Sionita e Hesronita, pag. 155, 1629.

uniões, sarracenos em tudo. só conservassem da antiga nacionalidade hispanhola a fé christã?[1]»

«Os arabes respeitaram na sociedade dos vencidos tudo o que não repugnava ao estabelecimento do proprio dominio[2]. Como já vimos, prosegue o sabio historiador[3], pelos territorios sujeitos aos sarracenos a indole da sociedade wisigothica sobrevivera á conquista em tudo o que era compativel com a nova situação politica da peninsula: a ingenuidade e a servidão, a nobreza e a inferioridade de casta, os direitos e os deveres que entre os individuos resultavam da organisação da propriedade e da familia, tudo ficára subsistindo sob o governo arabe. O que se alterou fôra a contribuição e varias outras relações de direito publico.»

Os monumentos christãos até agora descobertos nos terrenos de Mertola não ultrapassam porém o começo do seculo VIII, e por isso não podem ser invocados para a solução d'este problematico assumpto.

[1] *Historia de Portugal*, III, pag. 198 e 199.
[2] Ibid., pag. 270.
Ibid., pag. 274.

V

EPOCHA PORTUGUEZA

Fundamentada presumpção de que o elemento christão se haja mantido em Mertola durante o dominio mahometano. — Facto que até certo ponto parece contrariar este presupposto. — Falta de monumentos que esclareçam este assumpto. — Noticia, que carece de um rigoroso exame archeologico, de que as ermidas de S. Barão, S. Brissos e Santa Barbara, fóra da villa, já existiam em tempo dos godos e subsistiram no dos musulmanos. — Conquista de Mertola por D. Sancho II. — Amplos limites com que este castello foi doado á ordem de S. Thiago. — Condição que esta doação impõe á ordem para fundar em Mertola o seu convento. — Ignora-se, mas presume-se, em que tempo foi fundado. — Vestigios que a tradição local assignala ao convento e á igreja da ordem. — Foral de Mertola ontorgado por D. Paio Peres Correia. — Fundador e data da fundação da torre do castello. — Inscripção que lhe serve de documento historico. — Mestres da milicia equestre que no castello de Mertola governaram a ordem. — Transferencia dos spathorios para Alcacer do Sal. — Padrão heraldico da torre. — A actual igreja matriz; seu rapido exame; fundamentos com que se póde julgar ter sido edificada no mesmo tempo em que foi a torre para ser a igreja da ordem. — Reconstrucções parciaes e reparos nas muralhas, que podem attribuir-se aos conquistadores portuguezes e aos seus successores. — Indicios de terem sido destruidos os monumentos arabes pelos conquistadores. — Moedas portuguezas do tempo da conquista, achadas em Mertola.

As normas do regimen politico, civil e religioso da sociedade arabe persuadem que o culto christão sobreviveu aos triumphos da conquista mahometana e que o presbyterio da Myrtilis romano-wisigothica não abateu as galas e alegrias da sua antiga pompa. Cessam porém as manifestações monumentaes d'esse templo, e de outros, talvez, como, no dizer de Jorge Cardoso [1], seriam as ermidas de S. Barão, S. Brissos e Santa Barbara, fóra da villa, que proclama já existen-

[1] *Agiologio lusitano*, pag. 207. Comm. ao XVII de março.

tes em tempo dos godos e dos arabes, assim como a igreja de S. Salvador, onde affirma haver uma cisterna em que os mouros lançaram S. Barão com outros dois companheiros, governando o conde D. Henrique; e pretende finalmente, que na ermida de Santa Barbara, noventa e nove annos antes da conquista de Mertola, repartira D. Affonso Henriques os despojos da victoria de Ourique. Eu porém não confirmo nem nego a antiguidade de taes templos, porque não chegou até elles o meu estudo.

Havendo pois as melhores presumpções em abono do proseguimento do culto christão na Mirtolah mahometana, não se ha de julgar que os seus symbolicos monumentos, ao menos os funerarios, não continuassem a cobrir aquelle solo, que tão diversos despojos humanos tem consumido.

O arabe seria já no seculo IX a lingua culta dos proprios ecclesiasticos, mas no rito religioso e na epigraphia lapidar não é de crer que a empregassem em substituição da sua rustica latinidade, embora nas cousas da vida social uma quasi completa assimilação fosse um facto consummado entre vencedores e vencidos.

Eis-aqui quando cresce de ponto a anciedade de revolver aquelles informes amontoamentos de entulhos, que alteraram o solo do castello de Mertola, para ahi se buscarem, como unico archivo possivel, as provas que a historia está reclamando para a solução d'este e de outros difficeis problemas.

O facto de se ter vulgarisado já no seculo X a circumcisão entre os mosarabes, que pela união do sangue das duas raças pareciam totalmente querer fundir-se na sarracena, deixa perceber que minguaria um tanto n'aquelle gremio christão, que da propria lingua adoptiva se tinha esquecido, a mesma pureza de culto que anteriormente sustentára com acrisolado fervor; mas apesar de todos estes desvios, não se póde concluir que a fé propriamente dita se extinguisse n'aquelles corações, que a tinham recebido, como herança inalienavel, pelo sangue, pela patria, pela tradição; que fôra alimentada no regaço materno, nos usos, nas praticas e costu-

mes da vida intima, e fortalecida pela lição dos livros sagrados, pelo preceito e pela oração.

Entre os degenerados haveria certamente quem mantivesse arraigadas as antigas crenças, porque este facto foi constante, atravessou as epochas da mais dolorosa perseguição, os dias mais luctuosos, as horas mais acerbas, enchendo de martyres as cryptas e as catacumbas, e a indole que era verdadeiramente christã ficou sempre triumphante. Não se apagou de todo, creio eu, o sentimento religioso, que os proprios inimigos não trataram de extinguir. Ao sopro das tempestades crestaram-se as boninas do prado, escadearam-se os arbustos, e agitou-se a rama da oliveira, mas esta arvore bemdita não caiu, porque ainda estava reservada para ser, mais uma vez, e para sempre, o emblema da paz.

Tardaram porém os mensageiros, mas chegaram. O esforçado rei D. Sancho II tinha traçado um largo plano de conquistas, e estas não lhe falharam. Haviam ellas começado rapidamente em 1238, refere o illustre historiador Alexandre Herculano [1], por uma e outra margem do Guadiana até ás praias do mar oceano, caindo successivamente em poder do monarcha christão os castellos de Mertola, Alfajar de Pena e Ayamonte. O celebre e antigo castello de Mertola, prosegue o historiador, limitava o seu dominio ao noroeste e norte pelas ribeiras Cobres e Terges, ia entestar pelo nascente e sueste com os de Serpa, Alfajar e Ayamonte; e assim foi no anno seguinte doado a ordem de S. Thiago com o encargo de o defender e de estabelecer n'elle o seu convento, como logar mais proximo das novas fronteiras.

Aqui está pois a data da restauração christã em Mertola no anno 1238 e logo pouco depois a da doação do castello á milicia de S. Thiago em janeiro de 1239, então governada em Portugal pelo commendador mór Gonçalo Peres, e com a já dita clausula, de que os spatharios em Mertola *debent ibi tenere conventum suum.*

Fundariam logo os spathorios o seu convento?

[1] *Historia de Portugal*, tomo II, pag. 364.

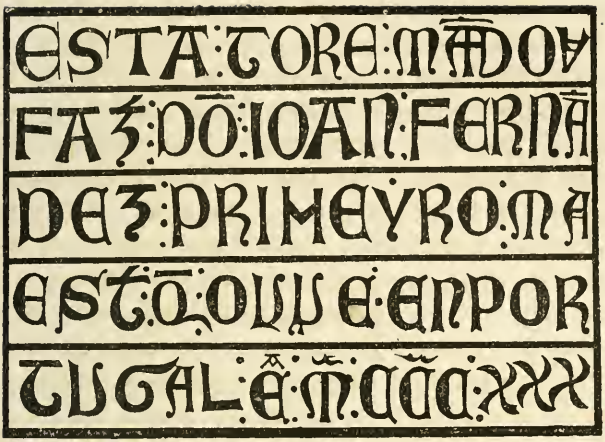
Em 1758 dizia o prior de Mertola, doutor Bento José Sevilha de Leiria[1], que d'aquelle convento ainda havia vestigios dentro do castello. Eu apenas observei signaes de construcções que encostavam á muralha, a partir da torre no sentido da cisterna; mas nenhuma rasão encontro para affirmar que fossem do convento dos spatharios, porque tambem poderiam ser de quarteis, ou de quaesquer outras habitações internas. Entretanto, é possivel que cento e vinte annos antes esses vestigios se podessem ainda reconhecer. O que não se sabe ao certo é a data de tal fundação; é porém mui provavel que Gonçalo Peres, chefe da milicia equestre de S. Thiago em Portugal, fosse o seu instituidor, e talvez no intervallo que mediou entre a data da doação (1239) e a de 1246, em que apparece em Lisboa assistindo á entrada do conde de Bolonha, para o auxiliar na empreza da desthronação de D. Sancho II, a quem devêra as doações que haviam engrandecido a ordem, e finalmente com os monges-cavalleiros de Mertola, acompanhando na primavera de 1249 D. Affonso III na conquista geral do Algarve.

Em 1254 (era de 1292) o mestre D. Paio Peres Correia deu foral a Mertola, organisando pelo de Evora o seu municipio e applicando ao commercio pela foz do Guadiana os costumes maritimos de Lisboa[2], e tendo assim decorrido quatorze annos contados da data da doação, é mui provavel que a ordem já tivesse construido o convento e a igreja.

A igreja diz a tradição local que encostava á torre, e com effeito, no lado de sudoeste ha indicios de ter adherido um edificio que fôra coberto de abobada. Mas a torre mandou fazer D. João Fernandes, primeiro mestre da ordem em Portugal em 1292 (era de 1330), e para que não haja duvida, eis-aqui a sua inscripção collocada sobre a porta:

[1] *Diccionario geographico*, Ms. verb. *Mertola*. Archivo nacional.

[2] A. Herculano, *Historia de Portugal*, tomo III, pag. 39.



E(st. 27)

Como é pois que a igreja de S. Thiago encostava a esta torre, que só trinta e nove annos depois d'esta doação se construiu?

Ou a expressão da inscripção não é exacta, dizendo que foi a torre mandada fazer em 1292, quando talvez fosse apenas reconstruida, ou os vestigios da abobada que tem assignalados na face que olha para sudoeste não são os da igreja de S. Thiago.

D. João Fernandes, depois da ordem se ter separado de Castella, foi em Portugal o seu primeiro mestre, eleito no anno de 1291 no capitulo provincial celebrado em Lisboa no mosteiro de Santos, e apenas a governou anno e meio. Succedeu-lhe em 1292 D. Lourenço Anes, que começou a edificar o convento de Alcacer do Sal, e governou a ordem trinta e tres annos[2]. Finalmente, foi D. Pedro Estaço o ultimo mestre eleito em Mertola em 1316, e d'ali removeu a séde para o convento de Alcacer[2].

[1] João Baptista de Castro, *Mappa de Portugal*, part. III, pag. 78, 1747.

[2] Duarte Nunes de Lião, *Chronica de D. Diniz*, pag. 40, 1774; Gaspar Estaço, *Tratado da linhagem dos Estaços*, pag. 30, nas *Varias antiguidades de Portugal*, 1625.

Parece assim, que durante o anno e meio do governo de D. João Fernandes se começou e concluiu a obra da torre, onde no dito lado de sudoeste e não no da porta, o que é notavel, foi mettido no revestimento, em grande altura, um escudo de pedra com a espada de S. Thiago (?), representada verticalmente no centro de ponta para baixo, dois escudetes com cinco arruellas em aspa superiormente, e outros dois atravessados por tres barras parallelas, ladeando a folha da espada, de modo que este escudo bastaria para indicar que a obra era portugueza, quando mesmo chegasse a faltar a inscripção, que muito de firme proposito lá deixei, porque entendo que ninguem deve arrancar monumentos para enriquecer museus, quando estejam documentando a historia dos edificios em que se achem, nem mesmo de outros logares, sem que esses logares sejam rigorosamente marcados em plantas referidas a pontos bem determinados. Julgo pois que D. Lourenço Anes, eleito na mesma data da inscripção, já acharia acabada aquella importante obra, e por isso dedicaria os seus cuidados á construcção do convento de Alcacer, para o qual o seu successor transferiu a ordem.

Fallarei finalmente, muito de passagem, da monumental igreja de Nossa Senhora da Annunciação de Entre Ambas as Aguas, actual matriz da villa de Mertola, que a tradição local diz ter sido mesquita mahometana, mas onde não ha ver um unico vestigio architectonico ou de lavor ornamental do estylo arabe; e não posso aventurar-me a descrever minuciosamente este magestoso templo, porque não me foi possivel levantar a sua planta. Restringir-me-hei apenas a indicar o que julgo sufficiente para o assumpto que pretendo esclarecer.

Tem aquelle templo cinco naves, formadas com quatro fileiras de robustas columnas, coroadas por capiteis de vario lavor. Já não existe o seu portico principal, que foi necessariamente aberto onde agora se vê o altar, do lado do baptisterio, occupando uma extremidade da sua antiga nave central, e portanto devêra no extremo opposto ter estado o altar mór. A abobada que cobre este templo é assente sobre

nervuras de pedra lavrada em successivo cruzamento, com raras variantes, como se observa na cobertura do topo da nave central, em que julgo ter estado o primitivo altar mór, porque ahi os triangulos curvilineos são, dos vertices para as bases, divididos por mais nervuras, como para distinguir dos outros aquelle espaço.

A porta que actualmente se observa n'esta desfigurada igreja é um verdadeiro enxerto, que inteiramente destôa, pela sua fórma rectangular e por seus ornatos de baixo relevo, do estylo ogival primitivo, como obra do seculo XVI, a que tambem pertence o escudo coroado das armas reaes, existente sobre o arco da Misericordia. Esta porta, mui posteriormente aberta n'uma parede lateral, veio inverter a primordial ordenança das naves, que foram cinco e que d'este modo ficaram parecendo quatro, duas á esquerda da que hoje é central e uma a direita; o que nunca poderia ter praticado o architecto fundador d'aquelle famoso edificio, porque um desconcerto tão grosseiro um simples artifice não ousaria commettel-o, e comtudo este erro, no meu entender, tem até certo ponto uma causa, que tende a explical-o.

O terreno do castello, com a quéda dos antigos edificios, parece ter descido ao ponto de inutilisar o antigo portico e as suas avenidas, e em vez de se proceder aos desaterros que fossem precisos ali para se desaffrontar o templo, preferiu-se destruir-lhe o portico e abrir-lhe uma nova entrada. D'aqui resultou a necessidade de se pôr a capella mór em frente d'esta entrada, e portanto rompeu-se tambem a outra parede lateral e fez-se um vão hediondo, em que se collocou o throno. No logar do antigo portico e no da anterior capella mór erigiram-se retabulos com seus altares adherentes. Sobre a nova entrada arvorou-se o côro e abriu-se á esquerda um vão, em que ainda ha preciosos azulejos do seculo XVI, para ser collocado o baptisterio. Ficou por consequencia transtornada toda a configuração symetrica do interior do templo, a que externamente aggregaram um adro lageado de magnificos marmores, extrahidos de antigos edificios romanos.

Sabido tudo isto, indicarei agora uns escudos ou florões, que fecham o cruzamento de algumas nervuras das abobadas, com a mesma divisa heraldica que se observa no escudo da torre, que mandou fazer D. João Fernandes, e citarei outra circumstancia, que para mim não é menos significativa.

Nas misulas dos arcos em que assentam as extremidades do côro foram gravados dois letreiros de caracter oncial. O do lado do baptisterio está muito obliterado e não o percebi, comquanto me pareça não ser impossivel a sua leitura, mediante um estudo mais demorado, e no da parede, á direita, lê-se distinctamente IOANES. Ora este nome é o mesmo da inscripção da torre; o brazão do escudo da torre é identico ao dos florões da abobada da igreja; a igreja está situada dentro do castello, e o seu estylo architectonico primitivo não parece posterior ao seculo XIII. Com estes fundamentos, pois, ouso pensar que D. João Fernandes, primeiro mestre dos spatharios de Portugal, foi o fundador primordial d'aquelle templo, que destinaria para vir a ser a igreja da ordem de S. Thiago, podendo comtudo ter havido anteriormente, emquanto esta igreja não se acabou, uma pequena capella n'outro ponto do castello para o serviço da ordem ali estabelecida. Se existisse o portico principal d'aquelle outr'ora magestoso templo, talvez se visse estampado no seu entablamento a mesma divisa heraldica que ainda hoje se vê na torre.

Manifestam a torre, quasi todos os baluartes e muralhas visiveis indicios de parciaes reconstrucções, que podem ser attribuidas aos spatharios e aos reinados comprehendidos entre o de D. Diniz e o de D. Sebastião. Nas reparações de feição mais antiga é frequente o emprego de marmores e de outros materiaes de nobres edificios; e não haverá escapado ás pessoas de atilado entendimento o facto de se terem achado na torre, que a inscripção diz ser de fabrica portugueza, dois monumentos epigraphicos arabes, assim como junto ao convento de S. Francisco, já longe do castello, o que foi traduzido por fr. João de Sousa, e na villa o fragmento de outro, ainda existente no museu de Evora.

Quem destruiu os monumentos arabes em que estavam estas inscripções para ellas poderem entrar como material de construcção no revestimento d'aquella torre, edificada em 1292? A meu ver, não podem eximir-se d'este grando peccado artistico os monges-cavalleiros da ordem de S. Thiago.

E quem sabe se aquelles bilhões dos Sanchos e Affonsos, que juntei á collecção de Mertola, serviriam de premio aos que por fanatica bruteza prostraram os monumentos d'essa civilisação, que tantas vezes com excessiva severidade castigou os ultrages que alguns dos seus magistrados commetteram contra os christãos, que afoutamente viviam sob os auspicios da sua tolerancia?

E os chronistas portuguezes chamavam barbaros aos musulmanos que habitaram n'este paiz!

Não é assim que se escreve a historia.

O historiador não tem o direito de mentir á posteridade...

Não se tomem porém mais restrictas contas aos que já não podem defender-se; mas ainda assim é preciso não deixar sem o correctivo da critica sensata os factos que a rasão não póde justificar.

Muito mais poderia dizer com relação a cada uma das epochas, a que tenho referido as diversas antiguidades que observei e colligi nos terrenos de Mertola, sem comtudo preencher certas lacunas, que ficam em aberto, á falta de uma exploração regular e desenvolvida, como a reclamam e merecem os vestigios de tantas civilisações, que desde tempos remotos ali tiveram existencia; mas entendo não dever confiar ao conceito conjectural uma certa ordem de assumptos, que mais acertado é reservarem-se para quando um novo impulso, dirigido por pessoa de maior competencia, se possa dar ao estudo de toda aquella região geographica, que tantos mysterios ainda envolve, e usurpa á historia da celebre Lusitania.

DOCUMENTOS

Doação que el-rei D. Sancho II fez á ordem de S. Thiago do castello de Mertola com todos seus termos, etc., 1239

In nomine patris et filii et Spiritus sancti. Amen. Notum sit omnibus has litteras inspecturis quod Ego Santius secundos dei gratia Portugallie Rex de mea bona et libera voluntate et de consensu et auctoritate meorum procerum et magnatum et pro multo bono seruicio quod michi fecerunt Dominus Pelagius petri corrigia Comendator de alcazar et fratres eiusdem Castri ordinis milicie sancti Jacobi et pro Remedio anime mee et patris mei et matris mee et predecessorum meorum do et concedo eis et ordini milicie Sancti Jacobi et pro Remedio anime mee et patris mei et matris mee et predecessorum meorum do et concedo eis et ordini milicie Sancti Jacobi Castellum meum de mertola: cum omnibus terminis suis In primo per flumen de vascom ubi intrat in Odiana Et per ipsum flumen de vascom usque ad suas cimalias Et de ipsis cimaliis de vascom sicut potest venire uia directa ad mediam matam de almodouuar et per mediam matam de almodouuar sicut potest uenire directe ad primam alansadoriam de Riuulo de Colubris et de alansadoira de Riuulo de colubris sicut uenit aqua de riuulo de colubris usque ad locum ubi intrat in terges de inde per mediam venam de terges usque ad locum ubi intrat in Odiana contra serpam et alfagiar de penna et aiamonte due partes de termino sint de mertola et tercia pars sit de predictis Castris. Do et concedo eis predictum Castellum cum istis terminis supra dictis et cum omnibus suis pertinentiis et cum omni iure Regali quod ibi habeo et habere debeo Et ipsi debent ibi tenere conuentum suum pro ad defensionem et tuicionem et quisicionem

regni mei et querere michi bonum sicut dominu naturali mando igitur et concedo ut habeant ipsum Castellum cum omnibus terminis et pertinentiis suis jure hereditario in eternum pacifice et quiete. Siquis nunc tam de propinquis meis quam de extraneis hoc factum frangere uel irrumpere noluerit cinullatenus concedatur sed pro sola tentacione ira et maledicio omnipotentis dei patris et filii et spiritus sancti et beate marie virginis gloriose et omnium sanctorum veniat super ipsum et cum juda traditore sepultus iaceat in inferno. Quicumque vero hoc meum factum quod bene et misericorditer factum est obseruare fecerit et uoluerit obseruare omnipotentis dei et beate marie virginis gloriose benedicionibus repleatur et cum sanctis et electis dei in Regno celesti accipiant portionem. Et ut hoc factum meum maioris roboris obtineat firmitatem istam cartam donacionis et perpetue firmitudinis meo sigillo feci sigillari et meis manibus propriis roboraui. autum ulixbone XVI die jamarii. Era : M · CC : LXX : VII : Qui presentes fuerunt Ego dommus Martinus johanis Signifer curie. Confirmo Ego donus Rodericus Sancii. Conf. Ego dommus Egidius valasci. Ego donus Martinus Egidii. Conf. Ego donus april petri Conf. Ego donus Menendus garsie. Conf. Ego donus Joannes garsie. Conf. Ego donus Joanes martini. Conf. Donus Stephanus suerii. Donus Joannes petri rotundus. donus Petrus Joanis de portucarreiro testis. Ego Silnester archiepiscopus bracharensis. Conf. Ego Petrus portuensis Episcopus. Conf. Ego Pelagius lamecencis Episcopus. Conf. Ego Egidius visiensis. Episcopus. Conf. Ego vicencius Egi tanensis. Episcopus Conf. Ego Tiburcius colimbriensis Episcopus Conf. Suerius guncalui super judex curie. Vincencius didaci. Alfonsus martini. testis. Ego Donus Durandus froiaz chancellarius curie. Ego dominicus Juliani scriptor curie notavi. Sanlius Secundus Illustris Rex Portugalensium.

Arch. nac., liv. dos Mestrados, fl. 172 v.

Foral que D. Paio Peres Correia deu á villa de Mertola em 1254

Ex quodam libro regestorum cartophylacii conventus equitum S. Jacobi oppidi de Palmella, qui titulum Livro dos Copos prae se fert, textum hujus foralis decerpsimus, cùm non aliud invenissemus. Exscriptor aeram MCCLXII pro aera MCCLXXXXII legit: sed perperam.

In nomine sancte et indiuidue trinitatis Patris et filii et spiritus sancti. Amen. Esta he a carta de foro qual encomendamos a fazer, Eu dom paay periz pela graça de deus Meestre da ordem de cauallaria de Santiago em sembra com Dom gonçalo periz Comendador de mertola e com ho conveento desse mesmo logo a vos pobradores de mertola assi aos presentes como aos que ham de viir: damos a uos foro e costume deuora por terra, e de lixbooa pelo riio e pello mar. Foro deuora a tal é connem a saber: que as duas partes dos caualleiros vãoo in fosado, e a terça parte premeescam na villa: E huuma uez façom fossado no ano: E quem nom for no fossado peite por foro cinquo soldos por fossadeira. E por homeziio peite cem soldos a paaço: e por casa derrota com armas scudos e espadas peite trezentos soldos e seitima a paaço. E quem furtar peite por huum noue. e haja o ententor dous quinhões e as sete partes ao paaço: quem molher forçar et illa chamando disser que aquel he o forçador e el negar det illa outorguamento de tres homens taes qual el for e el iure com doze e se nom houuer outorguamento iure elle soo e se nom poder iurar peite ad illam IIIc soldos e sete a paço. Testemunha mentirosa e fiel mentiroso peite LX soldos e sete a paço e dubre o hauer: e quem em concelho ou em mercado ou em igreja ferir peite LX soldos os medios ao

paço e medios a concelho e dos medios do concelho sete al palaço. Et qui in uilla pignos allando e fiador e ao monte for penhorar dubre a penhora e peite LX soldos et sete al palaço: e quem non for a sinal do juiz e penhores sacudir ao saiiam peite hum soldo ao juiz: e quem nom for a apellido caualeiros e peões extre aquelles que seem in seruicio alieno o caualeiro peite dez soldos e o peon cinquo soldos ad vicinos: e quem houver aldea e hum jugo de boys e des ouuelhas e hum asno e dous leitos compre caualo: e quem quebrantar sinal com sua molher peite um soldo ao juis: e molher que leixar seu marido de bençom peite III^{c} soldos e sete a paço; e quem leixar sua molher peite hum dinheiro ao juis: e quem caualo alieno caualgar por hum dia peite hum terno e se mais peite ass angeiras por hum dia seis dinheiros e por huma noyte hum soldo: e quem ferir de lança ou despada pella entrada peite dez soldos e se passar da outra parte peite vinte soldos ao querelloso: e quem quebrantar olho ou braço ou dente por cada um membro cem soldos ao leidado e el dee as sete a paço: e quem molher alhea ante seu marido ferir peite xxx soldos e sete a paço: e quem mojon alieno in suo erro mudar peite cinquo soldos e sete a paço: e quem linde alieno quebrantar peite cinquo soldos e sete a paço: e quem com adjutorio alieno matar seu amo colha o homizio e dee as sete a paço: outrosy de seu ortolam e de seu quarteiro e de seu molineiro e de seu solarengo: quem houuer uasalos em solar ou em sua herdade nom sirua a outro homem dexada sua fazenda. Ventas e moinhos e fornos de homens de mertola sejam liures de foro: caualeiros de mertola sejam em juizo por pordestades e infações de portugal clerici uero habeant mores militum pedanos sint in judicio por caualeiros uillãos dontra terra: quem uier uozeiro a seu uizinho por homem de fóra de uilla peite dez soldos e sete a paço: e homem que for gentile aut eredoro non seat meirino: gado de mertola non seat montado em nenhuma terra: e o homem a qui se anaufragar seu adestrado quamuis haja outro e seja escusado ataa cabeça do anno: mancebo que matar homem fóra da uilla e fugir seu amo nom peite homizio:

por todas querellas de paço o juiz seja vozeiro: e quem em villa penhorar com saiom e sacudirem a el os penhores outrougel sayon e prenda in concilio de tres collações e penhore: peite LX soldos medios ao concelho e medios seam rencuroso. Varoes de mertolla nom seam em prestimo dados: e se homes de mertolla houuerem juizo com homens de outra terra nom corra antre elles firma mas corra por inquisa aut repto: e todos aquelles que quiserem pousar com seu gado em termo de mertolla prendant de illis montadigo de grege das ouelhas quatro carneiros e do busto das vacas huma vaca é est montadigno tercia parte de concelho e duas partes de heramen: e todos os caualeiros que forem in fossado ou em guarda todos os caualos que se perderem em algara ou em lide primis erectis eos sine quinta et postea det nobis quintam directam. Todo homem de mertolla que achar homens doutras cidades em seus terminos talhando ou leuando madeira de montes prendant totam quam inuererint sine calumpnia. De azarias e guardas quintam partem mos dade sem nenhuma affeiçom: quem quer que gado casendeiro penhorar uel rapere fecerit peite LX soldos a paço e dubre o gado a seu dono. Testamus uero et perheniter firmamus ut quisquis mercatores vel uiatores christianos iudeos sine mauros penhorar se nom for fiador ou deuedor quemquer que o faça peite LX soldos ao paço e duple a ganança quam perdidit ad suo domino et insuper peite centum marabitinos pro couto que briton a ordem habeat medietatem et concilium medietatem. Siquis ad uestram uillam uenerit per uim cibos aut aliquas res accipere et ibi mortuus uel percussus fuerit nom peite pro eo aliqua calumpnia nec suorum parentum homicide habeantur et si cum querimonia de ipso admagistrum uel ad comendatarium uenit peite centum marabitinos medietatem ad ordinem et medietatem ad concilium: mandamus et outorgamos quod si aliquis fuerit latro et si iam per unum annum vel dous furare uel rapere dimisit si pro aliqua re repetitus fuerit quam comisit saluet se tamquam latro et si latro est et latro fuerit omnino pereat et subeat pena latronis: et si aliquis reperitur ser fur et non est

latro nec fuit respondeat ad suos foros. Si aliquis homo filiam alienam repere extra suam uoluntatem det illam ad suos parentes et peite ad illos IIIc marabitinos e sete a paço et insuper sedeat homicida. De portagem de trouxel de caualo de panos de lam ou de lino hum soldo: de trouxel de lam hum soldo: de trouxel de fustães cinquo soldos: de trouxel de pano de coor cinquo soldos: de carregua de pescado hum soldo: de carregua de asno hum soldo: de carregua de christianos de conelios cinquo soldos; de carregua de mouros de conelios hum marabitino: de portagem de caualo que uenderem em açouge hum soldo: de mulo hum soldo: de asno seis dinheiros: de boy seis dinheiros: de carneiro tres medaculas: de porco dous dinheiros: de forrom dous dinheiros: de carregua de pam e uinho tres mealhas: de carregua de peom hum dinheiro: de mouro que uenderem em mercado hum soldo: de mouro que se remir a dizima: de mouro qui taliat com seu dono a dizima: de coiro de uaca e de zeura dous dinheiros: de coiro de ceruo e de gamo tres mealhas: de carregua de cera cinquo soldos: de carregua de azeite cinquo soldos: esta portagem est de homens de fóra da villa a tercia parte de seu hospede e duas partes da ordem: aqueste he o costume e foro deuora. Agora se conta o foro e costume do mar e do rio o foro e costume de lisboa é taal assy per mar como pello rio comem a saber: todo vizinho de mertola ou de fóra parte de toda aquella cousa que aduser pella foz a daar dizima senom a que quiser aduzir o vizinho da villa pera saa casa e nom pera uender nom daar ende a dizima. e aquelle que dizimar sacar ende outro tanto empreguado e nom fazer ende foro nem da saida nem hum visinho nem de fora parte se mais empregar caa aquello que aduzir da trintena do que quer que sace de mertola ou de seu termo pello rio. Todo homem que aduser madeira pera uender pelo rio dee a dizima e se a quizer pera saa casa e nom pera uender nom fazen foro nenhum. Todo o visinho de mertolla que aduser pam pello rio assy o vizinho como de fóra parte pera uender de dous alqueires dee medio e se for visinho e o aduser pera saa casa e nom pera uender nom faça foro nenhum. Todo homem

que aduser uinho pello rio det do medio vno almude. Todo pescador dee a dizima de foro. Della ponte a suso quem ahy quiser pescar auenhasse com o comendador do luguar. De caruam e de alhos e de çebollas e de junça e de corticas e de junco que uenha pello rio se o uender dará dizima e se o aduzer pera saa casa e nom pera uender nom faça foro nenhum: e quem comprar pescado e asacar pello rio quer da villa quer de fóra det dizima. E todo pescador que matar pescado e o aduser a villa uender ataa ora de terça ao conçelho e de suso de terça uender a quem quizer: e o pescador nom uenda por almotaçaria: e reguateira de pescado uenda por almotaçaria, e a que for de fóra parte e que o comprar ante da terça peite cinquo soldos ao conçelho: e toda madeira laurada assy louça como outra qualquer uenha aa villa daar a dizima: é este foro que ham de fazer pello rio e pello mar aa ordem. Facta carta mense Decembri. Sub era mil e duzentos e sessenta e dous (sic). De toda mercadoria que aduserem nauios ou outras barcas pello maar ou pello rio daram a nós o direito como o dam a elrey em Lisboa [1].

[1] *Portugaliae Monumenta*, vol. I, pag. 645, (Mertola, 1254).

Foral da villa de Mertola dado por el-rei D Diniz

Dom manuel per graça et. § Pollo dito foral foy imposto o dr̄to da portagem da terra pollo foral deuora e as cousas do mar pollo foral de lixboa. E allẽ destas cousas que adiante hyram decraradas tem a ordem na dita villa termo terras propias que o comẽdador laura por sy ou as da a (1) quer pollos preços cõ quesse auem como cousa propia da hordem que he.»

(1) quem

De todallas cousas que vem aa dita villa per aguoa se pagara dizima saluo do pam vinho ou vinagre dos quaes soomẽte pagam a trintena que sam dous alqueires por moyo. E do mais e menos neste respeito A qual tr̄itena se pagara ysso mesmo das ditas cousas aa sayda do dito logar quando se carregã por aguoa p̄a qual q̄r parte pera onde vam. E a dita dizima da emtrada nã pagarã os moradores e vezynhos da dita villa de quaaes q̄r cousas q̄ lhe vierem pera fazimento e repairo de suas casas.

Entrada p̄. agoa

E quando as outras cousas se carregarẽ na dita villa p̄ agoa pagaram dellas e de cada hũa odr̄to q̄ se dellas manda pagar deportagẽ pollo foral que adiante vay em que vam decraradas as cousas de portagem q̄ pertẽçem ao foral de lixboa p̄ mar. E isto se emtendera das cousas que se carregarem pera nossos regnos e senhorios por que as quesse leuarem p̄a fora do Regno pagaram dizima dellas saluo sedeixarem fiança e quetragã ho retorno dellas a nossos regnos. Ou

Sayda per aguoa

se as taaes mercadorias lhe forem dadas desacada por terẽ trazidas outras tantas anossos regnos defora delles.

Diz.ª do pescado

E pagaram mais na dita villa os pescadores que aella trouxerem pescado hũa dizima soomẽte q̃ se chama dizima velha aqual he insollido da Ordem. E nõ pagarã hy mais: a outra dizima noua pollo contracto dos pescadores visto como nunca hy se pagou nẽ leuou ateegora nẽ se pagara ao diante.

Coutada do rryo

E pagam mais os pescadores q̃ pescarẽ na coutada do Ryo da dita hordem que he desde as poutas pera çima atee o pego de quatro pexes huũ sem mais do dito pexe pagarẽ outra dizima anos nẽ aigreia. E isto assy de solhos e saucos como de qual q̃r outro pescado grande e pequeno.

Cõduto

E todollos pescadores que trouxerem pescado adita villa auerã delle cõduto p̃a seu comer p̃a aquelle dia segũdo as pessoas que cõsiguo trouxerẽ. E isto per alualdro e juizo dos offiçiaes dos dr̃tos Reaaes.

Tabaliaes

A Penssam dos taballiaaos he dr̃to real e pagarã cada huũ dos ditos taballiaaes q̃ hy hadauer aquillo q̃ sempre pagaram sem mais se fazer em novaçam.

Passajẽ da barca

E quanto ao dr̃to dapassajẽ da barca do diana e assy do registo que leuã das bestas q̃ passam e emtrã de castella auemos por bem e mãdamos que se tenha esta maneira seguinte por se nã fazer acreçentamẽto ou emnovaçam nas ditas cousas. Mandamos aos juizes e offiçiaaes da dita villa q̃ cõ ho nosso almoxeriffe e officiaaes dos ditos dr̃tos rr.ᵉˢ tirẽ emquiriçã p̃ homens antigos e p̃ tal maneira per q̃ verdadeiramente se sayba o verdadeiro preço e contia que se pagaua nos tempos passados de passagem e registo da barca e batel. E os preços em quesse todos ou a maior parte

afirmarem e cõcordarẽ q̃ se leuaua das ditas passajees e registo nos tempos passados atee aera de mil e quinhẽtos essas mesmas cõtias somẽ(te) se leuarã nas ditas passajees e não outras sem embargo de agora per outra maneira e p'rços se leuar. As quaaes somas fares poer na fym deste foral p̄a agora e em todo tempo se saber o que das ditas cousas se ouuer de pagar assi aos vezinhos como aos nõ vezinhos. E assim hyndo ho Ryo na madre como fora da madre sem embargo de agora p̄ outra maneira se pagar.

Maninhos

Os maninhos são dados pellos sesmeiros eficam de sua propiedade sem disso pagarem foro ninhuũ.

Gaado do vento

O gaado do vento he dr̃to real no arrecadamẽto do qual mãdamos que se guarde inteiramente a ordenaçam que sobre ysso he feita.

Montarazes

E os montarazes e ofiçiaaes e rendeiros do gado do montado do dito campo nõ tomaram ninhuũ gaado que ande fora do seu rebanho por dizerẽ que lhes pertẽçe ou que he seu. O qual nõ tomaram nẽ mandarã tomar sem autoridade de justiça ouuidas p'meiro as partes a q̃ p̄tençer sobre o dito gaado e serẽ sobre ysso ouuidos e despachados cõ justiça E a pena darma e aportagem com todollos capitollos atee este cap° seguynte da emtrada p̄ agoa he tal como santiago de caçem e tambem leua o cap° da sacada carga por carga como estremoz.

Entrada per agoa

E quando as pessoas de fora da uilla e termo troxerẽ p̄ agoa algũas mercadorias p̄ aby vender podellasham tirar em terra liuremẽte de dia e de noite a qual q̃r ora sem noteficaçam aa portagem sem ninhũa pena. As quaaes porem nã tiraram da praya ou lugar onde as tirarẽ sem licença dos officiaes ou rendeiros ou as leuaram dereitamente aa praça ou açouges do dito lugar sem a dita li-

cença. Dos quaes lugares as nõ tiraram sem arrecadaçam sopena de as perderem.

Sayda per aguoa

E se as pessoas de fora cõprarẽ mercadorias nadita villa e termo obrĩgadas aaportagem p̄ as carregarẽ hy per agoa podellasham liuremente comprar e leuar e meter na barca ou nauio sem pena algũa E nã partiram porẽ sem as primeiro desembargarem cõ as pessoas que p̄a ysso tenham poder sobpena de as perderem E mais o barqueiro ou arraez se partir sem a dita récadaçam pagara de pena cem rrs pera a dita portagem. E as ditas manifestaçooes e dilligençias da entrada per agoa e sayda como dito he se entendam soomẽte quãdo as taaes cousas vierem sabidam̃te pera vendar por que quando forẽ ou vierem de passajem ou de caminho nã serã obrigados a ninhũa das ditas cousas saluo hyndo ou vindo per mar porque emtam farã saber de todas e recadarã como atras nos capitollos particulares deste foral ante da portagẽ fica decrarado. E as ditas manifestaçooes de fazer saber a portagem nã serã escusas as pessoas que tirarẽ per o dito lugar mercadorias p̄a castella ou as meterẽ de castella per hy posto que as hy nõ cõprẽ nem vendam por ser o derradeiro lugar do estremo E pagarã ahy dellas emtrãdo ou saymdo o dr̃to como das taaes cousas no dito lugar se manda pagar de compra ou venda por este foral aq̃l portagem de passajem hy mais nõ pagaram das ditas cousas se ahy dellas pagarẽ de compra ou venda no dito lugar Nem a pagarã as pessoas p'uilligiadas assy de compra e venda como de passajem nã sendo cousas de que se mãde pagar dizima nalfandega do dito lugar porque a tal dizima nã se escusa por priuillegio de portagẽ porẽ quẽ pagar dizima das taaes cousas nã se pagara hy maes dellas uinhuũ outro dr̃to de portagem. E os

outros capitollos seguintes atee afym sam taaes como em santiagno decacem. Dada em acidade de lixboa ao primeiro dia do mes de julho donacimẽto de nosso sñor ihu xp̄o de mil e quinhẽtos e doze Annos. S. e vay escrito ho original em XbI. folhas sob escrito e assynado pello dito fernã de pina [1].

[1] Arch. Nac., Liv. de Foraes nov. do Alemtejo. fls. 44.

INDICE

Assumptos que precedem esta memoria 1
Epocha Pre-romana 27
Epocha Romana 27
Epocha Wisigothica 33
Epocha Arabe 34
Epocha Portugueza 36
Moedas romanas, arabes e portuguezas achadas em Mertola e offerecidas pelos srs. Mendonça e M. Garrido, residentes na villa, a E. da V 36
I Epocha Pre-romana 45
II Epocha Romana 65
III Epocha Wisigothica 85
IV Epocha Arabe 123
V Epocha Portugueza 165
Documentos 175

Os lapsos e erros typographicos d'este livro não vão indicados, porque a sua correcção está ao alcance de todos os leitores.

POVOS BALSENSES

SUA SITUAÇÃO GEOGRAPHICO-PHYSICA

INDICADA POR

DOUS MONUMENTOS ROMANOS

RECENTEMENTE DESCOBERTOS NA QUINTA DA TORRE D'ARES

Distante seis kilometros da cidade de Tavira

POR

S. P. M. ESTACIO DA VEIGA

MOÇO FIDALGO COM EXERCICIO NA REAL CASA
DE SUA MAGESTADE FIDELISSIMA

LISBOA
IMPRENSA NACIONAL
1866

POVOS BALSENSES

POVOS BALSENSES

SUA SITUAÇÃO GEOGRAPHICO-PHYSICA

INDICADA POR

DOUS MONUMENTOS ROMANOS

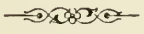
RECENTEMENTE DESCOBERTOS NA QUINTA DA TORRE D'ARES

DISTANTE SEIS KILOMETROS DA CIDADE DE TAVIRA

POR

S. P. M. ESTACIO DA VEIGA

MOÇO FIDALGO COM EXERCICIO NA REAL CASA
DE SUA MAGESTADE FIDELISSIMA



LISBOA

Editora, a Livraria Catholica, rua dos Capellistas, 75

1866

LISBOA — IMPRENSA NACIONAL

AO SENHOR

JOÃO VALENTIM ESTACIO DA VEIGA

FIDALGO DA CASA REAL

EM TESTEMUNHO DE PARTICULAR CONSIDERAÇÃO

ESTE HUMILDE ESTUDO

D.

O SEU RESPEITOSO SOBRINHO E VERDADEIRO AMIGO

Sebastião Philippes Martins Estacio da Veiga

POVOS BALSENSES

Não poucos escriptores modernos, propondo-se interpretar a memoria que varios geographos e historiadores antigos legaram á posteridade ácêrca dos povos balsenses, entendem que em meio das ruinas da opulenta Balsa estão firmados os alicerces da cidade de Tavira; e citam para assim o comprovar o *Itinerario de Antonino*[1], o qual, não só colloca Balsa entre Ossonoba e Esuri, como designa a distancia que separava estas tres cidades romanas.

[1] Inter de Esuri Pace Julia M. P. CCLXIIII. Sic. (aliás 261 milhas).

Balsa	M.P. XXIIII
Ossonoba	M.P. XVI
Aramni	M.P. LX
Rarapia (ou Raparia?)	M.P. XXXII
Ebora	M.P. XLIIII
Serpa	M.P. XIII
Fines	M.P. XX
Arucci	M.P. XXII
Pace Julia	M.P. XXX

Vetera Romanorum Itineraria sive Antonini Augusti. — Pag. 426. Edição de 1735.

Affirmam igualmente os mesmos escriptores, que Ossonoba[1] demorou na área hoje senhoreada pela aldeia de Estôi, e Esuri[2] na em que se dilata a cidade de Ayamonte.

Nenhum autor, dos que attestam existir Tavira sobre as ruinas de Balsa, indica porém o trajecto que seguia a estrada romana entre Ossonoba e Esuri; e faltando este importante conhecimento, não sabemos como tal conclusão se possa deduzir unicamente do *Itinerario de Antonino*.

Para que esta conclusão, emfim, podesse apresentar-se de modo, que não suscitasse duvida, seria indispensavel determinar a verdadeira situação de Ossonoba, e principalmente a de Esuri; porque o local, que esta cidade se diz ter occupado, é sobremaneira contestavel.

Segundo as observações que este anno fizemos no sitio de Milreu[3], perto de Estôi, onde ainda se patenteiam as ruinas de um famoso templo de fabrica reconhecidamente romana, e um mui notavel encadeamento de alicerces mais ou menos á flor da terra, correndo em maior força no sentido do Cabo de Santa Maria e do Rio Sêcco, outr'ora navegavel até Ossonoba[4], parece-nos que o centro desta cidade devêra antes ter sido neste sitio de Milreu, do que no logar propriamente dito de Estôi.

Todas as cartas de geographia antiga, que consultámos, re-

[1] Ossonoba ainda revela no sitio de Milreu, perto de Estôi, abundantes vestigios da sua aniquilada grandeza.

[2] Esuri dizem alguns escriptores ser a cidade sobre cujas ruinas assenta a de Ayamonte.

[3] Este sitio de Milreu está reduzido a uma quinta pertencente á casa do nosso illustre amigo o sr. Manoel José de Sarrea Tavares Garfias e Torres.

[4] Não ha muitos annos, diz a *Corographia do Algarve* de João Baptista da Silva Lopes, pagina 339, se conservavam neste templo lindas cimalhas da ordem corinthia, estando por dentro revestido de antiquissimo mosaico de pedrinhas quadradas e de côres, do tamanho de dados de jogar, e por fóra guarnecido de escadaria de quatro a cinco degraus, tambem embutida de mosaico.

presentam Esuri situada quasi á foz do Guadiana, quando Ayamonte se acha proximamente fronteira á nossa villa de Castro Marim; e a não ser que a hydrographia da costa soffresse nesta parte uma grande alteração, custa a crêr, se as ditas cartas geographicas algum credito merecem, que o povo de Esuri tivesse vivido no mesmo local em que vivem os moradores de Ayamonte.

Podem portanto levantar-se numerosas duvidas quanto á posição geographico-physica, que teriam na Lusitania, principalmente, as cidades de Balsa e Esuri; e por este motivo preciso fôra que as distancias citadas pelo itinerario romano fôssem de novo examinadas em presença destas considerações.

Não se póde admittir que a via romana seguisse exactamente a linha da moderna estrada que separa os campos de Estôi, para o lado do Rio Sêcco, do ponto da nossa margem do Guadiana fronteiro a Ayamonte; porque nesta hypothese ficaria sem autoridade o Itinerario de Antonino, que forçoso é apreciar como verdadeiro, o qual marca 16 milhas de Ossonoba a Balsa, 24 de Balsa a Esuri, e 40 de Esuri a Ossonoba, ou 10 leguas portuguezas, segundo a reducção que de uma para outra medida fazem varios escriptores [1].

[1] Fr. Bernardo de Brito diz que do monte chamado Castello de S. Gião a Vouga são 12:000 passos, os quaes se acham ao justo *nas tres leguas* que ha de uma a outra parte: logo 4:000 passos romanos parece corresponderem a uma legua portugueza antiga.

Collecç. dos princip. auctores da hist. port., livro v da *Monarchia lusitana*, pagina 11, edição de 1808.

Gaspar Barreiros diz: «E contando XXII mil passos ou XXII milhas de distancia que o dicto Antonino screve de Alcalá a Arriaca, que fazem cinco leguas & mea, etc.»

Noutro logar continua: «...de Mertola a Pax Julia XXXVI mil (passos), que sam as mesmas nove leguas que ao presente contam de Mertola a Beja, etc.»

Diz ainda a este respeito: «...quando fizeram de cinco pés um passo e de centovintecinco passos um estadio, e de oito estadios mil passos, e de mil passos uma milha, etc.... E assim mesmo os que depois que

Dureau de la Malle, na sua excellente obra intitulada *Economie politique des romains*, tomo 1.º, tabella 1.ª, diz que o *passus major* dos romanos (unidade da medida itineraria) é igual a 1^{m},481 (um metro quatrocentos oitenta e um millimetros): logo a milha romana (mil passos) perfaz 1:481 metros; e tomando 4 milhas romanas por 1 legua portugueza antiga, como fica autorisado por tres escriptores conspicuos, sempre que fallarmos aqui em legua portugueza, dever-se-ha entender que nos referimos a 4:000 passos ou 4 milhas romanas, que, reduzindo-se ao nosso moderno systema, dão em resultado 5:924 metros.

Fazendo agora applicação desta já conhecida relação entre as distancias romanas e as portuguezas, póde-se determinar que de Ossonoba a Balsa havia 23:696 metros, de Balsa a Esuri 35:544 metros, e em toda a linha 59:240 metros.

A estrada actual, que liga o sitio de Milreu ao ponto da margem do Guadiana fronteiro a Ayamonte, contando-se que de Milreu a Faro haja uns 9:000 metros, de Faro a Tavira 30:000 metros, e de Tavira ao dito ponto fronteiro a Ayamonte uns 22:000 metros, segundo as ultimas medições officiaes, dá assim uma linha de 60:000 metros, isto é, com mais 760 metros do que a que media a estrada romana.

Esta differença, quanto aos pontos extremos, é insignificante; mas já o não é igualmente a que se nota em relação ás distancias intermedias.

De Ossonoba a Balsa já sabemos que estabelece o itinerario romano 23:696 metros (16 milhas), e de Balsa a Esuri 35:544

se desacostumou esta conta de passos e milhas que os antigos usavam, *lançaram a quatro milhas uma legua*, etc.»

Corografia de alguns lugares, etc., folhas 2, 61, 61 v. e 62, edição de 1561.

Gaspar Estaço confirma «Que quatro mil passos (romanos) fazem uma legua das nossas, etc.»

Varias Antiguidades de Portugal, capitulo 87.º, edição de 1625.

metros (24 milhas); mas de Milreu a Faro e de Faro a Tavira ha 39:000 metros, e de Tavira ao ponto fronteiro a Ayamonte ha uns 22:000 metros: portanto, de Milreu (onde os maiores indicios se manifestam da existencia de Ossonoba) a Tavira (onde os geographos antigos dizem que esteve Balsa) ha a mais 15:304 metros do que designa o itinerario romano, e de Tavira ao ponto fronteiro a Ayamonte menos 13:544 metros!

Ora o itinerario romano, que relativamente á extensão total da estrada apenas differe da medida actual 760 metros, era possivel que nas distancias intermedias marcasse mais 15:304 metros do que effectivamente havia do primeiro ao segundo ponto, e 13:544 metros menos do que havia do segundo ao terceiro?!

No nosso entender procedem tão notaveis differenças de se assignalarem a Balsa e Esuri logares diversos dos que tiveram na Lusitania, e de se ignorar o trajecto da estrada que ligava estas duas cidades com a de Ossonoba.

Dirigindo-nos porém ao ponto principal do nosso assumpto, parece-nos poder-se hoje dizer que Tavira não está precisamente fundada sobre as ruinas de Balsa; e para este fim vamos em abono da verdade historica, que de modo algum deve ser prejudicada, expender as considerações que a este respeito nos occorrem, e servir-nos dos documentos de que podemos dispôr para o comprovar.

Na área em que está edificada a cidade de Tavira tem porventura apparecido algum monumento ou vestigio de obra reconhecidamente romana? Nada neste genero nos consta que em tempo algum se haja alli descoberto.

Da descripção que certos geographos e historiadores antigos deixaram ácêrca de Balsa [1], não se deprehende que a sua

[1] Vide Plin. com as notas de Hard., tomo I, liv. III, secção IV, § IV.
Mela. lib. III, cap. I.
Ptolomeo. lib. II, cap. V, tab. II.

situação fôsse rigorosamente onde se acha Tavira, como o julgaram os escriptores modernos; mas que era uma cidade litoral, fundada entre Ossonoba e Esuri.

Com isto concordâmos inteiramente, porque temos provas com que o possâmos demonstrar.

Entre o povoado de Santa Luzia, que fica proximamente a meia legua de Tavira, e a freguezia da Senhora da Luz, que dista desta cidade 6 kilometros, nota-se uma zona de terra quasi parallela á costa de SE, onde a todo o passo se estão manifestando grandes e numerosos vestigios de edificações antigas, e muitos objectos, que assás denunciam ter naquelle ou em parte daquelle campo vivido uma população romana. O sitio em que com mais frequencia e abundancia estes vestigios e objectos se patenteiam é a quinta da Torre d'Ares, pertencente ao sr. Sebastião Fernandes Estacio da Veiga, e a quinta das Antas [1], contigua áquella, de que hoje é proprietario o sr. João Luiz de Mendonça e Mello, mas que tambem pertenceu á casa dos Estacios. A primeira destas quintas está em grande parte como tomada de robustos alicerces: alli se tem descoberto casas soterradas, bellos marmores polidos, tijolos de não vulgar espessura e de diversas fórmas, fragmentos de aqueductos, grossos telhões de argilla, sepulturas com objectos proprios dos usos gentilicos, dispersos pedaços de armaduras militares, e abundantes moedas, chegando a encontrar-se perto de cinco mil, quasi todas do baixo imperio, ha pouco mais de tres annos: e no dia 24 de janeiro ultimo, tendo o sr. Sebastião Fernandes Estacio da Veiga mandado fazer uma excavação nas proximidades da bella casa desta sua quinta, descobriram-se á nossa vista cinco pedras quasi iguaes, de fórma rectangular, e outras da mesma largura e grossura, mas de metade do comprimento daquellas, contendo duas das maiores umas inscripções, que vieram sobre-

[1] No logar das Antas é que se refere ter-se travado a batalha entre os sarracenos, que senhorearam Tavira, e os cavalleiros de Santiago, de que resultou a tomada da cidade no dia 11 de junho de 1242.

tudo confirmar, como documentos de toda a authenticidade, que naquellas páragens, distantes uns seis kilometros da cidade de Tavira, hoje cultivadas e povoadas de arvoredo, existiram os famigerados balsenses.

Não será indifferente saber-se que estas pedras fôram vistas a pouca profundidade, n'um dos mais elevados sitios da mencionada quinta, mostrando-se tão bem unidas pelos topos, que, antes de serem levantadas, parecia estarem cobrindo um aqueducto, e as das inscripções tinham os letreiros voltados para o chão. As outras viu-se perfeitamente que faziam parte dos monumentos, porque no remate de algumas ainda havia signal de dous pernos de ferro chumbados, e no de outras estavam as cavidades em que elles entravam para as sustentar na posição vertical. As pedras que têem metade da extensão das maiores, afigura-se que poderiam ter servido no plano superior dos pedestaes. Não seria difficil, procedendo-se a um mais detido exame, tornar a arvorar os ditos monumentos do modo por que indicam ter sido primitivamente erigidos; e muito fôra para desejar que o cavalheiro proprietario de tão notavel quinta lhes quizesse destinar um logar de honra e os mandasse reconstruir; pois são elles dous documentos de primeira ordem para a historia, não só dos povos balsenses, como da mesma Lusitania.

Poderá talvez attribuir-se o enterramento destes monumentos, cujas pedras se encontraram dispostas n'um plano rigorosamente horisontal, e em direcção rectilinea, aos arabes que no primeiro quartel do oitavo seculo invadiram o territorio da monarquia wisigothica; poisque o mesmo se julga terem praticado com os de Ossonoba, dos quaes alguns implantaram, como ainda hoje se vê, na fortificação da cidade de Faro.

No dia 25 de janeiro deste anno, dia immediato ao do descobrimento das duas lapidas, por cuja leitura, postoque imperfeita, logo vimos qual era a sua grande importancia, fomos de novo á quinta do nosso primo e amigo, para de cada inscripção tirarmos tres fac-similes em relêvo, e assim poderem

cotejar-se, como se já fez, na occasião em que houvessem de se estudar; e a este trabalho nos acompanhou o sr. Manoel Francisco de Palma Arez, cirurgião-mór do batalhão de caçadores n.º 4, nosso illustrado e antigo amigo.

Não só a nossa incompetencia em assumptos de tal ordem, como a falta de bons livros, de que sempre se carece nestes e similhantes estudos, fizeram com que, voltando a Lisboa, fôssemos apresentar ao distincto antiquario o sr. Francisco Martins de Andrade as duas referidas inscripções, e pedir-lhe a respeito de cada uma a sua apreciação. O sr. Martins de Andrade, reconhecendo o valor desta interessante descoberta, que o acaso tinha deparado, para com ella se aclarar um ponto que sempre foi duvidoso na geographia historica da Lusitania, acceitou mui gostosamente o encargo, e poucos dias depois, n'uma conferencia que tivemos, me entregou a sua interpretação, acompanhada de varias considerações e notas, deliberando-se então que a tudo se désse publicidade.

Eis aqui portanto as duas inscripções, e em seguida a apreciação que dellas fez o sr. Martins de Andrade.

A primeira pedra tem de comprimento $1^{m},24$, de largura 52 centimetros, e de grossura 28; e a segunda $1^{m},40$ de comprimento, 60 centimetros de largura, e 32 de grossura.

T·RVTILIO·GAL·
TVSCILLIANO
Q·RVTIL·RVSTI
CINI·FIL·T·MAN
LII·MARTIALIS
NEPOTI·INHO
NOREM·EORVM
AMICI·
CVR·L·PACC·MARCI
ANOET·L·GILL·TVTO

L PACC· BASILIVS
P RVTIL ANTIGONVS
T MANV EVTYCHES
T MANL· EVTYCHIO
L MECLON CASSIVS
PVBLICIVS ALEXANDER
LAETILIANVS·BALSENSIVM

Tito. Rutilio. Galerio.
Tuscilliano
Quinti. Rutili. Rusti
cini. Filio. Titi. Man
lii. Martialis.
Nepoti. In Ho
norem. Eorum
Amici.
Curante. Lucio. Paecense. Marci
ano Et. Lucio. Gillo. Tuto

Lucius Paccensis	*Basilius*
Publius Rutilius	*Antigonus*
Titus Manubinus	*Eutyches*
Titus Manlius	*Eutychio*
Lucius Meclonius	*Cassius*
Publicius	*Alexander*
Laetilianus	*Balsensium*

«A Tito Rutilio[1] Galerio Tuscilliano, filho de Quinto Rutilio Rusticino, neto de Tito Manlio Marcial, os seus amigos balsenses[2] Lucio Paccense[3], Publio Rutilio, Tito Manubino, Tito Manlio, Lucio Meclonio[4], Publicio, Laetiliano, Basilio, Antigono, Eutyches, Eutychio, Cassio e Alexandre, erigiram este monumento, commettendo a sua construcção ao cuidado de Lucio Paccense Marciano e Lucio Gillo Tuto.»

[1] «Da *Gens* Rutilia, familia plebêa, que já figurava pelos annos 590 da edificação da cidade, fazem memoria alguns *denarios* e diversas inscripções publicadas por Grutero, Muratorio e outros; porém de Tito Rutilio, de que trata a presente, assim como dos demais individuos nella mencionados, não achâmos noticia alguma.»

[2] «Balsenses—Balsa. Mela, 3, 1; Βαδβα, Ptol.; ville de Lusitanie (cuneus) au SO d'Esuris, au SE de Ossonoba.»

[3] «Pacenses, Pax Julia, en Lusitanie, auj. Beja—de là *Pacenses*, les habitants de Pax Julia.—Freund., *Grand dict. de la langue latine.*»

[4] «Sera má leitura? Só achâmos Melchonio.»

T·MANLIO
T·F·QVIR·FAV
STINO·BALS·
MANLIA·T·F·
FAVSTINA
SOROR·FRA
TRI·PIISSIMO
IIVIR.II
D·D·
EPVLO·DATO

Tito. Manlio.
Titi. Filio. Quirini. Fau
stino. Balsensi.
Manlia. Titi. Filia.
Faustina.
Soror. Fra
tri. Piissimo.
Duumviro. Duo.
Dono. Dat.
Epulo. Dato

[1]«A seu piissimo[2] irmão Tito Manlio Faustino, balsen-

[1] «Da *Gens Manlia,* e como familia patricia muito illustre, e muito antiga, porque já em 274 da edificação da cidade figurava como consul Cneo Manlio, cognominado o Cincinnato, achâmos memoria na numaria e na lapidaria, da plebêa que desta procedeu, em Cicero, Dionysio e outros; porém dos Manlios de que trata a presente inscripção, que provavelmente eram descendentes da referida *Gens,* não podemos dizer outro tanto.»

[2] «*Piissimo,* muito piedoso, dotado de piedade: o que trata com veneração os deuses, os paes, a patria: qui agit conformément au devoir;

se[1], que por duas vezes fôra eleito duumviro[2], filho de Tito Quirino, dedica sua irmã Manlia Faustina, filha de Tito, (este monumento) dado o banquete funebre[3].»

«Tem a primeira inscripção elevada importancia: em primeiro logar porque parece contrariar, pelo sitio onde foi descoberta, as asserções dos antigos geographos Mela e Ptolomeo, que assignam aos povos balsenses, ou antes a Balsa, cidade a mais consideravel do districto da Lusitania, onde demoravam os ditos povos, a área em que hoje existe Tavira; em segundo logar porque revela a consideração que a familia Rutilia merecia, não só aos seus concidadãos balsenses, mas ainda a individuos de outras localidades, figurando entre os que concorreram para a erecção de um monumento em sua honra, um que, pela designação de *pacense*, dá a ver que era natural de outra cidade importante da Lusitania, isto é, de Pax Julia, hoje Beja; e finalmente porque consignando os nomes de dezeseis differentes personagens, que, por motivos sem duvida elevados, determinaram em commum prestar homenagem á memoria de uma familia que respeitavam, des-

particulièrement qui accomplit ses devoirs envers les dieux, et la religion en général; envers ses parents, ses proches, ses maîtres et sa patrie, etc.—Freund, *Grand dict. de la langue latine.*»

[1] «*Balsense*, vide nota [2] da inscripção antecedente.»

[2] «*Duumvir*, au sing.. première magistrature des villes municipales. On appelait duumvirs dans les colonies romaines des magistrats qui y tenaient le même rang et avaient la même autorité que les consuls à Rome. —Boinvilliers, *Dict. des ant. grecq. et rom.*.—Usavam a toga pretexta. —Magistratibus in coloniis, municipiisque prætextæ habendæ jus est; nec id ut vivi solum habebant tantum insigne, sed etiam ut cum eo crementur mortui. Liv. XXXIV. 7. Eram eleitos d'entre a corporação dos decuriões, corporação composta de dez individuos que nas cidades municipaes representavam o senado romano.—Danet, *Dict. Ant. Romanorum.*»

[3] «*Epulum*, sive *cœna funebris* erat duorum generum: una in rogo Diis manibus parabatur: altera proximioribus et amicis. Hoc proprie epulum funebre.—Pitiscus, *Lexicon Ant. Romanorum:* Pomey, *Libitina*, seu de funeribus.»

diz bastante da generalidade destes monumentos; porquanto, salvas raras excepções, nos mais acreditados collectores só os encontrâmos desta ordem consagrados á memoria dos imperadores, ou de pessoas da sua familia.

«Descoberta a segunda inscripção conjunctamente com a primeira, e no sitio onde, desde longo tempo, a cada passo se tem encontrado diversos vestigios romanos, tem uma subida importancia, não só para se avaliar o que era a nossa peninsula sob o dominio dos romanos, mas até, o que é mais para considerar, para se poderem conceber bem fundadas duvidas ácêrca da exactidão com que os geographos Mela, Ptolomeo, o Nubiense e outros que lhe seguiram os passos, escreveram e determinaram a topographia da antiga Balsa, assim como de outras cidades importantes da Lusitania, as quaes é muito para duvidar que estivessem assentadas nas localidades onde hoje existem outras, que se tem querido dar como substituindo-as.»

Fr. Vicente Salgado, no volume impresso das *Memorias Ecclesiasticas do Algarve* (capitulo IX), deixou noticia de que nas visinhanças de Tavira se descobriu uma lapida funeraria, com a seguinte inscripção:

ANN·XXXIII·

G·BLOSSIVS·SATV
RNINVS·GALERIA
NAPOLITANVS[1]·AFE
R·ARENIENSIS·INCO
LA·BALSENSIS·FILI
AE·PIENTISSMAE
H·S·E·S·T·T·L

[1] Será erro da copia? Parece dever ser NAPOLITANA.

Galerius. Blossius. Satu
rninus. Galeria. Napolitana. [1] *Afe*
r. Areniensis. Inco
la. Balsensis. Fili
ae. Pientissimae
Hic. Situs. Est. Sit. Tibi. Terra. Levis

«Galerio Blossio Saturnino e Galeria, natural de Neapolis na arenosa Barbaria, domiciliada em Balsa, consagraram este mõnumento á sua piedosa filha, que aqui está sepultada, á qual a terra seja leve[2].»

Esta inscripção, segundo parece, encontrou-se em 1783, e note-se que não foi na cidade de Tavira, mas nas suas circumvisinhanças.

Para os lados da Asseca, a uma legua da ponte de Tavira, e em outros sitios mais ou menos distantes da cidade, como nos campos de Santo Estevão, têem destacadamente apparecido algumas moedas e mesmo outros objectos romanos: mas nada disto póde induzir a crêr que a séde dos povos balsenses fôsse onde hoje existe Tavira; pois quando muito poderá significar que os habitantes antigos desta parte meridional da Lusitania, como essencialmente agricolas, sabiam tirar partido das proprias terras que ficavam a duas e mais leguas de distancia da sua cidade, ou que por aquelles pontos passaria alguma via militar.

Expendendo uma opinião inteiramente nossa, concluimos portanto dizendo, que na zona que corre quasi parallela á linha da costa maritima comprehendida entre o cabo de Santa Maria e a foz do Guadiana, no espaço limitado pelo povoado de Santa Luzia e a freguezia da Senhora da Luz, onde em grande escala estão com frequencia apparecendo despojos de

[1] Esta é a interpretação que lhe dá o sr. Martins de Andrade.

[2] Esta traducção é feita pelo sr. Martins de Andrade. O padre Salgado deu sem interpretação alguma a inscripção.

uma antiga população romana, e ultimamente se descobriram os dous monumentos em que figuram mui notavelmente os nomes de muitos balsenses, mais parece ter figurado a opulenta Balsa, do que na área occupada pela cidade de Tavira, na qual nenhum signal de edificação romana se tem averiguadamente manifestado.

Esta opinião ainda assim não contradiz o itinerario de Antonino quanto á distancia a que Balsa ficava de Ossonoba e Esuri; pois bem podia ser que entre Ossonoba (sitio do Milreu, perto de Estôi) e Balsa (campos da Torre d'Ares, Antas, etc.), estando na mesma latitude, houvesse uma estrada, que *directamente* as ligasse, medindo 4 leguas, ou 16 milhas romanas, e que do mesmo modo, segundo a directriz da estrada, hoje desconhecida, houvesse 5 leguas entre Balsa e Esuri, como approximadamente haveria, se com effeito Balsa existiu naquelles terrenos, separados 6 kilometros de Tavira na sua maior distancia.

Partindo pois do principio de que a famosa Ossonoba teria o seu centro no sitio do Milreu, em que os muros de um rico templo ainda se acham erguidos em altura de alguns metros[1],

[1] Ossonoba, outr'ora opulenta e grande cidade, está completamente arrasada. Os seus nobres edificios, habitados por um povo illustre, escondem os ultimos restos no amago da terra; os seus campos, que eram cheios de vida, são agora uma solidão melancolica, que o archeologo vae contemplar, não encontrando já nelles mais do que raros vestigios de uma grandeza extincta. Um templo a desmoronar-se é a sua mais visivel antigualha. ¿Seria elle a faustosa cathedral, de que ainda ha memoria pelo nome de sete dos prelados que a fizeram florescer desde o terceiro até quasi ao fim do setimo seculo da era christã? Ninguem o póde hoje affirmar. Quanto aos bispos de Ossonoba sabe-se apenas o seguinte:

Vicente — Viveu desde o fim do seculo III até principio do seculo IV de J. C.

Ithacio — No ultimo quartel do seculo IV.

Pedro — No anno 589.

Saturnino — No anno 633.

Exarno — No anno 666.

vamos agora examinar, se entre este ponto, Balsa e Esuri terão apparecido monumentos e tambem alguns vestigios, que denunciem nesta parte da Lusitania a directriz que com mais verosimilhança poderia ter seguido a via romana, que ligava aquellas tres cidades.

Entre os logares em que se diz terem existido Ossonoba e Balsa appareceram tres cippos e uma lapida funeraria, sobre que pedimos particular attenção, tendo-se primeiramente em vista a topographia desta parte do Algarve.

André de Rezende, no livro 4.º da sua obra *De Antiquitatibus Lusitaniæ,* fl. 184, ediç. de 1593, deixou transcripta a seguinte inscripção de um cippo, que diz haver-se encontrado na torre de Marim[1], entre Faro e Tavira.

D·M·S·
C·ANNIVS
ROMVLVS
ANNORVM
XXVIII
H·S·E·S·T·T·L·

Diis. Manibus. Sacrum
Caius. Annius
Romulus
Annorum
Viginti. Octo
Hic. Situs. Est. Sit. Tibi. Terra. Levis

Bellito—No anno 682.

Agripio—No anno 688.

Já se vê que a igreja ossonobense era anterior á dominação wisigothica, e que á invasão arabe nos primeiros annos do seculo VIII poderá ser attribuida a sua destruição.

[1] Inter Pharum, & Tavillam in turri, quam vocant Marini cippus.

Esta inscripção tambem Grutero a reproduziu, assim como fr. Vicente Salgado, na *Collecção de Monumentos Romanos Descobertos em Portugal*[1].

Com a carta corographica do Algarve á vista tome-se nota do sitio em que este cippo foi descoberto.

Da mesma *Collecção dos Monumentos Romanos Descobertos em Portugal*, feita por fr. Vicente Salgado em 1796, transcrevemos a inscripção que se segue, encontrada n'um cippo, entre Moncarapaxo e Fuzeta, pelo doutor Dymas Thaddeu de Almeida Ramos[2]:

D·M·S·
T·MANLIUS
LACON·AN
NOR·LV·
H·S·E·S·T·T·L·

Diis. Manibus. Sacrum
Titus. Manlius
Laconensis. An
norum. quinquagintaquinque
Hic. Situs. Est. Sit. Tibi. Terra. Levis

Note-se a respeito desta inscripção, não só o logar em que foi descoberta, como tambem o nome de Tito Manlio, que bem revela pertencer, como os outros Manlios que figuram n'uma das inscripções achadas na Torre d'Ares, á mui celebre fa-

[1] Livro manuscripto (existente na bibliotheca da academia real das sciencias de Lisboa, gav. 5.ª, est. 13-23), pag. 46.

[2] A este homem estudioso, que longos annos exerceu a clinica medica na cidade de Lagos, se deve a melhor analyse das famosas aguas thermaes das caldas de Monchique, escripta, segundo os conhecimentos da sciencia nos ultimos annos do passado seculo, em linguagem genuinamente portugueza.

milia Manlia, que em Roma foi fecunda em varões illustres, em consules, tribunos com o poder consular, em tribunos militares, dictadores e jurisconsultos.

Tendo-se marcado os pontos em que estes dous cippos appareceram, tenha-se agora em vista o logar occupado pelas quintas das Antas e Torre d'Ares, para em seguida se notar no sitio de Santa Luzia o terreno da fazenda do Trindade, onde foi achada uma lapida com inscripção romana, hoje possuida pelo sr. Joaquim José Judice dos Santos, residente na Mexilhoeira, um cippo com inscripção em linguagem grega, que nós possuimos[1], fragmentos de estatuas, columnas, e outros objectos antigos.

A lapida estava servindo de soleira á entrada da casa da dita fazenda, e foi em 1856 que pela primeira vez a fomos ver: o estado de deterioração em que se achava, o mau local para se poder estudar, e tanto mais a hora já adiantada da tarde em que dos seus caracteres tirámos copia, concorreram para que o nosso trabalho saisse com varias imperfeições: o sr. Judice dos Santos remetteu-nos porém uma outra copia, que é como se segue:

D·M·S·
CATURICO··VPATO··
V·X·T· AN...IIN...IIII
DIES··VIII CATVRICA
AGATEME··A MARITOBE
NEMERENTI POSVIT

bb

Parece deprehender-se desta inscripção, que Caturica..., a seu benemerito marido Caturico..., que viveu... annos...

[1] Foi nos offerecido ha nove annos pelo sr. Augusto Carlos Teixeira de Aragão.

mezes... e dias, levantou este monumento; e tambem parece que as letras b b[1], que estão sob o traço que termina a inscripção, podendo significar uma saudação aos transeuntes, indicam que esta lapida estava collocada em estrada publica, como outras com que os romanos costumavam guarnecer as orlas das suas vias de communicação.

O cippo com inscripção em linguagem grega, a que nos já referimos, foi encontrado no dito anno de 1856, na mesma fazenda do Trindade em Santa Luzia: consta elle de uma só pedra, figurando estar assente n'um pedestal com sua base, e terminando em cornija superiormente ornamentada de lavores: mede de altura 54 centimetros e 24 de largura na base: na face que fica á direita da inscripção está gravado um passaro, e na face opposta um cacho de uvas. No centro da base tem uma cavidade de fórma quadrada, que mostra ter estado embutida n'um cubo de pedra ou ferro, que devêra haver no topo do corpo inferior em que esteve erigido.

Este cippo, residindo nós na rua da Procissão n.º 8, houve a fortuna de ser visto e estudado pelo sr. Emilio Hübner; e transcrevendo aqui a sua inscripção, exporemos tambem a apreciação que lhe fez este distincto archeologo prussiano, o qual teve a condescendencia de nos deixar por escripto.

A fórma e inscripção do monumento são como adiante se verá.

[1] Bene Bene, i. e. Optime, Feliciter. — *Instituzione Antiquario — Lapidaria* in Roma 1770.

ΧΕ · ΡΕ · ΤΕ ·
ΕΥΗ ΝΟC
ΚΑΙΑΝΤΙΟΧΕΙC
ΙΔΩΤΕΚΝ ω
ΤΑΤΙΑΝ ω
ΓΛΥΚΙΤΑΤ ω
ΖΗCΑΝΤΙ
ΕΝΙΑΥΤΟΝ
ΚΑΙΗΜΕΡΑ CK̄
ΜΝΗΜΗC Ι
ΧΑΡΕΙΝ
ΧΕ ΡΕ ΤΕ
ΑΥΤΑ

«A inscripção sepulchral, diz o sr. Emilio Kübner, encontrada em 1856 na chamada fazenda do Trindade, no sitio de Santa Luzia, a ½ legua da cidade de Tavira, é, quanto a mim, a primeira escripta em linguagem grega que até agora se tem achado no territorio portuguez.

«Em caracteres vulgares gregos diz assim:

«χερετε· Εὐρ͂νος καὶ Ἀντιοχεὶς ἰδίω τένω Τατιάνω γλυκυτάτω, ζρσαντι ἐνιαυτὸν καὶ ῥυερας Κ.., υνῥυγς χάρειν. χέρετε..../ντα.

«O grego mostra algumas particularidades orthographicas, proprias da baixa origem dos que o escreveram, da provincia tão distante da patria daquelle nobre idioma, e da epoca a que o monumento pertence. Esta me parece ser, segundo o caracter das letras, a segunda metade do primeiro seculo da nossa era christã, ou a dos Antoninos. Em logar de χερετε em bom grego se deve escrever χαίρετε: na pronunciação ha pouca differença entre as duas fórmas. Do mesmo modo em logar de Ἀντιοχεὶς γ κάρειν com mais propriedade se escreve Ἀντιοχέϛ χάρεν; entretanto a pronunciação tambem neste caso, entre *ei* dipthongo e o *i*, offerecem uma differença apenas sensivel. A traducção, pois, da inscripção ha de ser a seguinte:

«Saude aos que passam. Evéno e Antiochis (nome do pae e da mãe) erigiram este monumento á memoria de seu proprio e mui querido filho Taciano, que viveu um anno e vinte... dias. Saude aos que passam...»

«O numero de dias que o menino viveu mais do que um anno, está defeituoso na pedra: não importa saber quantos eram. Confesso não entender o sentido das letras obstruidas na ultima linha: ellas continham talvez uma outra fórma piedosa, similhante á de χαίρετε. Como os sepulchros antigos quasi sempre se collocavam ao lado dos caminhos publicos, era costume dirigir-se nos epitaphios aos que passavam. O nome do menino, Taciano (Tatianus), que é puramente latino, demonstra que o monumento pertence á epoca romana: seus paes, cujôs nomes são gregos, talvez tivessem sido escravos, ou li-

bertos de um rico senhor romano, que os trouxesse da Grecia ou da Asia.

«Os symbolos, que se acham esculpidos aos lados da ara sepulchral, um passaro e um cacho de uvas, alludirão porventura um á idade infantil, como acommodado aos brinquedos proprios do menino sepultado, e o outro á riqueza de seus paes e da comarca em que viviam, na cultura de vinhas[1].

«Lisboa, 26 de maio de 1861.=*Emilio Hübner.*»

Este monumento é notavel, não só pela sua antiguidade, avaliada em mais de dezesete seculos, como por ser o unico em linguagem grega que parece ter sido descoberto em Portugal; e para o nosso assumpto tem o grande valor de mostrar que estava collocado em estrada publica; pois assim o deixa deprehender a saudação aos transeuntes com que principia e termina a sua inscripção.

É assás conhecido o costume que tinham os romanos de collocar varios monumentos nas estradas: eram estas pela maior parte referidas em distancia á columna aurea, *Miliarium Aureum* ou *Umbilicus Urbis,* que na maior praça de Roma, junto do Coliseo, servia de ponto de partida para as vias militares, que discorriam desde as extremas raias do occidente da Europa, onde a Lusitania tinha a sua séde, até alem da Babylonia oriental, e desde a Escocia até os territorios de Africa. Estas estradas, calçadas no centro de pedra a que chamavam *silice,* e nas orlas de outra denominada *glarea,* eram geralmente divididas de 1:000 a 1:000 passos romanos[2]

[1] «Εὔ-ηνος, Evéno, o nome do pae, não é dos mui vulgares, e significa quasi o mesmo que *o benevolo, o amavel.* Ἀντιοκὶς é propriamente um adjectivo geographico, formado de uma das differentes povoações com o nome de Ἀντιοκεία, ou Antiochia, que existiam na Asia. Mas não se ha de concluir isto com segurança, que a mãe era effectivamente natural de uma das Antiochias; póde ter sido sómente um simples appellido.»

[2] Rezende, no liv. II das *Antiguidades da Lusitania,* pag. 189, reproduz varias inscripções abertas em lapidas e columnas, collocadas de mil em mil passos na estrada romana entre Almeirim e Alpiarça.

por columnas, de que o viajante deduzia a extensão de caminho que havia percorrido e o que lhe faltava para chegar ao ponto do seu destino, havendo entre estes grandes marcos, não só poiaes para de sobre elles se montar a cavallo, como tambem lapidas e cippos funerarios.

Recapitulando agora o que fica dito ácêrca do cippo da torre de Marim, do que foi achado entre Moncarapaxo e Fuzeta, e do que contém a inscripção grega, descoberta na fazenda do Trindade, em Santa Luzia, bem como da lapida que na casa desta propriedade estava servindo de soleira, poder-se-ha suppôr, que uma linha partindo de Milreu e tocando em todos estes pontos poderia talvez indicar a directriz da estrada romana entre Ossonoba e Balsa, havendo tanto mais nestes dous ultimos monumentos o signal de saudação aos transeuntes, por cujo motivo revelam ter existido em estrada publica.

Mas se a cidade de Balsa, mostrando ter occupado pelo menos os terrenos da Torre d'Ares e os das Antas, não alongava as suas edificações até Santa Luzia, não repugnará porventura julgar-se, tendo-se em vista as saudações dos ditos dous monumentos, que a estrada de Balsa para Esuri por alli poderia passar.

Apesar de alguns autores antigos encarecerem a grandeza de Balsa, não parece ainda assim verosimil que esta cidade corresse sobre uma zona de mais de 3 kilometros, como ha entre a Torre d'Ares e Santa Luzia; e por isso o que com mais probabilidade se póde julgar, é que este sitio fôsse antes cultivado e povoado por colonos dependentes da jurisdicção balsense, e que entre elle e Balsa passasse uma estrada. Se esta estrada, admittindo que tivesse existido, seria a que ligava Balsa com Esuri, é outro ponto de duvida, de mui difficil solução.

Nos campos de Santo Estevão, que demoram ao norte da freguezia da Luz e nos da Asseca a 1 legua de Tavira, bem como no sitio do Castello, que fica entre a Ribeira de Gafa e Santa Rita, e nos terrenos proximos de Cacella, onde se tem

encontrado moedas romanas, alicerces, fragmentos de estatuas e outros objectos, houve de certo ou colonias agricolas, ou passagem de estrada; porque todos estes vestigios não iriam apparecer ao mesmo tempo em quatro pontos, pelos quaes fazendo passar uma linha, que, prolongada até á margem do Guadiana, poderia ir ter á fronteira de Esuri, quer esta cidade estivesse no logar de Ayamonte, ou mais para a foz do rio.

Tudo isto porém não passa de uma ousada presumpção, pórque com certeza nada se sabe relativamente ao trajecto da via romana, que existiu, segundo o itinerario de Antonino, entre Ossonoba, Balsa e Esuri, e por isso, pois, não é possivel pôr em descoberto o que tão occulto jaz nas trevas de remotos seculos.

Pondo porém de parte todas estas conjecturas ácêrca da estrada romana entre aquellas tres famosas e mui celebres cidades da Lusitania, insistiremos comtudo, emquanto melhores provas não fôrem apresentadas, em admittir como mais provavel a existencia dos povos balsenses nos terrenos da Torre d'Ares e n'outros que lhes são contiguos, do que na área em que a nobre e bella cidade de Tavira ainda ostenta um circuito de muralhas mouriscas.

Pessoas mais competentes, estudando com maior penetração este importante assumpto, poderão talvez um dia esclarecel-o de modo que ponham termo a todas as duvidas, e á hesitação com que á falta de caminho conhecido e seguro se viaja muitas vezes pelas mais ignotas e arriscadas veredas.

FIM

LEITURAS POPULARES

SEMANARIO RELIGIOSO E INSTRUCTIVO

CREADO NO 1.º DE OUTUBRO DE 1861

ANNOS ANTERIORES

(Brochados)

		PORTUGAL	BRAZIL
Cada volume brochado (franco de porte)	réis	$500	$700
Dez volumes brochados, idem	»	4$500	6$200
Cem volumes brochados, idem	»	40$000	57$000

ANNOS CORRENTES

(Ás folhas)

Uma assignatura de 52 numeros com capa e taboa de materias, custa (moeda forte e porte franco)	»	$350	$550
Dez assignaturas (com direito a receber 12) custam (moeda forte e porte franco)	»	3$000	4$700
Cem assignaturas (com direito a receber 120) custam (moeda forte e porte franco)	»	29$000	46$000

N. B. — Remettem-se em cada mez 4 numeros; e em qualquer epocha do anno, em que se abra a assignatura, recebem-se todos os numeros já publicados. Cada numero forma 8 paginas.

O pagamento deve ser adiantado, em estampilhas ou vales do correio, dirigidos ao sr. H. Guillon, ou Luiz B. de C. Pacheco, rua nova de El-Rei (Capellistas) n.º 82, Lisboa, onde se assigna e para onde deve ser dirigida toda a correspondencia.

Todas as reclamações, e pedidos de assignaturas ou de volumes, que forem dirigidos ao sr. Luiz B. de C. Pacheco, *rua dos Capellistas, n.º* 82, 1.º *andar, Lisboa,* serão promptamente satisfeitos pelo correio.

GIBRALTAR E OLIVENÇA

APONTAMENTOS

PARA A HISTORIA DA USURPAÇÃO DESTAS DUAS PRAÇAS

COORDENADOS

POR

S. P. M. Estacio da Veiga

LISBOA
TYPOGRAPHIA DA NAÇÃO
Rua da Encarnação—20

1863

GIBRALTAR E OLIVENÇA

APONTAMENTOS

PARA A HISTORIA DA USURPAÇÃO DESTAS DUAS PRAÇAS

COORDENADOS

POR

S. P. M. Estacio da Veiga

LISBOA
TYPOGRAPHIA DA NAÇÃO
Rua da Encarnação—20

1863

AO PUBLICO

Um sentimento patriotico, unicamente, me suscitou a idéa de colligir algumas noticias historicas ácêrca da nossa querida Olivença, que a nação hispanhola senhorêa, ha feitos sessenta e um annos, contra todos os principios de direito e de justiça.

Longe de mim, porém, o pensamento de com isto pretender de algum modo menoscabar essa nobre nação, que verdadeiramente admiro e respeito, quer apreciando sua passada grandeza, quer sua civilisação presente contemplando.

Assim como tenho sempre pugnado na imprensa pela independencia da terra portugueza todas as vezes que algum rumor de iberismo se tem manifestado, do mesmo modo, apesar dos meus mingoados recursos, começo hoje a combater por uma causa de alto interesse e pundonor para a nossa patria, esperando ser ajudado neste empenho por todos os portuguezes dignos ainda deste honrado nome.

A todos pois me dirijo, porque no coração de todos desejo reverdecer este sentimento, que é força alimentar e fortalecer até vêl-o florir e fructificar.

*

Para que se me não possa attribuir algum reservado intento nesta iniciativa que tomo relativamente á manifestação do direito da corôa portugueza á praça de Olivença, vou em seguida transcrever um protesto, a que ha perto de dois annos dei publicidade, a fim de que se fique sabendo qual tem sido a respeito de questões patrioticas o meu constante voto.

PORTUGAL

Terra da minha patria, minha triste e desolada patria! Terra do meu amor e das minhas saudades! Porque te amo eu tanto? Porque vivas tenho em ti as minhas crenças, as minhas affeições, e as minhas esperanças?

É porque os meus olhos abrindo-se á luz do mundo aprenderam logo a embeber-se nos teus enlevos; porque o teu ar benefico, perfumando-se da fragrancia das tuas flores, foi o primeiro alimento da minha vida; porque as tuas sanctas e cristalinas aguas, saciando a minha primeira sêde, me regeneraram perante o céu e a terra!

Amo-te, oh patria! porque em ti, cercado sempre dos teus agrados, impressionado sempre das tuas bellezas, cresceu o meu corpo e cresceu ainda mais a minha alma; porque em ti logrei alegremente os primeiros brinquedos infantís e as primeiras sensações suaves da innocencia; porque em face das tuas frondosas florestas, das

tuas verdejantes campinas, dos teus floridos jardins, senti alvorecer e medrar todas as paixões sublimes da juventude!

Amo-te, porque nas tuas escholas aprendi a pagar o que te devo como teu filho; porque na minha familia vejo exemplificados os meus deveres de honra para comtigo; pois olhando para os seculos passados e para o presente acho meus avós, óra sulcando os mares e nelles subjugando teus inimigos, óra restaurando em terra a tua liberdade!

E como podia eu amar outra terra e outros céus?

Como podia eu ver nas ameias das tuas nobres cidades e villas arvorar um estandarte differente do que tremulou triumphante nas mais apartadas regiões do Universo?

Como podia eu ouvir, nos actos publicos e solemnes, outro que não fôsse o teu rico e poetico idioma; idioma, em que está escripta com lettras de oiro a historia dos teus grandes feitos nas luctas da independencia, das tuas tão longinquas descobertas, e das tuas conquistas no continente e em todo o mundo; idioma, em que o maior cantor das grandezas patrias immortalisou o teu nome ante as gerações vindouras?

Como podia eu olvidar tuas acções famosas, substituir por outros teus singelos costumes, e trocar tua dôce liberdade pelas amarguras de uma já experimentada servidão?

Como podia eu ver assombrar com estranhos emblemas os escudos e castellos do teu brazão;

brazão, que se mostrou victorioso desde o berço da aurora até o tumulo do sol, e desde um pólo a outro pólo: brazão, que, só em dois reinados, fez teus tributarios mais de trinta reinos, que se implantou em mais de quatrocentas praças presidiadas, que affrontou todos os mares, que se deixou assignalado na Africa, na Asia, na America e na Oceania; que avassallou a Ethiopia, a Arabia, a Persia, a India, a China e as ilhas do Oceano, chegando a todas as paragens onde havia gloria para augmentar o teu esplendor; brazão, que tantas vezes corôou tropheus nas planicies do Alemtejo, nos valles d'entre Douro e Minho, nas serranias de Traz-os-Montes, e nas montanhas da Beira; brazão tão celebre em Aljubarrota, em Valverde, em Atoleiros, no Montijo, nas linhas de Elvas, no Ameixial, em Montes Claros, em Castello Rodrigo, em tantas partes, em fim, onde as liberdades portuguezas fôram disputadas á Hispanha a peito descoberto?

Como podia eu ver-te captiva dos teus maiores inimigos, ou submissa a uma monarchia, que ataca as tuas immunidades desde o dia do teu primeiro triumpho?

Como podia eu ver apagar o teu egregio nome do catálogo das nações?

Como podia eu ver-te desauctorada para sempre dos titulos da tua augusta realeza?

Como podia eu, finalmente, ver senhoreada por estrangeiros uma terra, que é berço e sepultura dé meu pae, de meus evós, de meus parentes, de meus amigos, e de todos aquelles in-

trepidos portuguezes, que souberam por seu esforço e valor enriquecer o teu diadema de princeza dos mares com o oiro da Africa conquistada, com as perolas do perfumado Oriente, com os diamantes da virginal America, e com os loiros dos dois mundos conhecidos?

Terra da minha patria, o teu seio é um sacrario de reliquias venerandas, a tua historia um codigo de tradições gloriosas!

Herdeiro do teu nome sem rival — portuguez pelo nascimento, pela familia, pela educação, pelas affeições, pelas lembranças do passado, pela fé no futuro,—como te não heide eu amar?

A ti, pois, todos os meus cultos de gratidão!

A ti o meu braço para te defender, e a minha voz para te exaltar!

GIBRALTAR E OLIVENÇA

APONTAMENTOS PARA A HISTORIA DA USURPAÇÃO DESTAS DUAS PRAÇAS

Muitas vozes auctorisadas se levantam ao presente na nobre terra de Hispanha, constituindo um brado patriotico ácêrca do direito, que tem a corôa castelhana á possessão da praça de Gibraltar, illegitimamente senhoreada desde 1704 pela soberba Gran-Bretanha.

Esta já tão antiga questão, que innumeras vezes se tem suscitado e dabatido, sendo de ha pouco rejuvenescida pela imprensa ingleza, fez com que distinctos escriptores hispanhoes, verdadeiramente votados pelo espirito e pelo coração a servir e honrar a sua illustre patria, se apresentassem agora com assás justificado empenho, reclamando justiça para essa causa até hoje mallograda e opprimida, não pela força do direito, mas pelo *direito* da força.

A famosa Gibraltar, Geb-al-Tarik, (Monte de Tarik), outr'ora assim denominada, por ter sido alli que Tarik reuniu o poderoso exercito com que nas margens do Guadalete venceu o ultimo rei dos godos, pertence á monarchia hispanhola desde o anno de 1309, em que D. Fernando IV, conquistando-a aos dominadores arabes, a mandou fortificar e povoar.

Perdida depois, foi reconquistada em 1462 por D. João Alonso de Gusman, duque de Medina Sidonia, em nome de D. Henrique IV, que della se ficou intitulando rei, bem como seus successores.

Acommettida e saqueada em 1540 por dois mil turcos subjeitos a Hazen Haga, vice-rei de Argel, D. Bernardino de Mendonça, capitaneando quatorze naves, os foi esperar em Velez de la Gomera, e lá mesmo os venceu em honrosa batalha.

Isto é o que affirmam os mais conspicuos historiadores do reino visinho, como Garibay, o arcebispo D. Rodrigo, Florian de Ocampo, Aldarete, e outros muitos, que demasiado fôra citar.

Com o testimunho pois da historia, a praça de Gibraltar (e todos seus territorios adjacentes) pertenceu por direito de conquista á nação hispanhola desde o anno de 1309 até o de 1704, em que a bandeira da Gran-Bretanha foi traiçoeiramente hasteada em seus baluartes.

Fallecido em 1700 o rei D. Carlos II, a quem

o de Portugal, D. Pedro II muito havia auxiliado na defesa das praças de Orão e Ceuta, em virtude da paz e amisade firmadas entre as duas monarchias da peninsula, dois successores á corôa de Hispanha se apresentaram a um tempo, Carlos archiduque de Austria, e Philippe duque d'Anjou: cada um destes principes originou um armipotente partido na Europa. Portugal, Allemanha, Inglaterra e Hollanda se pozeram em campo de alliança pelo primeiro; Hispanha e França pelo segundo, que era neto de Luiz XIV, e chamado á successão por testamento do rei catholico.

Carlos archiduque de Austria chegou a Lisboa a 7 de março de 1704, e no dia 28 do mesmo mez deixou a côrte, sendo acompanhado até á praça de Almeida pelo monarcha portuguez, a cujo cargo coube levantar um exercito auxiliar de doze mil infantes e trez mil cavallos, e á custa das nações alliadas mais treze mil homens.

Começou então a guerra em todo seu vigor.

Tendo o general francez duque de Bervio, na qualidade de commandante das tropas das duas nações protectoras de Philippe d'Anjou, impedido ás forças portuguezas, commandadas pelo marquez das Minas e pelo conde de Golwai, a passagem do rio Agueda, tiveram os dois monarchas de voltar para Lisboa, afim de se prepararem com mais forte poder para recomeçar a guerra.

No dia 1 de agosto de 1704 chegou ás aguas da bahia de Gibraltar uma poderosa armada, composta de navios inglezes e hollandezes, e no mesmo dia desembarcaram tres mil homens ás ordens de principe Jorge de Darmstadt, portador de uma proclamação de D. Carlos III, assignada em Lisboa a 5 de maio do mesmo anno, em que convidava os habitantes da praça a acclamal-o rei de Hispanha como successor de seu tio D. Carlos II.

Grande foi a resistencia dos sitiados, não obstante o seu mingoado numero; mas não podendo sustentar-se por mais tempo, o governador da praça, D. Diogo de Salinas, teve de capitular, e saír.

Senhor de Gibraltar como representante da auctoridade de D. Carlos III, mandou o principe Jorge de Darmstadt arvorar nas fortalezas a bandeira austriaca.

Foi nesta conjunctura que o commandante das forças navaes inglezas, o almirante Rooke, derribando a bandeira do principe que se achava servindo, determinou que fôsse hasteada a de Inglaterra, e deste insolito modo tomou posse da praça em nome da rainha Anna, successora de Guilherme III.

Esta rainha, ficando assim com a posse de Gibraltar, declarou depois guerra a Luiz XIV de França sob differentes pretextos, sendo o mais notavel o ter elle pretendido tomar conta de consideravel parte dos dominios de Hispanha!..

Narrado pois o facto da occupação de Gibral-

tar pelas armas inglezas, vê-se á luz da historia, que a famosa praça foi conquistada ao partido hispanhol, que tinha á sua frente o neto de Luiz XIV, pelo principe Jorge de Darmstadt em nome de D. Carlos III, por quem pelejava no theatro da guerra, do mesmo modo que o traidor almirante Rooke.

Portanto, a perfidia do almirante inglez nenhum direito deu nem dá á Inglaterra para possuir como conquista a praça de Gibraltar, que sómente pertence á nação hispanhola.

Um unico titulo apparente de justa possessão póde a Inglaterra exhibir; mas a legitimidade desse titulo corre parelhas com o da conquista feita pelo almirante Rooke.

Allega a poderosa Gran-Bretanha, que a praça de Gibraltar lhe pertence pela formal cedencia que della lhe fez D. Philippe V pelo artigo 10.° do tratado de Utrecht.

Ha porém circumstancias, qual dellas mais ponderosa, que annullam nesta parte o dito tratado.

A questão da successão á corôa de Hispanha trazia em guerra seis poderosas nações desde a morte do ultimo representante da casa de Austria, e o estado de paz era reclamado por todos os interesses da Europa.

D. Philippe V foi então compellido, contra sua manifesta vontade, a assignar um tratado, pelo qual ficava pertencendo á Inglaterra a posse de Gibraltar.

A grande luta, que se deu antes e depois da

assignatura de um tal tratado, denuncia sufficientemente que houve violencia empregada contra o rei hispanhol, e que este teve de ceder á força o que nunca podér cedera por livre vontade, ou por conveniencia nacional.

Havendo sobejas razões para se demonstrar em como D. Philippe V foi compellido a assignar o tratado da cedencia de Gibraltar á Inglaterra, é evidentemente nullo este tratado; a não ser que a Inglaterra perante a jurisprudencia européa possa mostrar como legal a existencia dos contratos forçados entre as nações.

Além da referida nullidade deste tratado dá-se outra, que a Hispanha nunca deixou de allegar, e é a falta de cumprimento, por parte da corôa britannica, das condições com que o rei hispanhol lhe cedeu forçadamente a praça de Gibraltar.

Portanto, tendo presidido a violencia á celebração do tratado de Utrecht, e faltando uma das altas partes contratantes ás suas obrigatorias condições, o tratado não subsiste de direito.

Não sendo pois legitimada a posse de Gibraltar pela Inglaterra, nem pelo direito de conquista, nem por virtude do referido tratado, unicos titulos que aquella nação em seu favor allega, a praça de Gibraltar pertence á nobre nação hispanhola.

Mui judiciosamente, portanto, andam neste empenho patriotico os dignos escriptores hispanhoes que reclamam á Inglaterra a restituição de Gibraltar.

Seja-me porém agora permittido, visto-que os homens mais illustrados e rectos da briosa Hispanha parece quererem alentar o sagrado pensamento da restituição do alheio, que eu a respeito de uma quasi egual questão levante a minha humilde voz, como em obediencia dos deveres que contraí para com a terra da minha patria.

Parecendo-me ter demonstrado o direito da corôa hispanhola á praça de Gibraltar, provarei agora que egual direito cabe a Portugal com relação á praça de Olivença, seu territorio, e povos desde o Guadiana.

Quando a republica franceza pretendeu legitimar perante a jurisprudencia da contristada Europa o direito da usurpação, invadindo reinos, derrubando sceptros, incendiando cidades, saqueando povos, profanando templos, e guilhotinando innocentes, a peninsula hispanica, dividida em duas altivas monarchias, não obstante a convenção provisional de Madrid de 15 de julho de 1793, convenção de amisade e mutua alliança celebrada entre a rainha portugueza D. Maria I e o rei hispanhol D. Carlos IV contra a França, vendo assomar o rosto dos inimigos da paz sobre a barreira dos Pyreneus, vacilou e tremeu.

Portugal enviou á Hispanha, já então atacada e invadida pela Catalunha, Aragão e Biscaia, um famoso exercito auxiliar, composto de sete bravos regimentos, o qual foi desembarcar no porto e praça de Rossas, tendo largado das aguas do

Tejo em 20 de setembro do tenebroso anno de 1793.

Os brilhantes serviços, que nessa chamada campanha do Roussillon prestaram á desolada Hispanha as valentes armas portuguezas, refere-os bem alto a historia, conhecem-nos todas as nações da Europa, e com especialidade a França, a quem, passados vinte e um mezes de vigoroso combate, os nossos soldados tomaram Belver, Puig-Cerda, e a Cerdenha.

Mas a Hispanha, dominada sempre da fatal ambição de engastar na sua corôa as perolas e os diamantes da corôa portugueza, de todo o beneficio recebido se esqueceu em breve tempo, e ligada com a mesma republica, que pouco antes havia derramado o sangue de seus briosos filhos, invadiu a terra de Affonso Henriques em 20 de maio de 1801 com vinte e cinco mil homens commandados por D. Manuel Godoi, atacando com o seu invasor exercito as nossas praças de Elvas, Olivença, Juromenha, Campo Maior, e outras.

Com excepção de Elvas, que o valente tenente general D. Francisco Xavier de Noronha defendeu, e do Algarve, que o seu povo sempre guerreiro soube tambem defender com inimitavel galhardia, todas as mais praças atacadas tiveram de ceder ao furor fratricida das armas castelhanas.

Portugal, o amigo desvelado, o protector generoso da Hispanha, não podendo já repellir os invasores, e compellido por duas nações pode-

rosas, assigna forçadamente o indigno *tratado de Badajoz de 6 de junho de 1801*, pelo qual a Hispanha, contra todos os direitos constituidos, se arrogou o senhorio da portugueza praça de Olivença, seu territorio, e povos desde o Guadiana.

Nós outros portuguezes, com relação a Olivença, estamos portanto n'uma perfeita analogia de circumstancias com os hispanhoes a respeito da praça de Gibraltar.

Olivença, essa terra de heroes, que de portugueza sempre ostentou os fóros e os brios desde o dia 12 de setembro de 1297 em que foi assignado o tratado de Alcanices, pelo qual ficou pertencendo a Portugal em troca de Aracena e Aroche,[1] não é hoje uma conquista de Castella, mas uma sua escrava.

Todos quantos padrões a ennobrecem estão sellados com as victoriosas quinas de Campo de Ourique.

Fôram mãos portuguezas que alli ergueram mais triumphantemente o santo symbolo da redempção, quando meia Hispanha jazia ainda de-

---

(1) Aracena, Aroche, e Olivença, no ultimo quartel do XIII seculo eram tres insignificantes povoações, sendo as duas primeiras conquistadas por portuguezes. Em virtude do *Tratado de Alcanices* de 12 de setembro de 1297, celebrado entre as duas monarchais da peninsula, ficou Olivença pertencendo a Portugal, e Aracena e Aroche á Hispanha. (Vidè este tratado).

baixo do jugo do alfange mourisco; fôram mãos portuguezas que em 1306 levantaram seu soberbo castello; fôram mãos portuguezas que em meio desse castello erigiram uma famosa torre; fôram mãos portuguezas que esse castello e essa torre cingiram com duas ordens de muralhas; fôram mãos portuguezas que edificaram suas fontes monumentaes, suas vivendas, e publicos logradoiros; fôram mãos portuguezas que a communicaram com a altiva cidade de Elvas, lançando nos primeiros annos do XVI seculo uma ponte magestosa com uma grande torre no centro sobre o rio Guadiana, que a egual distancia de uma e outra terra leva sua tranquilla corrente a misturar-se com as aguas do Oceano; foi um monarcha portuguez que dôou ao mestrado de Aviz o padroado de Santa Maria de Olivença; foi outro rei portuguez que deu a nobre villa em condado a um dos seus mais valentes defensores; fôram portuguezes que em 20 de julho de 1641 repelliram o assalto de um exercito castelhano composto de dois mil cavalleiros e oito mil infantes; que em 17 de setembro do mesmo anno rechaçaram outro assalto mais vigoroso ainda; que dez dias depois defenderam suas muralhas com animo galhardo contra nova investida, e que em outros muitos conflictos, já nas trincheiras, já nas margens do Guadiana, já sobre a propria ponte, souberam brandir armas, pondo sempre em descoberto o patriotismo do seu coração. E este nobre sentimento deixaram-no assás significado os moradores dessa praça durante a servi-

dão que n'um dia de inexplicavel fortuna para as armas de Castella lhe foi imposta pelo duque de S. German, os quaes, desterrando-se todos voluntariamente, não voltaram ao gazalhado dos seus lares emquanto não viram tremular a bandeira branca na famosa torre de D. João II de Portugal.

As tristes represalias tomadas pelo offendido povo de Olivença contra os castelhanos mais visinhos, nos ultimos dois mezes do anno de 1641, mostram bem manifestamente, que um tal povo não póde jamais conciliar-se com extrangeiras dominações, e que, não estando ainda extincta a raça desses heroes de outros tempos, sómente anceia hoje pelo dia em que no horisonte das suas esperanças deve raiar a aurora da liberdade.

Não tendo a corôa portugueza dado causa ao rompimento da *Convenção de Madrid de 15 de julho de 1795*, que firmava a amisade e mutua alliança que devêra haver entre as duas monarchias da peninsula, D. Carlos IV fazendo tratados secretos com a republica franceza para a occupação de Portugal, e tomando á força de armas a praça de Olivença, não foi menos traidor para com o principe regente D. João, do que foi o almirante Rooke para com D. Carlos III, tomando a praça de Gibraltar em nome da rainha Anna de Inglaterra.

A declaração de guerra feita pela Hispanha a Portugal em 28 de fevereiro de 1801 não absolve a traição com que a mesma Hispanha

celebrou com a republica franceza em 29 de janeiro antecedente o já citado tratado para a occupação da terra portugueza.

Se uma traição no entender da Hispanha não constitue direito de conquista, é evidente que Olivença não foi conquistada, e sim usurpada a Portugal.

Mas a Hispanha de hoje não admitte o *direito da usurpação* proclamado pela eschola da republica franceza, e reclamando á Inglaterra a praça de Gibraltar, cumpre-lhe primeiro que tudo restituir a de Olivença a Portugal, porque só com este facto póde legalisar a theoria do seu direito.

Isto, pois, pelo que toca á questão de usurpação.

Pelo que respeita a tratados e convenções, nada subsiste com fóros legaes, porque tudo está solemnemente annullado, e como tal reconhecido pela Europa inteira.

O unico titulo com que a Hispanha poderia querer mostrar á primeira vista a legitimidade da posse em que está da portugueza praça de Olivença e seus territorios contiguos, seria o artigo terceiro do mencionado tratado de paz, forçadamente celebrado em Badajoz em 6 de junho de 1801, o qual diz assim:

«Sua Magestade Catholica restituirá a Sua «Alteza Real as praças e povoações de Jurume-«nha, Arronches, Portalegre, Castello de Vide, «Barbacena, Campo-Maior, e Ouguella, com to-«dos os seus territorios até agora conquistados

«pelas suas armas, ou que se possam vir a con-«quistar; e toda a artilheria, espingardas e «quaesquer outras munições de guerra que se «achassem nas sobreditas praças, cidades, villas «e logares, serão egualmente restituidas, segun-«do o estado em que estavam no tempo em «que fôram rendidas; e Sua dita Magestade con-«servará em qualidade de conquista para a unir «perpetuamente aos seus dominios e vassallos, a «praça de Olivença, seu territorio e povos desde «o Guadiana; de sorte que este rio seja o limite dos «respectivos reinos, naquella parte que uni-«camente toca ao sobredito territorio de Oli-«vença.»

Pelo preambulo deste tratado se conhece que trez eram as potencias belligerantes, a Hispanha, a França, e Portugal, e dois os tratados celebrados em Badajoz no mesmo anno e dia, um entre Portugal e Hispanha, e o outro entre Portugal e França, e as seguintes palavras o attestam:

«Havendo-se concordado entre si os plenipo-«tenciarios das potencias belligerantes, (Luiz «Pinto de Sousa Coutinho, o principe de la Paz, «e Luciano Bonaparte) convieram em formar «dois tratados, sem que na parte essencial seja «mais do que um, pois que a garantia é reci-«proca, *e não haverá validade* em algum dos «dois, quando venha a verificar-se a infracção «em qualquer dos artigos que nelles se expres-«sam.»

Ora, o artigo VIII do dito tratado celebra-

do com a França, para não deixar duvida alguma ácêrca da reciprocidade determinada no preambulo do que ao mesmo tempo se celebrára entre Portugal e Hispanha, diz, referindo-se a elle:

«Toda a infracção daquelle tratado será con-«siderada pelo primeiro consul como uma in-«fracção do tratado actual.»

Dependendo absolutamente a validade do tratado de Badajoz(pelo qual D. Carlos IV se arrogou a posse de Olivença) da inteira observancia delle, bem como da do celebrado no mesmo dia entre Portugal e a França, prova-se immediatamente a invalidade de um e outro, visto ter-se verificado a infracção, não só n'um, mas em quasi todos os artigos de ambos.

Para o demonstrar não é preciso mais do que recorrer a uma parte logo do artigo 1.º do tratado entre Portugal e a França, em que se estabelece como obrigação reciproca o haver paz, amisade, boa intelligencia entre a monarchia portugueza e o povo francez, cessação das hostilidades, restituição das presas que houvessem sido feitas de parte a parte, e o restabelecimento das relações politicas entre as duas potencias no mesmo pé que antes da guerra.

Nenhuma destas condições foi observada, e portanto ficaram nullos e de nenhum effeito os dois tratados de paz assignados em Badajoz em 1 de junho de 1801.

Ficando assim nullo e de nenhum effeito o tratado entre Portugal e Hispanha, com que direi-

to conserva a corôa hispanhola a praça de Olivença com seus territorios annexos, que não a restitue ao reino de Portugal?

Se a falta de cumprimento de condições, e outras muitas circumstancias que estão ao alcance de todas as intelligencias, não fôssem porventura sufficientes para annullar os tratados de Badajoz de 1 de junho de 1801, lá estava o *Manifesto do principe regente D. João*, publicado no Rio de Janeiro em 1 de maio de 1808, o qual diz:

«Sua Alteza Real declara nullos e de ne«nhum vigor todos os tratados, que o impera«dor dos francezes *o compelliu a concluir, e par«ticularmente os de Badajoz e de Madrid de «1801, e o de Neutralidade de 1804*; pois elle «os tem violado e jámais os respeitou.»

O artigo addicional (n.º 3) ao tratado de Paris de 30 de maio de 1814, celebrado entre Portugal e França, e confirmado pelo artigo XI do tratado de 28 de agosto de 1817, diz:

«Com quanto os tratados, convenções e ac«tos concluidos entre as duas potencias (Por«tugal e França) anteriormente á guerra *es«tejam annullados de facto pelo estado de guer«ra*, as altas partes contratantes julgaram não «obstante conveniente declarar outra vez ex«pressamente que os ditos tratados assignados «em Badajoz e Madrid em 1801, e a con«venção assignada em Lisboa em 1804, ficam «nullos e de nenhum effeito pelo que dizem «respeito a Portugal e á França, e que as

«duas corôas renunciam mutuamente a todo «o direito e se desligam de qualquer obriga- «ção que delles podesse resultar.»

Feito em Paris, a 30 de maio de 1814 (Signatarios)

O conde de Funchal, e o principe de Beneventó.

O acto final do congresso de Vienna (1) *celebrado entre a Austria, França, Gran-Bretanha, Portugal, Prussia, Russia, e Suecia, assignado em Vienna a 9 de junho de 1815*, diz:

ARTIGO 105

«As potencias reconhecendo a justiça das reclamações formadas por Sua Alteza Real o Principe Regente de Portugal e do Brazil sobre a villa de Olivença e os outros territorios cedidos á Hispanha pelo tratado de Badajoz de 1801, e considerando a restituição destes objectos como uma das medidas proprias para assegurar entre os dois reinos da

(1) Olivenza, vl. d'Espagne (Estremadure), prov. et à 22 k. S.-S.-O. de Badajoz; sur r. g. de la Guadiana et sur la frontière de Portugal. 10447 h.

—Ch.-l. de Partido-Judiciale. Place très forte —Cédée par le Portugal à l'Espagne et *conservée par ce dernier royaume nonobstant la décision du congrès de Vienne de 1815.*

Diccionnaire Géographique, par Adrien Guibert. Paris—1850.

Peninsula aquella boa harmonia, completa e permanente, cuja conservação em todas as partes da Europa tem sido o fim constante de seus arranjamentos, obrigam-se formalmente a empregar, por meio de conciliação, os seus esforços mais efficazes, afim de que se effeitue a retrocessão dos ditos territorios em favor de Portugal. E as potencias reconhecem, que este arranjamento deve ter logar o mais brevemente.»

Em presença dos citados documentos fica portanto provado, que nenhum direito assiste á Hispanha para conservar a posse de Olivença, como já em 1815 o entenderam no grande congresso de Vienna a Austria, a França, a Gran-Bretanha, a Prussia, a Russia, e a Suecia.

É por consequencia da honra e dignidade da nobre nação hispanhola, que o seu actual governo se propõnha resolver esta questão, mandando lavrar o competente acto de restituição da villa de Olivença, seu territorio, e povos desde o Guadiana á corôa portugueza.

Quando a Hispanha houver dado este honroso passo, a Europa inteira acolherá com enthusiastico fervor a sua reclamação da praça de Gibraltar á Inglaterra.

Lisboa, 25 de janeiro de 1863.

Este interessante folheto vende-se nesta typographia e na loja do sr. Lavado; e no Porto na Rua de Bellomonte— 2 e 4. Preço 50 réis. Nos mesmos logares se vendem tambem as obras abaixo mencionadas.

Obras publicadas pela empresa

DA

FÉ CATHOLICA

A Cruz e a Espada — *Narrações da guerra do Oriente—Campanhas de 1854 e 1855*— Um vol. in 8º, de 320 pag.

Preço 500 réis.

A Revolução dedicada aos Mancebos —Por Mr. de Segur — Interessante opusculo, de 180 pag.

Preço 200 réis.

O Progresso pelo Christianismo — *Conferencias recitadas no Templo de Nossa Senhora de Paris, nos annos de 1861 e 1862.* Dois vol. in 8º francez.

Preço de cada vol. 500 réis.

A Fé Catholica, *Jornal Religioso*—Publica-se nos dias 1 e 15 de cada mez. Assigna-se e vende-se unicamente nesta typographia.

Preço para Lisboa

Anno..... 1$200
Semestre..... $600

Para as Provincias, franco de porte

Anno..... 1$320
Semestre..... $660

GETTY CENTER LIBRARY
3 3125 00984 8355